

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS

LARYSSA LUCAS CAMPOS MICHELINE

**ESCOLAS RURAIS DO MUNICÍPIO DE ALFENAS:
DE ONDE VIEMOS, ONDE ESTAMOS E O QUE ALMEJAMOS?**

ALFENAS/MG

2023

LARYSSA LUCAS CAMPOS MICHELINE

**ESCOLAS RURAIS DO MUNICÍPIO DE ALFENAS:
DE ONDE VIEMOS, ONDE ESTAMOS E O QUE ALMEJAMOS?**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como parte dos requisitos para obtenção do grau de Licenciada em Geografia, pela Universidade Federal de Alfenas.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Sandra de Castro de Azevedo

ALFENAS/MG

2023

Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Alfenas
Biblioteca Unidade Educacional Santa Clara

Micheline, Laryssa Lucas Campos.

Escolas rurais do município de Alfenas : De onde viemos, onde estamos e o que almejamos? / Laryssa Lucas Campos Micheline. - Alfenas, MG, 2023. 158 f. : il. -

Orientador(a): Sandra de Castro de Azevedo.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) -
Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, MG, 2023.
Bibliografia.

1. Educação Rural. 2. Educação do Campo. 3. Educação Rural em Alfenas. 4. Ruralismo Pedagógico. I. Azevedo, Sandra de Castro de , orient. II. Título.

Ficha gerada automaticamente com dados fornecidos pelo autor.

LARYSSA LUCAS CAMPOS MICHELINE

**ESCOLAS RURAIS DO MUNICÍPIO DE ALFENAS:
DE ONDE VIEMOS, ONDE ESTAMOS E O QUE ALMEJAMOS?**

A Banca examinadora abaixo-assinada, aprova o Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como parte dos requisitos para obtenção do grau de Licenciada em Geografia pela Universidade Federal de Alfenas.

Aprovada em: _____

Prof.^a Dr.^a Sandra de Castro de Azevedo
Universidade Federal de Alfenas

Assinatura:

Prof.^a Dr.^a Ana Rute do Vale
Universidade Federal de Alfenas

Assinatura:

Prof.^a Dr. Flamarion Dutra Alves
Universidade Federal de Alfenas

Assinatura:

Dedico esta pesquisa a todas as professoras e professores das escolas rurais do município de Alfenas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pois com Ele todas as coisas são possíveis conforme sua vontade. Agradeço por Ele ter me fortalecido durante o tempo de pesquisa. Agradeço muito ao meu esposo por todo o apoio dado não somente durante a realização deste trabalho, mas também no período da graduação. Agradeço a minha família, em especial a minha mãe e avós por acreditarem em mim e se alegrarem juntamente comigo pela conclusão deste trabalho. Agradeço aos meus amigos por caminharem comigo neste tempo tão precioso chamado graduação. Agradeço à Abigail pelas conversas que muito contribuíram para o meu conhecimento sobre a temática trabalhada. Agradeço a todos os professores que contribuíram para minha formação, em especial a minha orientadora Sandra por sempre me incentivar na pesquisa. Por fim, agradeço a todos que de alguma forma contribuíram para o desenvolvimento desta pesquisa: Aliene, Carlos Vieira, Dona Messias, Edmauro, Eliézer, Gilberto França, Isnard, Júlio, Luciano, Majô, Mara Cristina, Mário Vieira, Myrian, Nivalda, Petra, Renata e Waleska.

Muita coisa ainda deverá ser escrita sobre a história da educação em Alfenas: primeiro, as suas carências, as suas dificuldades, suas lutas, perseverança e dinamismo dos seus mestres, heróis dessa caminhada difícil entre os quais se encontram os esquecidos e os lembrados.

(AYER, 1994, p. 9)

RESUMO

O intuito deste trabalho é compreender o processo histórico das 40 escolas rurais que existiram entre 1922 e 1996 no município de Alfenas, considerando a transformação do espaço rural. Atualmente, em 2023, existem apenas 5 escolas rurais em Alfenas – uma redução de 87,5%. Quais motivos levaram a essa tamanha redução? Ou antes, quais elementos propiciaram esse elevado número de escolas no passado? Essas e outras inquietações levaram à busca pelo conhecimento do contexto situado entre 1922 e 1996. Sabe-se que o local é um reflexo do global e do nacional e que a área de estudo vivenciou as políticas públicas educacionais, refletindo tanto no alto número de escolas como, posteriormente, na redução deste. Por meio do levantamento e análise documental das Leis Municipais e Decretos Estaduais foram descobertas as 40 escolas rurais existentes nesse período e procurou-se contextualizá-las por meio de várias fontes municipais e que tratam o município, além da documentação levantada das escolas que foram fechadas e nucleadas. Também foram realizadas entrevistas não estruturadas com duas professoras rurais aposentadas. Muitos outros relatos também contribuíram para esta pesquisa. Este trabalho pautou-se no método materialismo histórico-dialético, visto que a análise realizada do passado e a reflexão do presente baseiam-se em contradições, avanços e retrocessos. Após discorrer sobre o contexto histórico, econômico e socioespacial do município de Alfenas, sobre a educação rural no mesmo e sobre a educação rural brasileira, compreendeu-se o contexto atual das escolas rurais que ainda resistem no município. Essas escolas ainda são organizadas segundo os padrões da Educação Rural e para superar esse paradigma esta pesquisa propõe a Educação do Campo como alternativa para as escolas rurais de Alfenas a fim de que haja a compreensão desses professores como educadores do campo e não como meros reprodutores do urbano, além de promover o fortalecimento da comunidade escolar rural.

Palavras-chave: Educação Rural; Educação do Campo; Educação Rural em Alfenas; Ruralismo Pedagógico.

ABSTRACT

This paper aims to comprehend the historical process of 40 rural schools that existed between 1922 and 1996 in the city of Alfenas, considering the transformation of rural space. Nowadays, in 2023, only 5 rural schools exist in Alfenas – a reduction of 87.5%. Which were the reasons behind such a massive reduction? Or which elements contributed to a high number of schools in the past? These and other concerns led to the search of knowing the context lived between 1922 and 1996. It is known that local reality reflects global and national realities and this area of study experienced public policies applied back then which resulted in both high and, later, low number of schools. By means of research and document analysis of Local Laws and State Decrees those 40 rural schools were discovered and it was intended to contextualize them by several local sources regarding the city and also by documents from schools that were shut down and which students were brought to another centers. Also, unstructured interviews were made with two retired rural teachers. Many other accounts also contributed to this research. This paper was based on the method Historical-Dialectical Materialism, since the analysis of the past and the thinking of the present are based on contradictions, progressions and regressions. After discussing about the historical, economic and social-spatial context of Alfenas, about Alfenas' rural education and about Brazilian rural education, the current context of those schools that still resist in the city was comprehended. They are still organized according to the standards of the Rural Education and in order to surpass that paradigm this research proposes the Countryside Education as an alternative to rural schools in Alfenas so that their teachers can be perceived as countryside educators and not as mere reproducers of the urban and the rural school community can have strengthening promoted.

Keywords: Rural Education; Countryside Education; Rural Education in Alfenas; Pedagogical Ruralism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Mapa da Região Intermediária de Varginha.....	28
Figura 2 -	Mapa da Região Geográfica Imediata de Alfenas.....	28
Figura 3 -	Mapa de Localização do município de Alfenas e seus limites.....	29
Figura 4 -	Retrato falado da 1ª Capela construída em 1799	32
Figura 5 -	Mapa do antes e depois da chegada de Furnas em Alfenas - MG ..	51
Figura 6 -	Manifesto Pró-Furnas de 5 de março de 2020.....	53
Figura 7 -	Expansão urbana de Alfenas até 1949	58
Figura 8 -	Expansão urbana de Alfenas até 1959	59
Figura 9 -	Mapa da expansão urbana de Alfenas de 1970 a 2016	62
Figura 10 -	Escolas rurais no município de Alfenas em 1992.....	80
Figura 11 -	Dados da Escola Municipal Orlando Paulino da Costa.....	89
Figura 12 -	Localização das escolas rurais atuais no município de Alfenas.....	126

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - Fazenda Campo Redondo	35
Fotografia 2 - Portal da Fazenda Campo Redondo.....	35
Fotografia 3 - Muro de pedra da Fazenda Campo Redondo desde 1808	35
Fotografia 4 - Pesquisadora com Carlos Roberto V. Romano e seu filho Mário Roberto V. R. Romano	36
Fotografia 5 - Barco transportando moradores	50
Fotografia 6 - Alferes Tomaz Vieira e Silva.....	64
Fotografia 7 - Alferes Antônio Joaquim Vieira	64
Fotografia 8 - Escola na Fazenda Campo Redondo	66
Fotografia 9 - Fotografia atual de onde teria sido a escola na Fazenda Campo Redondo	66
Fotografia 10 - Local onde situava-se a E.M Cel. José Constâncio (Pinheirinho).....	101
Fotografia 11 - E.M Tomás Viera e Silva	102
Fotografia 12 - E.M Vicente Paulino da Costa	102
Fotografia 13 - E.M Getúlio Vargas	103
Fotografia 14 - E.E Rosa Engel (Santa Maria)	103
Fotografia 15 - Local onde situava-se a E.E São José.....	104
Fotografia 16 - E.E Barranco Alto (prédio atualmente utilizado pelo PSF)	104
Fotografia 17 - E.M Emílio Silveira	105
Fotografia 18 - Grupo Escolar Coronel José Bento em 1910.....	109

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Escolas rurais encontradas em Decretos Estaduais	71
Quadro 2 -	Escolas rurais do município de Alfenas de 1922 a 1996.....	73
Quadro 3 -	Auxílio ao Caixa Escolar das escolas do município de Alfenas no ano de 1960	76
Quadro 4 -	Quadro comparativo entre a lei/decreto de criação das escolas e a lei utilizada pelos históricos escolares	87
Quadro 5 -	Início das atividades das escolas rurais levantadas pela documentação disponível na EMOPC	90
Quadro 6 -	Tempo de atuação aproximada das escolas contidas na documentação da EMOPC	92
Quadro 7 -	Fontes nas quais as escolas rurais são mencionadas	96
Quadro 8 -	Período de atuação aproximado das escolas rurais do município de Alfenas	99
Quadro 9 -	Valores pagos aos professores no ano de 1892	108

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Tamanho (em km) de “terras” no município de Alfenas (1855 a 1856).....	40
Gráfico 2 -	Porcentagem das áreas de culturas permanentes e temporárias do município de Alfenas de acordo com o Censo Agropecuário de 1960.....	45
Gráfico 3 -	Evolução da população urbana, rural e total do município de Alfenas de 1940 a 2010 de acordo com o IBGE	55

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Tamanho (em alqueires) de “terras” no município de Alfenas (1855 a 1856).....	39
Tabela 2 -	Atividades produtivas nas fazendas de Alfenas (1855 a 1890).....	41
Tabela 3 -	Culturas permanentes no município de Alfenas através do Censo Agropecuário de 1960.....	43
Tabela 4 -	Culturas temporárias no município de Alfenas através do Censo Agropecuário de 1960.....	44
Tabela 5 -	Produção particular dos indivíduos residentes nos estabelecimentos no ano de 1959	44
Tabela 6 -	Número de alunos matriculados nas escolas rurais de Alfenas.....	124
Tabela 7 -	Número de matriculados no Centro Municipal de Educação Infantil Amália Leite Corrêa	124

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABE	Associação Brasileira de Educação
ALMG	Assembleia Legislativa de Minas Gerais
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CF	Constituição Federal
DE	Decreto Estadual
DSR	Departamento de Serviços do Reservatório
EC	Emenda Constitucional
EF	Estrada Ferroviária
EFOA	Escola de Farmácia e Odontologia
EMAAE	Escola Municipal Abrão Adolpho Engel
EMAS	Escola Municipal Arlindo Silveira
EMOPC	Escola Municipal Orlando Paulino da Costa
FEBEM	Fundação Estadual do Bem Estar do Menor
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
GW	Gigawatt
ha	Hectare
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IHGGMG	Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
km	Quilômetro
km ²	Quilômetro quadrado
LDB	Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LEG-UNIFAL	Laboratório de Ensino em Geografia da Universidade Federal de Alfenas
LO	Lei Ordinária
m	Metro
m ²	Metro quadrado
MST	Movimento Sem Terra
MW	Megawatt

PNLD Campo	Programa Nacional do Livro Didático do Campo
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PSF	Programa Saúde da Família
QGIS	Quantum GIS
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SER	Secretaria Regional de Educação
SUCAM	Superintendência de Campanhas de Saúde Pública
t	Tonelada
UDN	União Democrática Nacional
UNIFAL	Universidade Federal de Alfenas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
1.1	OBJETIVOS	19
1.1.1	Objetivo geral.....	19
1.1.2	Objetivos específicos.....	19
2	METODOLOGIA	20
3	CONTEXTO HISTÓRICO, ECONÔMICO E SOCIOESPACIAL DO MUNICÍPIO DE ALFENAS/MG	27
3.1	FORMAÇÃO DO ARRAIAL	29
3.2	ALFENAS APÓS SUA FUNDAÇÃO	36
3.3	SÉCULO XX – ANTES DE FURNAS.....	43
3.4	A INSTALAÇÃO DE FURNAS E A ALTERAÇÃO NA CONFIGURAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ALFENAS	46
3.5	EXPANSÃO URBANA DE ALFENAS	56
4	A EDUCAÇÃO RURAL NO MUNICÍPIO DE ALFENAS	63
4.1	LEIS ORDINÁRIAS MUNICIPAIS E DECRETOS ESTADUAIS DE CRIAÇÃO DE ESCOLAS RURAIS NO MUNICÍPIO DE ALFENAS.....	70
4.2	PLANO DIRETOR DE 2006	78
4.3	FICHAS DE BEM PATRIMONIAL.....	81
4.4	GUIA S.O.S DE 1994	83
4.5	EDIÇÃO ESPECIAL DE 126 ANOS DO JORNAL DOS LAGOS DE 14 DE OUTUBRO DE 1995.....	84
4.6	CARTA TOPOGRÁFICA E MAPA EXPEDIDOS PELO IBGE DOS ANOS DE 1970 E 2010	85
4.7	ATLAS ESCOLAR HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO MUNICÍPIO DE ALFENAS DE 2002	85
4.8	DOCUMENTOS ORIUNDOS DA E.M. ORLANDO PAULINO DA COSTA (EMOPC).....	86
4.9	DOCUMENTOS ORIUNDOS DA E.M ABRÃO ADOLPHO ENGEL (EMAAE)	93
4.10	ANÁLISE GERAL DAS ESCOLAS RURAIS EXISTENTES NO MUNICÍPIO DE ALFENAS	95
5	A EDUCAÇÃO RURAL BRASILEIRA	106

6	CONTEXTO ATUAL DAS ESCOLAS RURAIS DE ALFENAS.....	118
6.1	TRÍADE MUNICIPALIZAÇÃO, NUCLEAÇÃO E TRANSPORTE PÚBLICO ESCOLAR.....	118
6.2	CONTEXTO DAS ESCOLAS RURAIS ATUAIS	121
6.3	EDUCAÇÃO DO CAMPO.....	127
6.4	O REPENSAR DA ESCOLA RURAL: FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO NA EM ORLANDO PAULINO DA COSTA	129
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	135
	REFERÊNCIAS.....	139
	ANEXOS	156

1 INTRODUÇÃO

A educação escolar em Alfenas se iniciou através do rural, por meio de três fazendas, Campinho, Campo Redondo e Ilha. Os proprietários das duas primeiras fazendas citadas eram netos do Alferes Domingos Vieira e Silva, um dos fundadores do município de Alfenas. A fazenda Campo Redondo foi fundada pelo Alferes citado, porém, como mencionado, foi seu neto Alferes Antônio Joaquim Vieira que fundou a escola no Campo Redondo juntamente com sua irmã. Essa escola era referência para Alfenas e municípios vizinhos, assim como as outras duas escolas mencionadas. Essas escolas datam dentre 1849 e 1854.

Embora a educação alfenense tenha surgido por meio do rural, houve uma lacuna de aproximadamente 66 anos até a criação da primeira escola rural pelo estado. Deve-se compreender que a Educação Rural brasileira passou por vários momentos em sua trajetória até a configuração que se encontra nos dias atuais. Discute-se, portanto, neste trabalho quais foram esses momentos e como eles refletiram na educação rural alfenense.

O município de Alfenas já foi constituído por 40 escolas rurais, entre o período de 1922 e 1996 e atualmente resistem apenas 5 dessas escolas. Quais foram os motivos para tamanha redução? Quais são os registros dessas escolas? Qual era a importância da educação rural para aquele momento e para os dias atuais? Qual é a relação do fechamento dessas escolas com o êxodo rural? A instalação de Furnas influenciou esse conjunto de fatores? Essas e outras questões que nortearam o tema da pesquisa: “Escolas Rurais do município de Alfenas: de onde viemos, onde estamos e o que almejamos?”.

A Educação Rural brasileira sempre esteve em um lugar subalterno, mas que em certo momento foi enaltecido, articulado aos interesses daqueles que demandavam o poder. Posteriormente, quando o interesse político mudou de direção, lá se encontrava a Educação Rural novamente no esquecimento. Não se considera que o modelo de Educação Rural deve continuar a ser concebido pelas escolas, pois esse modelo desde sua gênese inferioriza o rural e não reconhece os sujeitos que dele fazem parte.

Portanto, é apresentada a Educação do Campo como uma nova concepção de educação, ou seja, ela é o contraponto da Educação Rural. É visto que a Educação do Campo não é uma mera discussão no campo das ideias, mas uma

prática efetiva que se dá no cotidiano do contexto educacional do campo. Necessita-se de uma educação que faça sentido e que reconheça os sujeitos do campo como de fato eles devem ser reconhecidos: por suas vivências e não por projeções feitas a elas.

Pretende-se com este trabalho alcançar os seguintes objetivos:

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo geral

Compreender o processo histórico das escolas rurais que já existiram e que existem no município de Alfenas, visando a implementação da Educação do Campo como resistência.

1.1.2 Objetivos específicos

- a) Compreender o contexto histórico, econômico e socioespacial alfenense em que foram criadas as escolas rurais;
- b) Compreender quais foram os agentes que estavam envolvidos na criação e no fechamento das escolas rurais;
- c) Diferenciar a concepção de Educação Rural e Educação do Campo;
- d) Propor a Educação do Campo como uma prática possível às escolas rurais do município de Alfenas.

2 METODOLOGIA

Esta pesquisa é de caráter qualitativa realizada por meio do método materialismo histórico-dialético, pois entende que o tema abordado na pesquisa carece de contradições e reflexões de motivos por de trás de certos paradigmas estabelecidos e a desconstrução destes, sem deixar de apresentar as limitações e avanços para tal. Como técnica de pesquisa foram utilizados análise documental, coleta e análise de dados secundário e levantamento bibliográfico.

A pesquisa iniciou-se com o desenvolvimento da disciplina de TCC 1, cujo tema seria “Quebrando paradigmas: multisseriação como uma resistência/alternativa para a manutenção das escolas rurais e fortalecimento da educação do campo”. Com a pesquisa inicial de caracterização do município de Alfenas, por meio de alguns periódicos e documentos disponíveis pelo site da Prefeitura Municipal, foi dada a sequência por livros disponíveis na Biblioteca Municipal. Os primeiros livros utilizados foram “A Igreja na História de Alfenas – A Fundação de Pedra Branca – Separatas das Revistas XX e XXI do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais 1985 – 1991” de Aspásia Vianna Manso Vieira Ayer e “A Educação em Alfenas – Décadas de 60/70” da mesma autora.

Em ambos era relatado que uma das primeiras escolas rurais existentes no município de Alfenas foi na Fazenda Campo Redondo em 1854, antes mesmo de qualquer escola estadual ou municipal. Em pesquisa foi possível observar que a fazenda ainda era existente e é locada para festas. Contatado o dono e explicado sobre o tema pesquisado, foi oportunizado uma visita in loco. Recebidos por Carlos Roberto Vieira Romano e seu filho Mário Roberto Vieira Rabelo Romano, foram coletadas informações sobre a fazenda, sobre algumas escolas rurais e possíveis nomes de pessoas que teriam mais contribuições a respeito, etc. Além disso, a visita possibilitou o empréstimo da “Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, Volume XX 1983 – 1985 – Separata” e o primeiro capítulo do livro “Campo Redondo: A saga da família Vieira” de Isnard Manso Vieira, o qual foi consultado pela pesquisadora para autorização da utilização das informações provenientes do seu livro em andamento. Este autorizou e contribuiu com outros dados para a pesquisa. A fazenda é a mesma de 1808. Com exceção de reformas necessárias, a estrutura original é mantida. Foi construída por Alferes Domingos Vieira e Silva, um dos fundadores do município. Carlos Roberto Vieira Romano é a sétima geração dos

Vieiras.

A pesquisa continuou e foi possível encontrar as Leis Ordinárias de criação de Escolas Rurais do município de Alfenas desde 1942 até o ano de 1996 pelo *website* Legislação Digital (SINO Informática). Foi realizada uma busca através deste pelo município de Alfenas sobre a ementa/assunto, escola e educação. Além das leis de criação de escolas, foram encontradas leis orçamentárias, leis de alteração de denominação de escolas, leis que discorrem sobre a extensão de séries, dentre outros. E os Decretos Estaduais foram encontrados por meio do *website* da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) com a criação de escolas de 1920 a 1964. Foi realizada uma busca por “escolas em Alfenas”. Com essas informações mudou-se o tema a ser pesquisado. A partir desses dados entendeu-se necessário fazer um resgate histórico dessas escolas rurais, que no período entre 1922 e 1996 chegaram a totalizar 40 e que atualmente, em 2023, totalizam apenas 5.

A partir dos primeiros dados encontrados, objetivou-se explorar fontes históricas e documentais por intermédio de arquivos públicos, bibliografia sobre a temática, pesquisa oral com pessoas que tivessem contribuições sobre o tema, dentre outros, para que fosse possível um levantamento de dados sobre as 40 escolas rurais do município de Alfenas. A primeira Secretaria Municipal a ser contatada foi a de Educação. Ao serem expostos os dados levantados sobre as escolas rurais e perguntado se nessa Secretaria haveria mais informações a respeito, foi informado que não havia documentos sobre, pois em tempos passados a maioria das escolas rurais eram estaduais. Havia a possibilidade de encontrar informações no “Arquivo Morto” da Prefeitura ou na Secretaria Regional de Educação (SRE) de Varginha – MG. Essa questão foi averiguada por meio da Lei nº 2.469, de 16 de setembro de 1993, lei municipal que discorre sobre a municipalização de algumas escolas estaduais.

Posteriormente, foi efetuado contato com a SRE de Varginha e enviado um *e-mail* com o nome das escolas rurais, ano de criação e o bairro em que estavam localizadas. Porém, não se obteve retorno até o momento da conclusão desta pesquisa. A partir das Leis Ordinárias Municipais e dos Decretos Estaduais, a análise realizada foi a comparação dessas escolas com as que constavam na Leitura Técnica do Plano Diretor de 2006 que foi levantado pela pesquisadora Cruz (2022) em sua dissertação “A Educação do Campo no município de Alfenas-MG: As concepções docentes sobre o uso dos livros didáticos do Programa Nacional do

Livro Didático do Campo (PNLD Campo)”, sendo o número total de 14 escolas. Por essa análise foi possível comprovar que das 40 escolas rurais, 14 estiveram ativas até o ano de 1992 (o Plano Diretor de 2006 apresenta o número de escolas rurais existentes no ano de 1992).

A segunda linha de pesquisa trabalhada foi a comprovação das localidades em que essas escolas se espacializavam. Para isso, foi realizada uma pesquisa no site da Prefeitura Municipal de Alfenas para verificar qual secretaria atenderia esses critérios, sendo essa a Secretaria de Planejamento e Gestão. Em visita in loco foi informado que a relação dos bairros rurais do município pela prefeitura era só dos loteamentos aprovados e reconhecidos por esta, demonstrando assim um descaso pelas demais localidades, bairros e comunidades rurais não loteadas. Nessa secretaria foi indicada a repartição do Patrimônio para demais informações. Essa repartição tem como atribuições: “Supervisionar as Unidades da Prefeitura; Controle de Bens Patrimoniais e Cadastros Imobiliários; Procedimentos para Tombamento e fixação de Plaquetas nos bens Patrimoniais para Identificação e Controle” (ALFENAS, 2023). Em visita in loco na repartição de Patrimônio foi possível pesquisar de documentos comprobatórios e, após esse levantamento, houve a necessidade de protocolar a solicitação de cópia de escrituras das escolas rurais no Setor de Envio do Protocolo Geral (Anexo A). Após isso, foi possível fazer as fotocópias necessárias e o responsável pelo setor forneceu outros dados complementares e essenciais para a pesquisa. Entre todo o material coletado e fornecido, encontram-se alguns registros como fotos, localizações, Registro de Imóveis, Leis, Escrituras de doação, Ficha de Bem Patrimonial, Certidão do Serviço Registral Imobiliário de Alfenas – MG, dentre outros. O responsável pelo setor indicou mais duas repartições públicas que poderiam fornecer outros documentos para a pesquisa, o Arquivo Público Municipal e a Vigilância Epidemiológica.

O Arquivo Público Municipal é responsável por “Receber, classificar, registrar, autuar, numerar, controlar documentos; custodiar os documentos de valor temporário e permanente acumulados pelos órgãos da Prefeitura” (ALFENAS, 2023). Em visita in loco, o responsável disse que, em todo o tempo em que tem trabalhado ali, não viu documentos específicos de escolas rurais. Mencionou ainda que, antes de existir essa repartição, os documentos contendo o registro da história e memória de Alfenas eram colocados dentro de sacos plásticos e guardados em caixas dentro de uma sala da Prefeitura, sem rigor de classificação ou controle; provavelmente alguns

documentos foram danificados e perdidos nesse período. Ele ainda disponibilizou a análise dos documentos disponíveis (agora classificados) para diagnosticar alguma semelhança com a pesquisa. Todavia, o escrutínio necessário mostrou-se inviável diante do tempo disponível de pesquisa para a conclusão do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), uma vez que se tratava de um enorme galpão com incontáveis documentos.

Em visita in loco na Vigilância Epidemiológica de Alfenas foi possível estabelecer um diálogo com o responsável, expondo o tema pesquisado. Foi disponibilizado um mapa realizado no ano de 1989 para o levantamento de dados sobre a doença de chagas, focado na zona rural do município. O mapa foi elaborado pela Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (SUCAM), tendo como seu distrito Varginha, na escala de 1:100.000, aos cuidados de Cláudio Abucater Lima. No mapa constam 178 localidades do município, das quais apenas quatro estão espacializadas no urbano, a saber, os bairros Vista Grande, Recreio Vale do Sol, Pinheirinho e Universitário (atual região em que se situam o Hospital Universitário Alzira Velano e a Universidade José do Rosário Vellano) – todos bem afastados do centro urbano. As demais 174 localidades estão divididas em fazendas, sítios e povoados. O mapa consta em sua legenda os seguintes elementos: cidade, vila, povoado, ferrovia, rodovia permanente, rodovia temporária, limite interestadual, limite intermunicipal, fazenda, sítio, rio permanente, rio temporário, córrego permanente, córrego temporário, lago ou açude, usina e pântano. Além do mapa principal, foram elaborados 178 outros mapas – um para cada localidade presente no mapa principal. Cada um desses mapas é bastante rico em detalhes e grande parte deles se encontra em bom estado de conservação. Outros, entretanto, são de difícil visualização por serem muito antigos. Poucos deles foram digitalizados.

Os mapas apresentam informações importantes, como a posição da localidade em relação ao sol; a distância em quilômetros em relação às rodovias, aos municípios limítrofes, à localidade vizinha (podendo ser sítio, fazenda, povoado ou bairro) e também a distância em km de morros. Apresentam também elementos como campo de futebol, porteira, corpos hídricos, ilha, ponte, porto, condomínio, vegetação, dentre outros. Nenhuma escola, contudo, pôde ser identificada. São encontradas também referências a localizações a partir dos nomes dos proprietários. Algumas localidades apresentam coordenadas geográficas (anexadas posteriormente). É perceptível a repetição dos nomes de sítios, fazendas e

povoados. Os mapas também trazem no seu verso informações complementares sobre o número de casas no dia do itinerário, o número de casas demolidas, desaparecidas, novas e atuais. Isso se deve às revisitas. Sendo algumas mais frequentes e outras mais espaçadas, elas estiveram compreendidas em um período iniciado em 1989 (ano em que ocorreu a elaboração dos mapas) e finalizado em 2019 (ano da última revisita).

Em suma, o material coletado é de um infindável valor e precisão, visto ter sido elaborado em um período em que não se tinham as tecnologias disponíveis atualmente. Portanto, após a ida ao Setor de Envio do Protocolo Geral e protocolar a solicitação para a retirada do Mapa da Década de 1980 sobre a doença de Chagas da zona rural (Anexo B), foi possível fotocopiar todo o material disponível. As cópias foram financiadas pela orientadora deste TCC e ficarão de acervo para o Laboratório de Ensino em Geografia da Universidade Federal de Alfenas (LEG-UNIFAL).

Em sequência, foi realizada uma visita in loco à Prefeitura Municipal de Alfenas para se obter a relação dos prefeitos do município desde 1890 a fim de fazer a relação com as Leis Ordinárias de criação das escolas rurais. Nessa visita foi possível o contato com o chefe de gabinete e, relatado sobre o tema pesquisado, este fez contato com a responsável pela Biblioteca Municipal de Alfenas para que pudesse disponibilizar todo o material disponível para a pesquisa. Também houve o contato com a Secretaria Municipal de Educação, solicitando que fosse disponibilizado para a pesquisadora os dados atuais das cinco escolas rurais existentes. Em seguida, em contato da pesquisadora com a responsável pela Biblioteca Municipal, foram dispostos vários livros que discorriam sobre a fundação do município e que poderiam ter alguma informação sobre as escolas rurais, além de material digital e recortes de jornais antigos.

Vários livros foram analisados e são estes os que atenderam o objetivo da pesquisa: “A Igreja na História de Alfenas – A Fundação de Pedra Branca – Separatas das Revistas XX e XXI do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais 1985 – 1991” e “A Educação em Alfenas – Décadas de 60/70” da autora Aspásia Vianna Manso Vieira Ayer, ambos de 1991; “Mandassaia ... Naquela época... quando Furnas era o crime do século...” de Ildeu Manso Vieira (2002); “Os Vieiras” de Olavo Divino Viera (2021); “Sombras na Vila Formosa” de Edson Antônio Velano (sem data); “Atlas Escolar Histórico e Geográfico do Município de Alfenas do ano de 2002”, elaborado pela Secretaria Municipal de Educação; e o “Guia de

Serviços de 1994”, produzido pelo próprio município. Também foi indicado o nome de duas professoras de escolas rurais para uma possível conversa. Buscou-se contato com ambas, porém se obteve retorno somente de uma delas. Com a visita agendada, foi possível ter uma conversa direcionada aos objetivos da pesquisa e que também permitisse à ex-professora discorrer sobre o seu tempo de docência. Ela foi professora por 15 anos em uma das escolas pesquisadas, a Escola Major Francisco Lopes, que teve seu nome alterado para Escola Municipal Alfredo José de Miranda no bairro Paineiras. O diálogo foi muito proveitoso e acrescentou informações valiosas à pesquisa.

Retornando à Secretaria Municipal de Educação, foi possível obter o número de matrículas das cinco escolas rurais existentes, compreendendo as etapas da Educação Infantil (Creche e Pré-Escola) e os Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental (I e II). No decorrer da pesquisa encontrou-se o *website* Escolas Brasil, a partir do qual foi possível descobrir o código do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) de algumas das escolas rurais. Com essa nova informação, foi enviado outro *e-mail* para a SRE de Varginha listando esses códigos para facilitar a busca, porém até a conclusão desse TCC não foi obtido nenhum retorno. Vale ressaltar que no site INEP Data (Catálogo de Escolas) ao ser realizada a consulta de escolas somente são apresentadas as que se encontram ativas ou paralisadas. Posteriormente, foram coletadas cartas topográficas do município de Alfenas pelo site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do ano de 1950 (1: 100.000), de 1970 (1: 50.000) e Mapa de 2010 (1: 50.000) com o objetivo de identificar os bairros e as escolas rurais.

A Escola Municipal Orlando Paulino da Costa (EMOPC), conhecida também como núcleo, teve várias escolas rurais que foram fechadas e nucleadas nela. Portanto, a documentação dessas escolas encontrava-se na EMOPC. Foram realizadas duas visitas in loco para a analisar e fazer cópia desse material. Dentro do material levantado encontra-se o histórico escolar dos alunos. Com isso, foi possível identificar a escola proveniente e a escola de destino, podendo ser tanto urbanas quanto rurais. Também foram encontrados diários de classe, fichas de matrícula, fichas individuais de alunos, anotações de Caixa Escolar, dentre outros. No mesmo dia foi realizada uma visita in loco à Escola Estadual Abrão Adolpho Engel (EEAAE), que também é o resultado de nucleação de escolas do distrito do Barranco Alto. Em uma produtiva conversa com a atual diretora, foram fornecidos

dados atuais da escola e, como a secretária não estava presente no dia, algumas documentações foram recebidas posteriormente. São elas: Termo de Visita de Inspeção, Ata de Instalação das Escolas Reunidas de Barranco Alto, Livro de Matrícula (somente a capa), Histórico Escolar de uma das escolas e Diário de Classe. Foi realizada ainda uma visita à casa da ex-diretora da EEAAE que muito contribuiu com informações sobre as escolas nucleadas do distrito.

Todo esse levantamento realizado durante o tempo de pesquisa para a elaboração do TCC se deu com o objetivo de promover maior veracidade às Leis Ordinárias e Decretos Estaduais apresentados, reconstituir a história das escolas rurais que já existiram no município e buscar compreender por quais processos elas passaram. Grande parte dos documentos utilizados na pesquisa, não haviam recebido nenhum tratamento analítico, o qual foi necessário a análise dos dados. De acordo com Gil (2002), essa análise deve ser feita, observando os objetivos e proposta da pesquisa e assim foi feito no decorrer deste trabalho. Ainda segundo o autor citado, a pesquisa documental é uma fonte rica e estável de dados e os documentos que resistem ao longo do tempo, “tornam-se a mais importante fonte de dados em qualquer pesquisa de natureza histórica” (p.46).

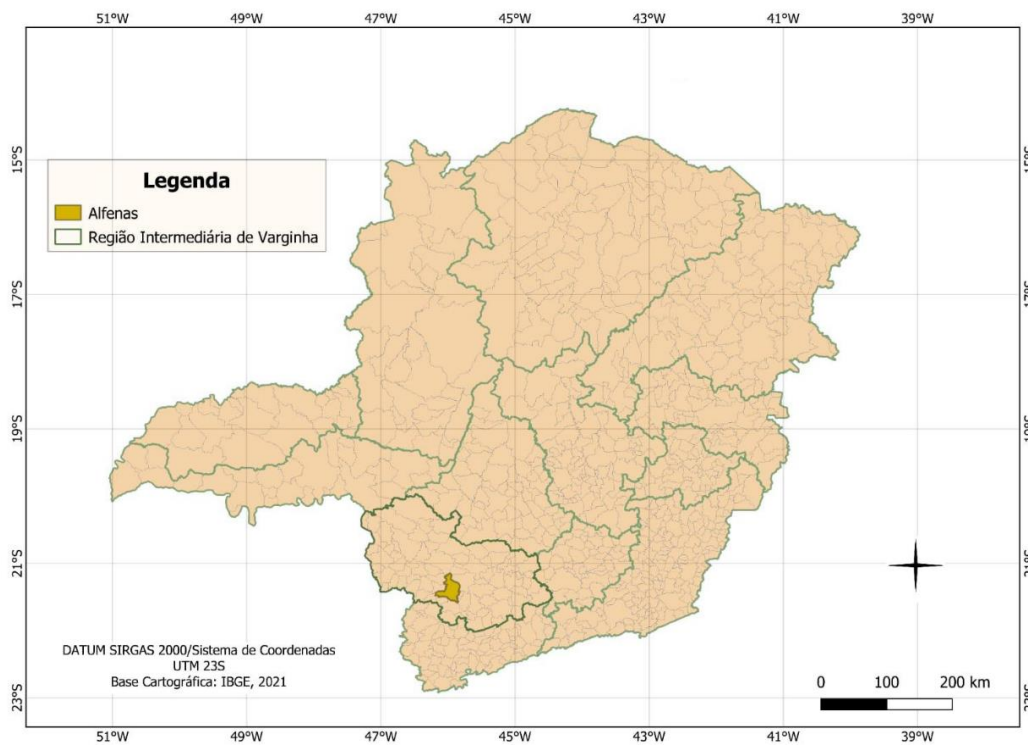
A pesquisa documental foi embasada no levantamento bibliográfico realizado. Em suma, os documentos comprobatórios sobre a temática abordada, embora fracionados, são minuciosos. Mesmo com uma busca que pode ser considerar inicial, é possível reconstituir a história das escolas rurais de Alfenas. Foi utilizado ainda, o *software* QGIS para elaboração de mapa. Também se utilizou dos dados do Recenseamento realizado pelo IBGE em 1920, trazendo a relação dos proprietários dos estabelecimentos rurais recenseados no estado de Minas Gerais. E o Censo Agrícola de 1960, também realizado pelo IBGE. Ambos censos foram utilizados para a contextualização do rural naquele período.

3 CONTEXTO HISTÓRICO, ECONÔMICO E SOCIOESPACIAL DO MUNICÍPIO DE ALFENAS/MG

O município pesquisado neste trabalho é Alfenas. Localizado ao sul de Minas Gerais, sua população é de 78.970 habitantes de acordo com o último censo de 2022. Possui uma extensão territorial de 850.446 km² (IBGE, 2023). Encontra-se na Região Intermediária de Varginha (FIGURA 1) e na Região Imediata que leva seu próprio nome (FIGURA 2), compreendendo os seguintes municípios: Alfenas, Alterosa, Areado, Campo do Meio, Campos Gerais, Carvalhópolis, Conceição da Aparecida, Divisa Nova, Fama, Machado, Paraguaçu, Poço Fundo e Serrania (IBGE, 2017). De acordo com os autores Micheline e Santos (2022), Alfenas é o município que tem o maior número de habitantes e o maior PIB per capita em sua Região Imediata.

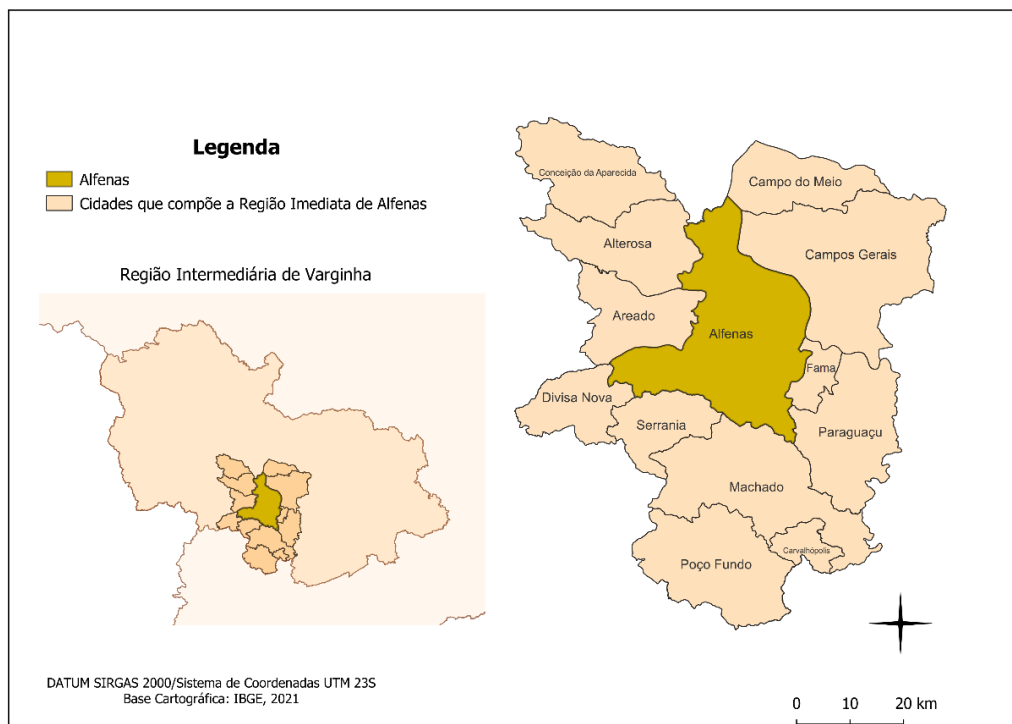
O município faz limite com os municípios de Divisa Nova, Serrania, Machado, Areado, Paraguaçu, Campos Gerais, Fama, Carmo do Rio Claro, Alterosa e Campo do Meio (FIGURA 3). Dos treze municípios que compõem a Região Imediata de Alfenas, três não fazem limite com o município de Alfenas: Carvalhópolis, Conceição da Aparecida e Poço Fundo. Isso demonstra a influência que Alfenas exerce sobre municípios além dos seus limites. O único município com o qual faz limite e que não está compreendido em sua Região Imediata é Carmo do Rio Claro, o qual faz parte da Região Imediata de Passos, mas está também inserido na Região Intermediária de Varginha.

Figura 1 - Mapa da Região Intermediária de Varginha



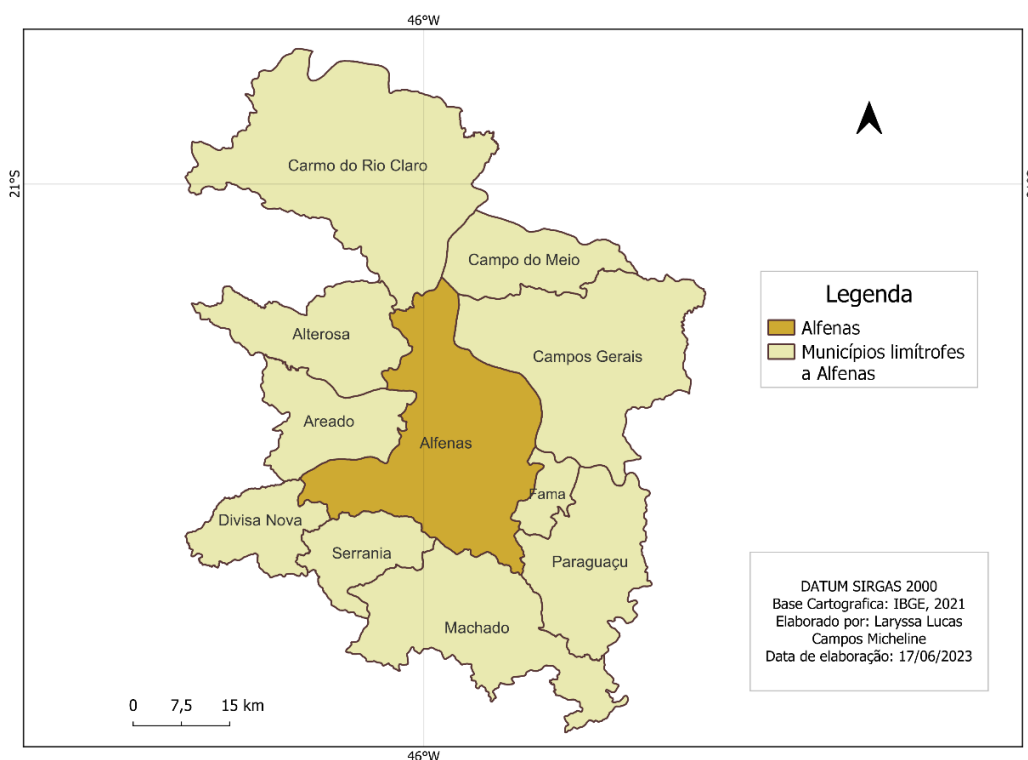
Fonte: MICHELINE; SANTOS (2022).

Figura 2 - Mapa da Região Geográfica Imediata de Alfenas



Fonte: MICHELINE; SANTOS (2022).

Figura 3 - Mapa de Localização do município de Alfenas e seus limites



Fonte: MICHELINE (2023).

3.1 FORMAÇÃO DO ARRAIAL

Se faz necessário conhecer a história do município para a compreensão da importância da educação neste, pois ela está articulada às dimensões políticas, sociais e econômicas deste espaço. Contudo, ao discorrer sobre fatos históricos é possível que algumas informações entrem em conflitos no caminho, uma vez que são contadas e perpetuadas para atender a diversos interesses. No que diz respeito à história da origem de Alfenas, existem duas versões sobre quem seriam seus fundadores. Sem adentrar em pormenores, existem duas famílias predominantes: os Martins Alfena e os Vieiras. Este trabalho não objetiva, entretanto, afirmar qual delas é a verdadeira, mas sim buscar o entendimento a respeito do cerne da fundação do município.

O início do século XIX representa um marco da história de Alfenas. Vários autores, entre eles Alfredo Moreira Pinto (1887), Nelson C. de Senna (1909), Waldemar de Almeida Barbosa (1971) e Aspásia Vianna Manso Vieira Ayer (1991) se referem a esta época como o início do povoamento da localidade com a construção de uma Capela em homenagem a São José e Nossa Senhora das Dores. Entre os autores citados, duas versões imperam, a primeira referendada pelas obras dos três primeiros autores citados e a segunda pela obra de Aspásia. (ALFENAS, [sem data e página]).

Segundo a mesma fonte supracitada, entende-se que a primeira capela do município foi fundada por João Martins Alfena e José Martins Alfena (apud Pinto (1887); Senna (1909) e Barbosa (1971)). Senna e Barbosa trazem como doadores das terras para construção da capela o casal Francisco de Siqueira Ramos e D. Mariana Ferreira de Araújo. Para Ayer (1991), a primeira capela de Alfenas foi edificada em 1799 por Alferes Domingos Vieira e Silva, conseqüentemente sendo considerada como a fundação do arraial, de acordo com os dados apresentados pela autora da Cúria Metropolitana de São Paulo.

Aspásia, além de escritora, foi membro do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais e “chefiou o Serviço de Orientação Educacional do Instituto de Educação de Belo Horizonte” (UNIFAL, 2023) – posição na qual impactou diretamente a educação de Alfenas. Ela publicou três livros:

- a) A Educação em Alfenas nas décadas de 60/70, de 1991;
- b) A Igreja na História de Alfenas: A Fundação de Pedra Branca, separatas das revistas XX e XXI do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, de 1991;
- c) Mosaicos, de 1990.

Segundo os autores Ayer (1983-1985 e 1991) e Vieira (2023), Domingos Vieira e Silva foi um jovem lusitano do Distrito de Praga que veio para o Brasil, instalando-se primeiramente em São João del-Rei. Ali casou-se com Ana Vilela de Assunção em uma capela no distrito de Aiuruoca e mudou-se para a fazenda “Do Morro Cavado” entre Três Pontas e Lavras do Funil. Ao nascer seu segundo filho, sua esposa falece e, alguns anos mais tarde, casa-se novamente com D. Joana Vitória (Leite Coimbra), também de São João del-Rei.

Domingos almejava a Carta de Sesmaria, um documento cedido pela Coroa Portuguesa para alguns nobres que lhes concedia o direito de fazer a exploração e

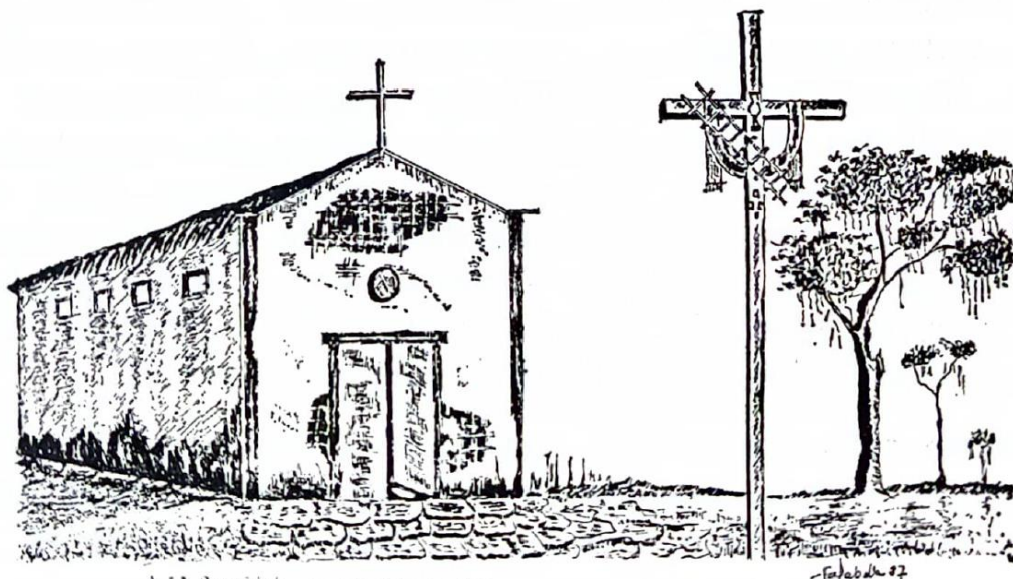
colonização de terras (VIEIRA, 2023). Ele conseguiu esse direito em 25 de setembro de 1793, segundo documento encontrado no Arquivo Público Mineiro, de acordo com a Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, Volume XX, 1983-1985 – Separata.

Foi dali que Domingos Vieira e Silva partiu para tomar posse de suas novas terras, passando pela região (que depois se chamou Nepomuceno) se desabitada por um lado, nela, contudo, habitavam os indígenas (Mandibóias). Subiu pelo Rio Verde, atravessou o Sapucaí. Provavelmente veio costeando o Cabo Verde afora; encontrou o Muzambo e entre este e o Gambá fincou as primeiras estacas do seu rancho... Domingos Vieira atravessou o Muzambo e demarcou as terras até às margens do Cabo Verde e antes do Córrego das Pedras, à direita. Nas margens do Córrego do Campo Redondo, mais tarde, entre os rios Muzambo e Cabo Verde, estabeleceu a Fazenda do Campo Redondo, cuja construção foi feita a partir de 1808. (IHGMG, 1983-1985, p-12).

Em 1799 inicia-se a construção da capela (FIGURA 4) em um local denominado Pedra Branca, com base no “Apontamentos para a História de Alfenas” da Cúria D. São Paulo por Nelson Lopes (IHGMG, 1983-1985).

Era de adobe, paredes de pau a pique, coberta de capim (ou seria com cascas de palmito?...), de construção provisória (mas que durou mais de vinte anos!) numa praça que se chamou largo da matriz (mais tarde Praça Municipal); construção provisória que ainda estava de pé em 1824, segundo o testamento do Pe. Joaquim José Ferreira, embora em precárias condições, pois a segunda capela – a chamada do Rosário – já estava construída na mesma praça, mas do lado oposto, por volta de 1820. Sabe-se desse detalhe porque o Pe. Joaquim J. Ferreira dispôs em seu testamento [A do Rosário, já chamada Matriz: construída no local onde se encontra hoje, a Concha Acústica] sua vontade. (IHGMG, 1983-1985, p-13).

Figura 4 - Retrato falado da 1ª Capela construída em 1799



Fonte: AYER (1991, p. 17).

O aglutinamento de pessoas ao redor da capela foi crescendo. Então, em 1805, Francisco Siqueira Ramos doa uma porção de terras para o patrimônio desta, concordando com os dados apresentados por Senna (1909) e Barbosa (1971). Os Martins Alfena também são mencionados por Ayer (1991), assim como outras famílias que aqui foram se achegando.

Quando o filho do Alferes, Domingos Vieira e Silva Gonçalves casou-se em Campanha com Francisca de Paula Xavier de Toledo, em 1808, também se casava neste mesmo ano, João Martins Alfena, mencionado no termo como natural e residente em Aiuruoca. Depois, então, adquiriu terras em Pedra Branca (onde já deviam estar morando outros seus parentes que por ali se espalharam). Suas moradas, em lugar assim, tão desprovido de indicações, serviam de referência para os que demandavam outros locais. E, aos poucos, foi descaracterizado o nome Pedra Branca, e o arraial passava a ser chamado dos Alfena. [...] Dos mais diversos lugares continuou o êxodo, e em demanda do pequeno arraial o afluxo não parava: de Cabo Verde, Aiuruoca, Caldas, Carmo da Escaramuça, Três Pontas, Campanha... Nessa leva de emigrados para a povoação recém-nascida – os Souza Dias, Vieiras, Sousas, Ribeiros, Moreiras, Magalhães, Martins Alfena... (p. 25).

Em conformidade com a mesma fonte, o arraial permaneceu até em 1832 com o nome de São José e Dores da Pedra Branca e em 14 de julho do mesmo ano foi elevado à Paróquia de São José dos Alphenas. Consoante a Prefeitura Municipal de Alfenas de acordo com os dados do IBGE, a formação administrativa deu-se da seguinte forma:

O distrito foi criado com a denominação de Vila Formosa de Alfenas pelo Decreto de 14-07-1832 e pela Lei Estadual n.º2, de 14-09-1891 e elevado à categoria de vila com a denominação de Vila Formosa de Alfenas pela Lei Provincial n.º1.090, de 07-10-1860, sendo desmembrado dos municípios de Caldas, Jacuí e Campanha.

Com a Lei Provincial n.º1.611, de 15-10-1869 a Vila Formosa de Alfenas foi elevada à condição de cidade. Pouco tempo depois, é criado o Distrito de São Sebastião do Areado e anexado ao Município de Vila Formosa de Alfenas, pela Lei Provincial n.º1.788, de 22-09-1871. No mesmo ano, pela Lei Provincial n.º1.791, de 23-09-1871, o Município de Vila Formosa de Alfenas passou a se chamar Alfenas. Pela Lei Provincial n.º2.087, de 24-12-1874, e pela Lei Estadual n.º2, de 14-09-1891 é criado o Distrito de São João do Barranco e anexado ao Município de Alfenas. Pela Lei Estadual n.º556, de 30-08-1911, foram criados os distritos de Fama e Serrania e anexados ao Município de Alfenas. A Lei desmembra de Alfenas o distrito de São Sebastião do Areado, elevado à categoria de município com a denominação de Vila Gomes. Porém, em divisão administrativa no ano de 1911 o município é constituído de 5 distritos: Alfenas, Fama, São João Barranco, Serra Negra e Serrania. Assim permanecendo nos quadros de apuração do Recenseamento Geral de 1-IX-1920 (ALFENAS, 2023).

Ayer (1991) traz o ano de 1799 como data da fundação do arraial, portanto pode-se fazer a inferência de que já havia um ajuntamento de pessoas nesse território, o qual foi consolidando-se ao ponto de tornar-se distrito em 1832 pelo Decreto (14-07-1832) e pela Lei Estadual de 1891, com a denominação de Vila Formosa de Alfenas. Em 1860, pela Lei Provincial n.º 1.090, foi elevado à categoria de vila e desmembrado dos municípios de Caldas, Jacuí e Campanha. Em 1869, foi elevado à categoria de cidade pela Lei Provincial n.º. 1.611. E em 1871 o município de Villa Formosa de Alfenas teve seu nome alterado para Alfenas somente, mediante a Lei Provincial n.º.1791.

Ainda em 1871, São Sebastião de Areado (atual município de Areado) tornou-se distrito e foi anexado ao município de Alfenas. Essa configuração foi mantida até 1911, quando o distrito foi desmembrado e elevado também a município. Curiosamente, o documento apresentado não traz informações sobre quando Serra Negra tornou-se distrito e foi anexado ao município de Alfenas. De acordo com a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros de 1958, Serra Negra era distrito de Caldas até 1850 e passou a integrar Alfenas em 1860, mesmo antes desta ser elevada a município em 1869.

No ano de 1874 é criado e anexado a Alfenas o distrito de São João do Barranco, permanecendo até os dias atuais com o nome de Barranco Alto. Em 1911 são criados os distritos de Fama e Serrania e ambos também são anexados a Alfenas.

Pela Lei Estadual n.º843, de 07-09-1923, o Distrito de Serra Negra passou a chamar-se São Joaquim da Serra Negra e pela mesma lei, o Distrito de Fama deixa de pertencer ao Município de Alfenas para ser anexado à vila de Paraguassu. Em 1924, o Distrito de São João do Barranco Alto passou a chamar-se simplesmente Barranco Alto (Lei Estadual n.º860, de 09-09-1924). Então, em divisão administrativa em 1933 o município é constituído de 4 distritos: Alfenas, Barranco Alto, São Joaquim da Serra Negra e Serrania. Assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937.

O Decreto-lei Estadual n.º148, de 17-12-1938, desmembra do Município de Alfenas o Distrito de Serrania, elevado à categoria de município. A mesma lei desmembra do Município de Alfenas o Distrito de São Joaquim da Serra Negra, elevado à categoria de município com a denominação de Serra Negra. No quadro fixado para vigorar no período de 1939 a 1943 o município é constituído de 2 distritos: Alfenas e Barranco Alto. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2014 (ALFENAS, 2023).

Fama permanece até o ano de 1923 quando é anexado ao município de Paraguaçu. Serrania permanece até o ano de 1938 quando, juntamente com o distrito de São Joaquim da Serra Negra (atual município de Alterosa), torna-se município.

Em síntese, dos cinco distritos pertencentes ao município de Alfenas (Areado, Alterosa, Fama, Serrania e Barranco Alto), somente um permanece nos dias atuais, sendo este o distrito de Barranco Alto.

Não se sabe ao certo a data exata do falecimento de Alferes Domingos Vieira e Silva, mas estima-se que tenha sido entre 1826 a 1830. Um dos seus filhos, o Tenente Coronel Domingos Vieira e Silva, perpetuou a moradia na Fazenda do Campo Redondo, passando, posteriormente, para seu filho Alferes Antônio Joaquim Vieira. A fazenda permanece como posse da mesma família até os dias atuais (IHGMG, 1983-1985). A casa da fazenda conserva a mesma estrutura desde 1808, com exceção de algumas reformas. Abaixo, fotografias autorizadas por Carlos Roberto Vieira Romano, da sétima geração dos Vieiras e dono do Campo Redondo.

Fotografia 1 - Fazenda Campo Redondo



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora (2023).

Fotografia 2 - Portal da Fazenda Campo Redondo



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora (2023).

Fotografia 3 - Muro de pedra da Fazenda Campo Redondo desde 1808



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora (2023).

Fotografia 4 - Pesquisadora com Carlos Roberto V. Romano e seu filho Mário Roberto V. R. Romano



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora (2023).

O município continuou se desenvolvendo, porém não de forma igualitária. Desde seus primórdios já haviam grandes latifúndios, vasta extensão de terras nas mãos de poucos. Essas terras normalmente permaneciam em posse das próprias famílias e iam passando de geração em geração, formando-se assim a “aristocracia rural sul-mineira” (MARTINS, 2011). Essa afirmativa corrobora com Alves (2021) ao relatar que a concentração de terras no Brasil é um problema estrutural em decorrência do seu “processo histórico-geográfico de ocupação territorial, marcado por sistemas que valorizam a monocultura, latifúndio e mão de obra escrava” (p. 136). Essa problemática será analisada nos dados apresentados a diante por meio de quadros e tabelas.

3.2 ALFENAS APÓS SUA FUNDAÇÃO

É quase impossível desvincular a história de Alfenas da atividade agropecuária. Martins (2011) nos traz Caio Prado Jr (1972), dentre outros autores, discorrendo sobre a importância da agricultura mercantil de abastecimento na região do sul de Minas, na qual Alfenas se insere.

Reúne-se neste sul de Minas um conjunto de circunstâncias muito favoráveis à criação de gado; e logo que a região começa a ser devassada pelos exploradores do ouro, inicia-se paralelamente uma atividade rural em que se destacará a pecuária. Esta chamará a si, aos poucos, o mercado próximo que os centros mineradores em formação lhe vão proporcionando [...] O sul de Minas suprirá em seguida, e substituirá, afinal, os fornecedores do Rio de Janeiro... (PRADO JÚNIOR, 1972, p. 198 apud MARTINS, 2011, p. 2).

Martins faz uma breve descrição de como a terra era utilizada no município no decorrer do século XIX.

As propriedades rurais aproveitavam principalmente as áreas de várzeas, as “baixadas” e as meias-encostas para a lavoura e a pecuária. As roças de cana, milho, feijão, fumo e algodão eram plantadas em terrenos planos e baixos, enquanto a criação de gado *vacum* aproveitava os campos naturais nos sopés dos morros e nas encostas. Nas elevações dos terrenos, predominavam as matas, exploradas para a retirada de lenha e madeira. (MARTINS, 2011, p. 8).

Através da pesquisa do mesmo autor, data-se a inserção do café no sul de Minas Gerais entre 1860 e 1870, concordando com a história de Alfenas disponível no *website* da Prefeitura Municipal que afirma que o município se destacava pela qualidade e quantidade desta monocultura em 1877. “[...] assente num platô de terra roxa que produz extraordinariamente café [...]. Além do café cultivavam outros cereais e também a cana. Criava-se gado e porcos, em grande parte para exportação” (PINTO, 1887 apud ALFENAS).

Por intermédio do Almanach Sul Mineiro para 1874, Alfenas denotava importância em relação a cafeicultura ao lado de Camanducaia e Pouso Alegre (MARTINS, 2011).

Nota-se nos quintais das casas grande plantação de café que produz abundantemente, sendo certo que, embora fato singular, colheu-se de um pé dessa planta a extraordinária quantidade de sete alqueires e três quartas de grãos, que correspondem a mais de três arrobas. Isto mesmo consta do arquivo municipal, onde o fato ficou autenticado. Adaptando-se o terreno de todo o termo a essa plantação, vai ela tendo bastante desenvolvimento (p. 1).

A esse período associa-se de maneira infeliz a escravidão com a larga produção de café. Martins contabiliza essa realidade através dos dados do Mapa de população de 1835 do Arquivo Público Mineiro. De 3.051 habitantes, 967 eram escravos. Com o aumento populacional do distrito, aumentava-se o número de

escravos. “Em 1888, por ocasião da Abolição, ainda havia neste município, cerca de 4.500 escravos matriculados, fora os ingênuos da lei do ventre livre” (SENNÁ, 1909, p. 182 apud ALFENAS, [sem data e página]). Sabe-se suas origens por meio dos Livros de Assentos de Batismos da Paróquia de São José e Dores: Benguella, Congo, Moçambique, Angolla e Criolla (ALFENAS, [sem data e página]).

A discrepância entre grandes sesmeiros e pequenos proprietários sempre existiu e não poderia ser diferente no município de Alfenas. Martins apresenta em seu trabalho, um quadro referente ao tamanho de terras em alqueires das fazendas do município de Alfenas de 1855 a 1856. As informações por ele elaboradas e aqui utilizada para análise (TABELA 1), foram retiradas dos Registros paroquiais de terras das freguesias de São José e Dores de Alfenas e de São Joaquim da Serra Negra, por intermédio do Arquivo Público Mineiro.

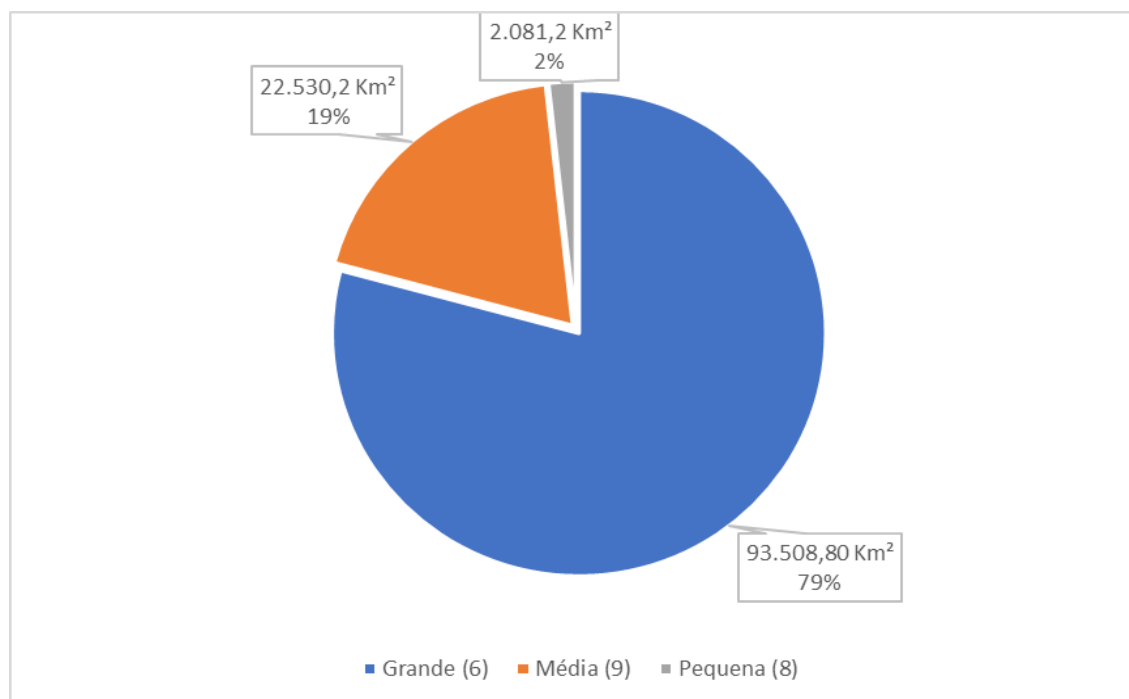
Tabela 1 - Tamanho (em alqueires) de “terras” no município de Alfenas (1855 a 1856)

Tipo	Local da “terra”	Proprietário	Tamanho
Grande	Faz. Gambá	Francisco de Souza Freire	1000
Grande	Faz. Cascalho	Pe. Venâncio José de Siqueira	300
Grande	Faz. Campo Redondo	Antônio Joaquim Vieira	c. 250
Grande	Faz. Boraias	Joaquim Oliveira da Silva	150
Grande	Faz. Rio Claro	Rafael Silveira de Andrade	132
Grande	Faz. Água-Morta	Manoel Antônio Marques	100
Média	Faz. Felix João	Manoel Silvério da Silva	92,5
Média	Faz. Olaria	José Martins Alfenas	70
Média	Faz. Anhumas	João Batista da Costa	69
Média	Faz. Morro do Pito	José Ferreira Rocha	60
Média	Faz. Tejuco Preto	José Tomás de Aquino	50
Média	Faz. Palmeiras	Antônio José de Albuquerque	49
Média	Faz. Ribeirão de São Pedro	Rosário Maria da Lapa e filhos	30
Média	Faz. Fortaleza do Rio Claro	Vicente Gonçalves Rocha	25
Média	Faz. Olaria	Joaquim Goularte de Andrade	20
Pequena	Faz. Pedra Branca	Felícia Vieira da Silva	10
Pequena	Faz. Serra Negra	Carlos José de Azevedo	9
Pequena	Faz. Mandaçaia	Maurício da Costa Neves	6
Pequena	Pasto valado em Alfenas	Francisco de Paula Ferreira Lopes Sobrinho	5
Pequena	Faz. Turvo	José Benjamim Gonçalves Cintra	4,5
Pequena	Faz. Boavista	Francisco José de Magalhães	4
Pequena	Faz. Espreado	Joaquim Antônio de Paiva	3
Pequena	Chácara em São Joaquim	Antônio Gabriel Ferreira	1,5

Fonte: MARTINS (2011, p. 7), organizado pela pesquisadora (2023).

Analisando a Tabela 1 acima é possível perceber a discrepância entre as enormes fazendas e as pequenas propriedades. A definição de Martins para essa divisão consiste em definir como pequenas propriedades as terras com área igual ou inferior a dez alqueires, as médias com mais de dez e menos de cem e as grandes fazendas com cem ou mais alqueires de terra. A fazenda de maior porte é a Gambá, propriedade de Francisco de Souza Freire, com área de 1.000 alqueires. A Chácara em São Joaquim, diferentemente, continha somente 1,5 alqueires. Existe uma variação da medida paulista e mineira, enquanto 1 alqueire paulista corresponde a 2,4 hectares, 1 alqueire mineiro equivale a 4,8 hectares (UNESP, 2023). Então a Fazenda Gambá possuía 48.400 km² de terras enquanto a menor propriedade de Antônio Gabriel Ferreira possuía somente 72,6 km². As grandes propriedades predominavam em relação às pequenas em sua extensão territorial. Das 23 fazendas analisadas, apenas 6 são consideradas grandes, mas equivaliam a 79% da área total analisada. Nove fazendas são consideradas médias e representam 19%. As pequenas são 8, com apenas 2% da área total (GRÁFICO 1).

Gráfico 1 - Tamanho (em km) de “terras” no município de Alfenas (1855 a 1856)



Fonte: MARTINS (2011), elaborado pela pesquisadora (2023).

Ainda dentro do rico levantamento de Martins é possível observar quais eram os perfis econômicos das propriedades rurais de Alfenas entre 1855 a 1889, através da análise por ele realizada de um “conjunto de 65 inventários encontrados no acervo da Vara de Famílias e Sucessões da Comarca de Alfenas, documentos originalmente produzidos pelo Juízo de Órfãos e Ausentes do Termo de Alfenas” (p-11). É importante salientar que os dados levantados por Martins abrangem também os distritos que no referido período faziam parte do município, de acordo com a descrição feita por Bernardo Saturnino da Veiga em 1874. Na época, eram estes:

...São Sebastião do Areado (atual município de Areado), Carmo da Escaramuça (atual município de Paraguaçu), Douradinho (hoje distrito do município de Machado), São Francisco de Paula do Machadinho (atual município de Poço Fundo), Machado, São Joaquim da Serra Negra (atual município de Alterosa), São João do Barranco Alto (atual distrito de Alfenas) e Serrania. (ALMANACH SUL-MINEIRO, 1874, p. 30 apud MARTINS, 2011, p. 9).

Os dados trabalhados a seguir (TABELA 2) são o resultado da análise realizada por Martins de 43 fazendas de tamanhos variados (porém não mencionados) dentro do período de 1855 a 1890. Apresenta-se as atividades (lavouras, criação de animais e atividades de transformação), o número de ocorrências destas atividades nas fazendas e a porcentagem total sobre estas.

Tabela 2 - Atividades produtivas nas fazendas de Alfenas (1855 a 1890)

Tipo de atividade	Atividade	Nº de ocorrências	% sobre o total
Lavoura	Cana	14	32,6
	Milho	35	81,4
	Café	6	14,0
Criação de animais	Criação de bovinos	40	93,0
	Criação de suínos	26	60,5
Atividades de transformação	Fiação e/ou tecelagem	23	53,5
	Fabricação de farinhas	20	46,5
	Fabricação de açúcar, rapadura, cachaça	12	27,9

Fonte: MARTINS (2011, p. 12), organizado pela pesquisadora (2023).

É possível observar a presença expressiva da cultura de milho durante esse período, posteriormente a cana de açúcar e depois o café. Outras culturas também são apresentadas por Martins no Anexo 1 nas páginas 20 a 23, porém representam uma expressividade inferior às demonstradas acima. São essas: algodão (5

ocorrências), arroz (5), pomar (5), mandioca (3), feijão (3), fumo (2) e batata (1). É interessante analisar que desde este período o milho já predominava o solo alfenense, não sendo diferente do que é hoje, uma cultura agrícola que está no bojo do agronegócio (ALVES, 2021). A cana de açúcar, embora represente menos da metade da porcentagem ocupada pelo milho, destaca-se como a segunda cultura mais cultivada na época e que também não deixa de ser uma monocultura que abrange grandes extensões de terra (MOURA; VALE, 2018). O café, por sua vez, ainda tinha uma tímida aparição nas lavouras de Alfenas. Isso mudaria em breve e o café se tornaria a cultura permanente mais importante, promovendo a commoditização do território, segundo pesquisa realizada por Alves (2021) em 2018. Martins traz João Heraldo Lima (1981), mencionando a participação do Sul de Minas na exportação de café pelo porto de Santos nos anos de 1890.

Outras plantações, como algodão, arroz, pomar, mandioca, feijão, fumo e batata eram feitas em pequenas escalas, provavelmente para a própria subsistência. Outro tipo de plantação que aparece de forma expressiva, mas não mencionada no quadro, era o pasto, com 21 ocorrências, representando quase 49% sobre o total das fazendas. A criação de bovinos e suínos era predominante, mas também havia criação de equinos/muar e ovinos. “A criação de animais representava talvez a maior fonte de renda para as propriedades” (MARTINS, 2011, p. 12).

Por último, tem-se as atividades de transformação, ou seja, de beneficiamento. Fiação e/ou tecelagem estavam presentes em mais da metade das fazendas, a fabricação de farinhas em pouco menos da metade e, representando quase 29%, a fabricação de açúcar, rapadura e cachaça. As aparelhagens para fiação e tecelagem eram a roda de fiar, o tear, o descaroçador (de algodão) e a máquina de costura. Para a fabricação de farinhas eram o monjolo, o moinho, o debulhador, a roda de mandioca e a máquina de ralar mandioca. Para a fabricação de açúcar, rapadura e cachaça eram o alambique, o engenho e o engenho de serra. Tinha-se também a tenda de ferreiro que, segundo a Universidade Federal Fluminense (2023), era uma das construções mais importantes dentro de um complexo cafeeiro. Ele era constituído de uma forja de ferro que mantinha o fogo aceso, forjando utensílios para vários fins.

Mediante todo esse levantamento é possível identificar uma diversidade no perfil econômico do município de Alfenas entre 1855 e 1890. O café ainda não tinha conquistado o seu lugar nas lavouras do município, sendo uma novidade para os

grandes fazendeiros. Mas isso estava prestes a mudar como poderá ser percebido nos próximos dados apresentados sobre as culturas agrícolas de Alfenas antes da instalação da Usina Hidrelétrica de Furnas em 1963.

3.3 SÉCULO XX – ANTES DE FURNAS

O primeiro Censo Agropecuário realizado no país ocorreu em 1920, “contendo número de estabelecimentos, nome do proprietário e do estabelecimento, por município” (IBGE, 2023). Neste censo, o município de Alfenas continha 736 proprietários de estabelecimentos rurais (IBGE, 1924). O censo realizado em 1960 é bastante rico em informações, porém serão trabalhados os dados referentes às culturas desenvolvidas, sendo as culturas permanentes café e laranja, e as culturas temporárias feijão, mandioca e milho. Também será averiguado a “produção particular do pessoal residente nos estabelecimentos no ano de 1959” (IBGE, 1960), que são as produções de arroz, banana, feijão e milho. Esse censo foi realizado com o levantamento de 926 estabelecimentos rurais com uma área total de 76.597 hectares (cada ha. mede 10 mil metros quadrados). A Tabela 3 exhibe as culturas permanentes referentes ao ano de 1959.

Tabela 3 - Culturas permanentes no município de Alfenas através do Censo Agropecuário de 1960

	Café	Laranja
Estabelecimentos declarados	224	200
Quantidade	1.851 (t)	20.923 (cento)
Área (ha)	1.654	18

Fonte: IBGE (1960), organizado pela pesquisadora (2023).

Em ambas as culturas são apresentados outros dados, como pés que foram produzidos na colheita de 1959 e, efetivos nas plantações de 1960, pés novos e em produção. A mensuração, entretanto, se torna mais viável na forma resumida apresentada na Tabela 1. Sobre a tabela, o número de estabelecimentos declarados é aproximado em ambas as culturas, porém a área difere muito, tendo o café uma área expoente em comparação com a laranja, demonstrando a sua entrada e permanência em terras alfenenses. A próxima tabela é referente às culturas temporárias. O censo fornece os valores totais e também faz a divisão em cultivo simples e associado, e em cultivo intercalado e misto. Na Tabela 4 são utilizados os

valores totais.

Tabela 4 - Culturas temporárias no município de Alfenas através do Censo Agropecuário de 1960

	Feijão	Mandioca	Milho
Estabelecimentos declarados	508	6	582
Quantidade (t)	419	47	3.103
Área (ha)	601	5	1.654

Fonte: IBGE (1960), organizado pela pesquisadora (2023).

Destaca-se na cultura temporária a produção de milho com 3.103 toneladas em 1.654 ha, persistindo sua representatividade nas lavouras alfenenses desde 1855. Comparando com a tabela anterior, a produção de milho ultrapassa em 1.252 toneladas o café. O feijão aparece de forma considerável, tendo maior área do que a laranja apresentada na tabela anterior. Já a mandioca apresenta-se de forma ínfima e pouco significativa para agricultura do município.

A Tabela 5 é referente à produção particular do pessoal residente nos estabelecimentos no ano de 1959, ou seja, empregados ou agregados, “obtida em terras do estabelecimento” (IBGE, 1960), porém não é informado a quantidade de pessoas, somente de suas produções. É possível observar que a produção é irrisória, sendo provavelmente para subsistência.

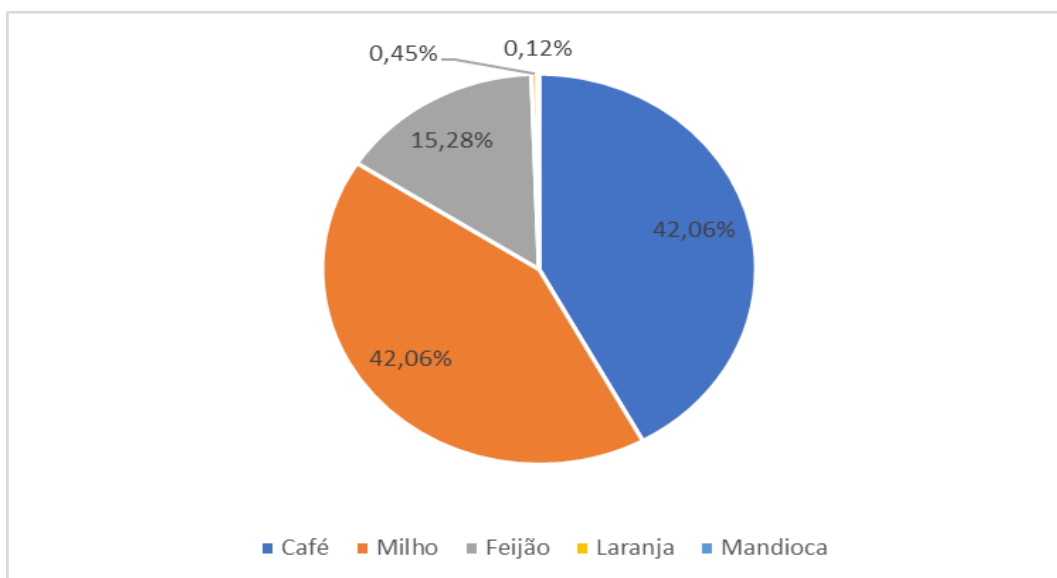
Tabela 5 - Produção particular dos indivíduos residentes nos estabelecimentos no ano de 1959

	Arroz	Banana	Feijão	Milho
Quantidade	36 (t)	50 (cachos)	10 (t)	58 (t)

Fonte: IBGE (1960), organizado pela pesquisadora (2023).

Para melhor mensuração dos dados exemplificados acima, foi elaborado um gráfico (GRÁFICO 2) com a porcentagem de áreas cultivadas em ha. O café e o milho dispunham ambos de uma área de 1654 hectares cada, aproximadamente 42% do total das áreas cultivadas. A laranja (0,45%) e a mandioca (0,12%) possuíam tão poucos ha. cultivados que nem é possível visualizar no gráfico.

Gráfico 2 - Porcentagem das áreas de culturas permanentes e temporárias do município de Alfenas de acordo com o Censo Agropecuário de 1960



Fonte: IBGE (1960), elaborado pela pesquisadora (2023).

É possível aferir sobre os dados demonstrados acima que o café ocupou seu lugar na commoditização juntamente com o milho, apesar de o milho superar o café em 1.252 toneladas. Ambos, entretanto, tinham a mesma expressividade no município. Isso mudará principalmente após o advento do Lago de Furnas, pois Alfenas e todos os municípios que por ele tiveram suas terras inundadas, passaram por transformações – socioespaciais, econômicas, culturais e demográficas (VALE, 2018). As outras culturas apresentadas e com menor representatividade, como a laranja, feijão, mandioca, arroz e banana, segundo ALVES (2021) “são alimentos característicos da cultura familiar e estão presentes na dieta da população brasileira” (p-142), porém estão perdendo o seu espaço para o café, soja e milho. Até então a cultura agrícola da soja não foi apresentada nos dados, isso se confirma ainda pelo mesmo autor citado que a soja ganhará destaque no município de forma tardia, pós década de 2010, mesmo tendo dados ínfimos apresentados pelo IBGE em 1988.

O transporte também contribui para mudanças no município de Alfenas.

Para Alfenas, o raiar do século XX trouxe consigo grandes avanços em relação aos transportes e às comunicações: ainda na primeira década houve a integração do município à Rede Ferroviária Sul Mineira, através da construção de um ramal e de uma Estação Ferroviária; na mesma década, inauguram-se os serviços de telefonia... (ALFENAS, [sem data e páginas]).

Essa marcante conquista para o povo alfenense foi realizada na vigência do prefeito Gaspar Lopes, segundo prefeito do município (1896-1911). De acordo com o documento citado acima com base em FRADE (1917), a EF Rede Sul Mineira contava com as estações de Alfenas (na sede), Fama, Gaspar Lopes, Harmonia e Areado e havia um barracão na atual Praça Amália Engel, onde era a antiga Casa da Cultura. O progresso continuou com a inserção de duas linhas de navegação fluvial à rede ferroviária, sendo essas a Navegação Fluvial do Rio Sapucahy e a Viação Fluvial do Rio Sapucahy.

Ambas serviam os municípios de Alfenas, Dôres da Boa Esperança, Campos Gerais, Carmo do Rio Claro e parte de Guapé, ligando o porto de Fama (que então era distrito de Paraguaçu) ao Porto Carrito e Porto Beli, em Carmo do Rio Claro... Grandes embarcações, com capacidade para 20 passageiros e 30 mil toneladas de cargas... Levavam sal, rapadura, queijo, manteiga e outros mantimentos, conforme as encomendas entre os comerciantes da região.

De 1933 a 1940, extinta a Navegação Fluvial do Sapucahy, persistiram 3 vapores, da Empresa de Navegação Sapucahy, a cobrir um trecho que ia de Fama até o Carmo do Rio Claro. Os portos eram os seguintes: Fama, Amoras, Cabo Verde, Barranco Alto, Azevedo, Correnteza, Águas Verdes, Prado Leite, Ponte, Tromba e finalmente Carrito, já no município de Carmo do Rio Claro. (ALFENAS, [sem data e páginas]).

3.4 A INSTALAÇÃO DE FURNAS E A ALTERAÇÃO NA CONFIGURAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ALFENAS

A demanda por energia elétrica no país era uma realidade na década de 50. Juscelino Kubitschek de Oliveira governou entre 1956 e 1961 e tinha por objetivo suprir essa demanda. “Nesta época, o país era predominantemente rural, mais de 60% da população estava no campo e, aproximadamente, 30 milhões de pessoas dependiam da economia agrária” (FURNAS, 2007, p-6). Essa realidade não era diferente em Alfenas, pois de acordo com Branquinho e Silva (2021), até 1960 a população rural era predominante. A falta de energia, assim como em todo o país, era presente na vida dos sul mineiros. Até 1967 a Companhia Sul Mineira de Eletricidade com suas 16 pequenas usinas abastecia 87 localidades, mas era insuficiente e os blecautes eram corriqueiros (ALFENAS, [sem data e página]).

De acordo com o acervo memorialístico de Furnas (2007), o engenheiro da Cemig, Francisco Afonso Noronha foi quem descobriu as Corredeiras de Furnas ao deparar-se com um canyon longo e profundo. A Usina Hidrelétrica de Furnas está

entre os municípios de São José da Barra e São João Batista do Glória, ambos no estado de Minas Gerais e no trecho médio do Rio Grande. Ela é composta por dois rios principais e de grande extensão que também contribuem para Hidrelétrica de Itaipu, o Rio Grande com aproximadamente 240 km de extensão e o Rio Sapucaí com, em média, 170 km. Ao abranger seu nível máximo, o reservatório ocupa uma área de aproximadamente 1.400 km², correspondendo a um perímetro de 3.500 km. Sua bacia de drenagem apresenta uma área total de 54.464 km² e exerce influência sobre 52 municípios, sendo 34 destes banhados pelo lago (LEMOS JÚNIOR, 2010).

O Rio Sapucaí percorre terras de São Paulo e Minas Gerais. Suas nascentes estão situadas na Serra da Mantiqueira, próximas a Campos do Jordão. O rio, após fluir no território de Minas Gerais por mais de 400 km, deságua no Rio Grande. No povoado de Pontalete, em Três Pontas, o Rio Sapucaí recebe águas do Rio Verde... Os principais afluentes do Sapucaí, além do Rio Verde, são os Rios Cervo, Dourado, Lourenço Velho, Mandu, Sapucaí Mirim, Turvo, Vargem Grande, Machado, Peixe e Cabo Verde (MAGALHÃES JUNIOR DINIZ, 1997 apud MARTINS, 2010, p.349).

Na represa de Furnas existem muitos rios como: Rio Verde, Rio Machado, Rio Muzambo. Também muitos córregos como: Quebra-Canoa, Forquinha, Capivara, além de ribeirões como: Cabo Verde, Cavalos e das Cunhas (MORAIS; CARVALHO, 2015 [sem página]).

Em 28 de fevereiro de 1957, Juscelino Kubitschek assina a escritura pública de constituição da Central Elétrica de Furnas S.A e também o Decreto 41.066, autorizando o funcionamento de Furnas (FURNAS, 2007, p. 8). É nesse momento que o terror conhecido como “Furnas, o crime do século” se inicia. Isso é muito bem retratado pelo livro Mandassaia de Ildeu Manso Vieira (2002), ele vivenciou todo o percurso de Furnas, pois era contratado pelo Departamento de Serviços do Reservatório (DSR) para fazer as expropriações amigáveis das terras e benfeitorias inundáveis, segundo seu próprio relato no livro.

Comentava-se, naquela época, que o gigantesco empreendimento atingiria 250 quilômetros pelo braço do Rio Grande e 150 pelo braço do Sapucaí, inundando nada menos do que 70 mil alqueires de terras no Sul de Minas Gerais. O reservatório seria dez vezes maior do que a baía de Guanabara, atingindo cerca de 30 municípios. Mais de 35 mil pessoas deveriam ser removidas e as melhores glebas condenadas pela represa, restando para a lavoura apenas os campos ácidos cobertos de barba-de-bode, as fraldas dos morros pedregosos e os chapadões erodidos. Os 120 quilômetros da estrada de ferro da Rede Mineira de Viação – RMV – também estavam condenados por Furnas, que se transformava assim no terror dos mineiros que teimavam em viver nas terras daquela região (VIEIRA, 2002, p. 12).

E eles não estavam errados! Conforme Lemos Júnior (2010) citado anteriormente, a extensão dos dois principais rios que tiveram suas águas atingidas por Furnas é quase a mesma que eles deduziram e também a quantidade dos municípios que seriam atingidos diretamente pelas águas da represa. Ainda conforme o autor, o maior impacto foi na zona rural, com 6.540 propriedades agora pertencentes ao governo. Dessas terras, havia plantações de café, milho, arroz e alho. “A área inundada do reservatório equivalia, à época, ao tamanho do extinto estado da Guanabara” (FURNAS, 2007). Martins (2010) traz em seu artigo fragmentos de entrevistas, onde os relatos acusavam que, além das várzeas onde se plantavam arroz e feijão terem sido inundadas, as árvores que serviam para lenha também foram atingidas. As boiadas que passavam pelos Rochas (bairro rural de Fama) rumando para Três Corações sumiram, também a jardineira que fazia a linha entre Alfenas e Paraguaçu passando por esse mesmo bairro rural, deixou de circular.

Apresentando os dados referentes ao município de Alfenas por meio do IBGE (1958:54), a Prefeitura Municipal de Alfenas exhibe os hectares de plantações inundadas: 1.800 ha de arroz; 990 ha de milho, 348 ha de feijão; e, com a maior área perdida, 2.333 ha de café. Furnas inundou 1440 km no sul de Minas. No município de Alfenas foi inundado parte do distrito de Barranco Alto e também do bairro rural Mandassaia. A “maria fumaça” foi desativada, pois seus trilhos estavam debaixo d’água. Barranco Alto atualmente é um distrito aquém do que era antes de Furnas, falta-lhe políticas públicas para atender suas demandas e necessidades e, após Furnas, ele ficou ilhado e esquecido, pois o acesso até ele é muito difícil, sendo realizado por balsa ou um longo caminho por estrada pelo município de Alterosa. Vieira (2002) retrata um pouco da realidade do distrito “nos idos de 1888”:

Anos depois os mineiros de Alfenas fundaram nas barrancas do rio Sapucaí, a 43 quilômetros da cidade dos Vieiras, o Retiro de São João Batista, que nos idos de 1888 passou a ser denominado de Barranco Alto. O local, agradável, de ótimo clima e de boa água, tornou-se distrito de Alfenas e na década de 1940 desenvolveu-se, chegando a contar com Agência dos Correios, com Agência do Banco Financeiro da Produção S.A., e com vários estabelecimentos comerciais, além de uma fábrica de laticínios... O transporte de mercadorias para Barranco Alto que fervilhava de gente era feito por via fluvial, através dos vapores que cortavam o Sapucaí, majestoso e sereno e também por carros-de-boi. Os passageiros usavam a velha jardineira do Batista que fazia a linha de Alfenas a Carmo do Rio Claro, passando pelo povoado de Barranco Alto... (p. 21; 22).

O mesmo autor retrata que, quando as águas chegaram no distrito, moviam-se no sentido contrário, amedrontado quem as viam. Elas só se acalmaram quando atingiram “a curva de nível 765, que correspondia à altura dos vertedouros a nível mínimo operatório” (p-370). Não houve resistência no período que antecedeu Furnas? Claro que sim! Várias reuniões, ajuntamentos e protestos. Alfenas concentrava o núcleo de resistência, tendo como um grande representante o deputado da União Democrática Nacional (UDN) Manoel Taveira, dono das terras da Fazenda do Quilombo. Os “furneiros”, assim como eram chamados pelos fazendeiros da região, temiam essas interações, por isso o dia do represamento das águas era sigilo, conhecido como o famoso “Dia D”. Houve repercussão na mídia? Não, não houve cobertura nacional. Qual era a intenção em não transmitir uma obra tão grandiosa como essa? Martins (2010) relata por meio de entrevistas as opções dadas por Furnas. Os moradores podiam aceitar o dinheiro e, desmanchando o imóvel, ficar com todo o material. Podiam também aceitar o dinheiro e deixar o imóvel para Furnas. A terceira opção era buscar resolver a questão por vias judiciais. Entretanto, o valor pago não correspondia ao valor real da terra. Então aquelas pessoas não tinham o direito de ficar; suas terras, vivências e lembranças lhe foram tiradas de repente. Conclui-se que a relação entre eles e Furnas não era nada amigável, mas sim marcada por conflitos que poderiam ter uma repercussão negativa nas mídias. Muitos não acreditavam que as águas realmente ocupariam suas terras, sendo necessário barcos e helicópteros de Furnas para os retirar, conforme a Fotografia 5.

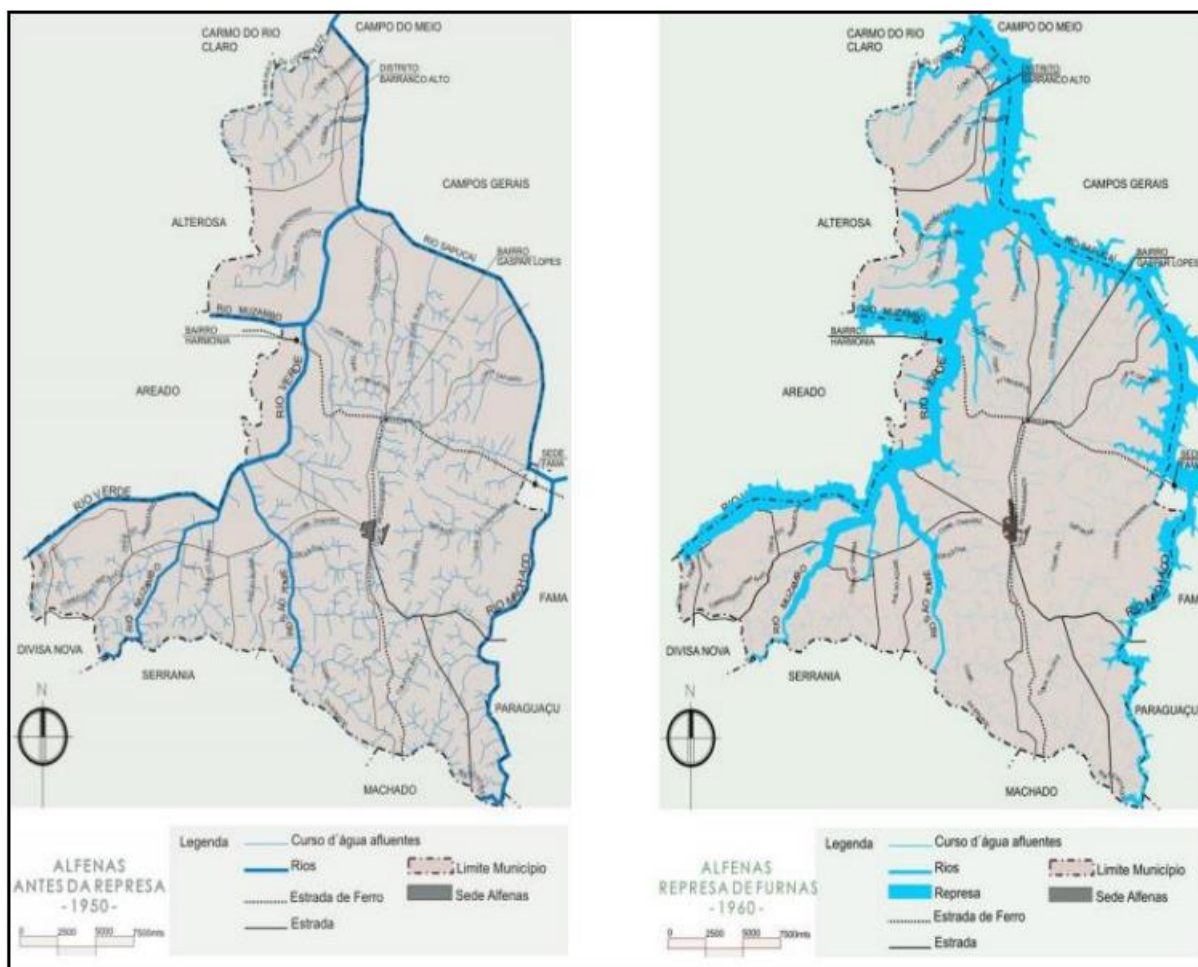
Fotografia 5 - Barco transportando moradores



Fonte: FURNAS (2007, p. 7).

Enfim, Furnas veio e é uma realidade. Foi totalmente negativa? Não, pois supriu a demanda de energia elétrica não somente dos mineiros, mas de muitos brasileiros, tendo um potencial de 1.216 GW (8 x 152 MW) (MORAIS; CARVALHO, 2015). Os sujeitos das áreas afetadas, contudo, não foram levados em consideração. Foram desapropriados e desenraizados de suas terras. Aqueles que dependiam das áreas de várzeas para produção do seu sustento tiveram que se reinventar da noite para o dia – isso quando tinham oportunidade para tal. Concorde-se com os autores Lemos Júnior (2010) e Marques (2021) que a hidrelétrica de Furnas veio suprir uma demanda nacional, mas deixou de olhar o local, trazendo o empobrecimento das populações atingidas. Populações que não foram alvo de políticas públicas para ao menos tentar amenizar a tragédia a eles causada. O mapa abaixo (FIGURA 5) compara a antiga e a nova configuração do território do município de Alfenas após a vinda de Furnas. É possível observar também os municípios limítrofes a Alfenas que semelhantemente tiveram seu território banhado por Furnas.

Figura 5 - Mapa do antes e depois da chegada de Furnas em Alfenas - MG



Fonte: Plano Diretor (1992) apud CRUZ (2022, p. 83).

Carvalho e Nogueira (2015) trazem apontamentos que podem ser compreendidos ao fazer a leitura do mapa com relação ao distrito do Barranco Alto e ao bairro rural do Mandassaia. Ambos ficaram ilhados, tornando-se mais próximos do município de Alterosa.

O acesso que tinha com Alfenas era feito pelo rio Sapucaí, a população atravessava em pequenos barcos pelo trecho estreito do rio. Perdeu-se também a rota feita pelo barco a vapor conduzido por um cabo de aço no rio Sapucaí (que fazia a travessia para cidades próximas) ... Furnas fez outra estrada de terra para os moradores, que liga a cidade de Alterosa, mas a ligação com Alfenas foi perdida, passando a ser feita por balsa e seguida por uma longa estrada sem pavimentação (p. 26).

Deslumbrou-se então uma oportunidade de poder lucrar com algo que agora era irreversível e real. Nas palavras de Cruz (2022), a “mercantilização da natureza e o incentivo ao turismo promoveu uma nova forma de produção do espaço” (p-84).

Grande parte dos 32 municípios que se encontram no entorno da represa fazem o uso múltiplo das águas por meio do turismo, pesca, agricultura, piscicultura, esportes náuticos, lazer e outros para obter uma fonte de renda e movimentar o setor econômico. Mas o que os veículos de notícias apresentavam é que Furnas não se importava tanto com esses usos múltiplos, mas sim com a geração de energia e hidrovias. Marques (2021) traz em seu trabalho o manifesto (FIGURA 6) feito pela ALAGO (Associação dos Municípios do Lago de Furnas) pela cota mínima altimétrica de 762 metros.

Figura 6 - Manifesto Pró-Furnas de 5 de março de 2020

MANIFESTO PRÓ-FURNAS 762 - 5 de março de 2020

A omissão e/ou ação desastrosa das autoridades gestoras de recursos hídricos no País levaram o Lago de Furnas a uma situação de absoluta precariedade, desolação e pobreza.

Inúmeros empreendimentos estão mortos, assim como sua população – sem atividade econômica e com o meio ambiente degradado. E as agências reguladoras e órgãos afins, como ANEEL, ANA e ONS, além de Furnas Centrais Elétricas insistem em desculpas que não convencem mais. Sem qualquer consideração pelo impacto social e ambiental gerados.

A sociedade civil e a Alago se unem hoje, em torno do Movimento Pró-Furnas 762, para salvar o Mar de Minas : manutenção da COTA MÍNIMA 762.

- **Nossa demanda é que a cota de volume morto seja alterada e mantida no mínimo na 762**, e em atendimento à exigência para o uso múltiplo do Lago – não apenas para energia e hidrovias!
- **Nosso pleito em NADA impacta o setor energético**, ou requer investimentos financeiros do poder público. Há inúmeras fontes alternativas de energia hoje, diferentemente dos anos 1960!
- Com a legitimidade de políticas públicas **traduzidas por lei**, temos a garantia e segurança para os investimentos privados essenciais para o desenvolvimento.
- Não mais sangrar Furnas para privilegiar hidrovias que receberam recursos para obras de derrocamento que teriam viabilizado sua navegação, previstas para 2019 e adiadas para 2023.

O potencial do Lago de Furnas para o desenvolvimento econômico e social é imenso, sendo que:

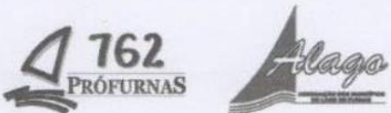
- Sua orla tem 3.500km, sendo a do Brasil de 7.500km
- Seu espelho d'água é 4 vezes maior que a Baía da Guanabara
- Há 5.000 embarcações em Furnas e Peixoto, segundo a Marinha
- Abriga a **maior marina de água doce** da América Latina - Escarpas do Lago, em Capitólio e inúmeros outros empreendimentos turísticos de médio porte, localizados nos municípios lindeiros
- Beneficiava **34 municípios** (reunidos na ALAGO – Associação dos Municípios do Lago de Furnas), seus **moradores, usuários, indústria, comércio e prestadores de serviços**, que se adaptaram ao novas atividades, hoje em estado de penúria.

Sofremos nos últimos anos com o **esvaziamento provocado** no Lago de Furnas. Os níveis das águas impedem a operação legítima de qualquer um dos empreendimentos construídos no seu entorno:

- marinas, clubes, condomínios
- pousadas e hotéis,
- transporte aquaviário,
- parques aquícolas,
- produção agrícola,
- recreação e turismo.

Desde o ano de 2012, quando o nível da represa chegou a 11,2% da sua capacidade, o seu ciclo de oscilação não mais voltou aos níveis da cota 768 na alta e 762 na baixa, quando chovia pouco.

A sociedade aqui representada demanda que seja implantada uma governança diferenciada para o **Lago de Furnas e todo o sistema Rio Grande**, garantindo o uso de geração de **energia compatível com os usos múltiplos**, a partir de um ponto principal: a cota mínima 762.



Fonte: MARQUES (2021, p. 57).

O manifesto, muito justo e realista, reivindicava a cota mínima de 762 em nome da ALAGO, moradores, usuários, indústria, comércio e prestadores de serviços. Esse documento foi expedido em março de 2020, mas o esvaziamento do Lago já era registrado desde 2012, “quando o nível da represa chegou a 11,2% da

sua capacidade”. Após isso, seu nível não voltou ao que era antes – 768 m na alta e 762 m na baixa, quando havia escassez de chuva. De acordo com a Câmara dos Deputados de Minas Gerais (2022), o valor de 762 m foi inserido na Constituição de Minas por uma emenda, a EC 106, de 2020. Entretanto, ela não estava sendo cumprida. O veículo de informação O Alfenense (2022) relata que a cota havia sido respeitada em julho de 2020 (logo após a EC), mas que em setembro do mesmo ano já não era mais respeitada. Ainda relata que os usuários do Lago comemoraram quando em 31 de janeiro de 2022 a cota passou a ser respeitada novamente.

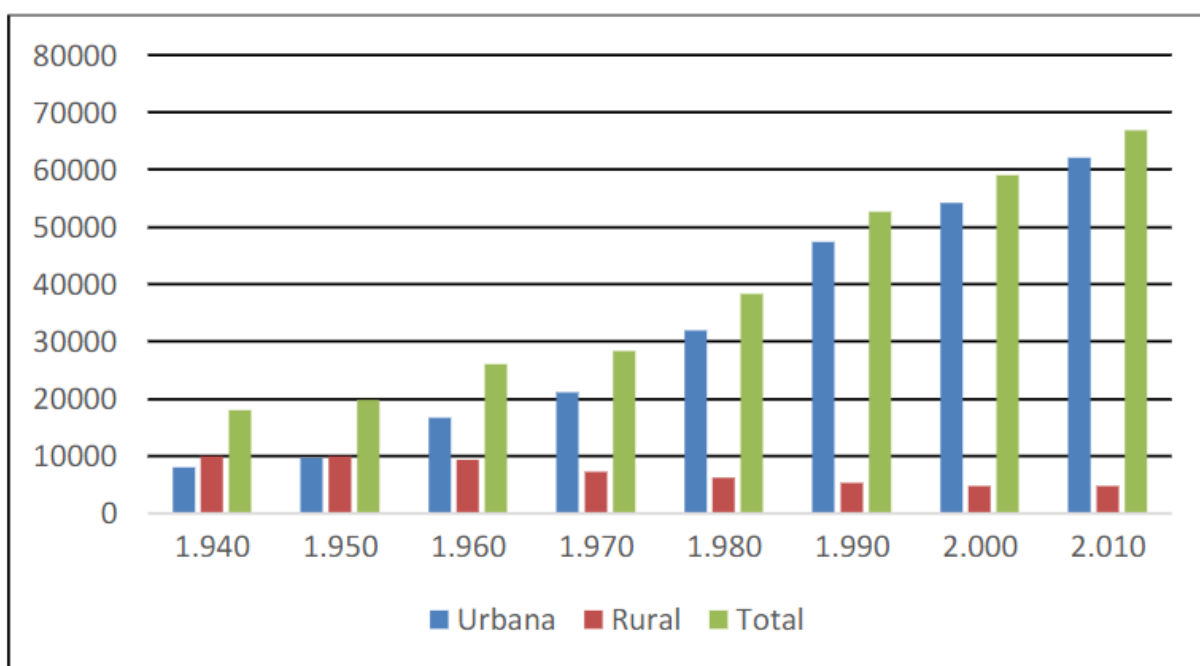
Atualmente o nível é de 767,96 m (Escarpas do Lago, 2023), porém a vigilância do nível altimétrico da Represa de Furnas deve ser constante, pois é lei, é direito e é o mínimo de retribuição aos sujeitos que tiveram suas terras inundadas e que hoje encontram no Lago uma fonte de renda para si e suas famílias. Santos (2022) corrobora com a informação acima, mencionando que o atual nível da cota altimétrica é decorrente também do “melhor período de chuvas” no decorrer de uma década de baixos índices pluviométricos. Isso também pode, segundo ele, ser verificado em todos os grandes reservatórios de água do país, que estão funcionando de 60 a 80% em média de sua capacidade máxima. Como os reservatórios do país são interligados entre si, essa junção de bons períodos de chuvas resulta em um nível de cota favorável. Ainda de acordo com o mesmo, o Governo Federal deve ter uma política concentrada no desenvolvimento regional, não se preocupando somente com a produção de energia, mas também com as outras atividades da região oriundas da utilização da água. É perceptível que essa mesma colocação é realizada também por todos os que dependem, direta ou indiretamente, das águas da Represa de Furnas.

Finalizando as considerações sobre como a configuração do município de Alfenas foi alterada pós-Furnas, é possível pontuar duas grandes modificações, o avanço do agronegócio por meio da produção cafeeira e o êxodo rural. Vale (2018) informa que o bairro rural Mandassaia encontrou na cafeicultura a redenção sobre os danos causados por Furnas. Pode-se dizer que não somente o bairro Mandassaia, mas sim todo o município de Alfenas e também os outros municípios entorno da represa. Ainda de acordo com a autora, o estado de Minas Gerais se tornou líder da produção cafeeira no país a partir da década de 1970, superando o estado de São Paulo e do Paraná. Os municípios mineiros que estão inseridos no agronegócio do café, como Alfenas, contribuem para a metade da produção total do

estado.

Quanto ao êxodo rural, é possível observar através do gráfico (GRÁFICO 3) elaborado por Branquinho e Silva (2021), que na década de 1960 a população urbana superou a população rural e foi crescendo em grande escala, ao passo que a população rural foi decrescendo ao ponto de representar somente 6,2% (4.598 habitantes) do total da população alfenense de acordo com o censo do IBGE (2010). A população urbana de Alfenas corresponde a 78.970 habitantes segundo o último censo do IBGE de 2022. Até o momento da elaboração deste trabalho, não foram liberadas informações a respeito da população rural do município.

Gráfico 3 - Evolução da população urbana, rural e total do município de Alfenas de 1940 a 2010 de acordo com o IBGE



Fonte: BRANQUINHO; SILVA (2021, p. 11).

Todo esse levantamento e caracterização feito do município de Alfenas foi realizado com o objetivo de compreender a área de estudo em que será apresentado o levantamento das escolas rurais do município desde de 1922 até 1996, por intermédio das Leis Ordinárias Municipais e Decretos Estaduais de criação de escolas rurais. Para entender o advento dessas escolas é necessário compreender quem eram seus sujeitos, qual é o tempo e espaço que eles viviam e vivem e a qual a sua relação com a terra e como esses arranjos convergem para a realidade desta educação.

3.5 EXPANSÃO URBANA DE ALFENAS

As escolas rurais foram criadas entre 1922 e 1996. Além do Ruralismo Pedagógico (conceito que será visto mais adiante), outro fator teve forte influência nas criações destas. Conforme já visto no gráfico (GRÁFICO 3) apresentado por Branquinho (2021) sobre a evolução da população urbana, rural e total do município, até a década de 1950 a predominância da população alfenense era rural, propiciando assim um maior número de escolas nesse espaço. Na década de 1960, entretanto, a população urbana se sobressai sobre a população rural. O mesmo autor faz inferências acerca deste fato.

A população urbana superou a rural em 1960, em função, entre outros fatores, da instalação do reservatório de Furnas para geração de energia elétrica, que deslocou populações ribeirinhas para as cidades da região, a exemplo de Alfenas. A partir desse período o crescimento da população urbana é contínuo enquanto a população rural diminui em termos absolutos. Além dos processos da expulsão do campo, a cidade também atraiu, como na década de 1980, a instalação de cursos de ensino superior provoca uma crescente entrada de estudantes que chegam a compor dez por cento da população total do município, assim como parte dos migrantes sazonais ligados à colheita do café acaba fixando-se na cidade. É a partir desse período que o crescimento periférico intensifica com a instalação de loteamentos com precária infraestrutura (p. 3; 4).

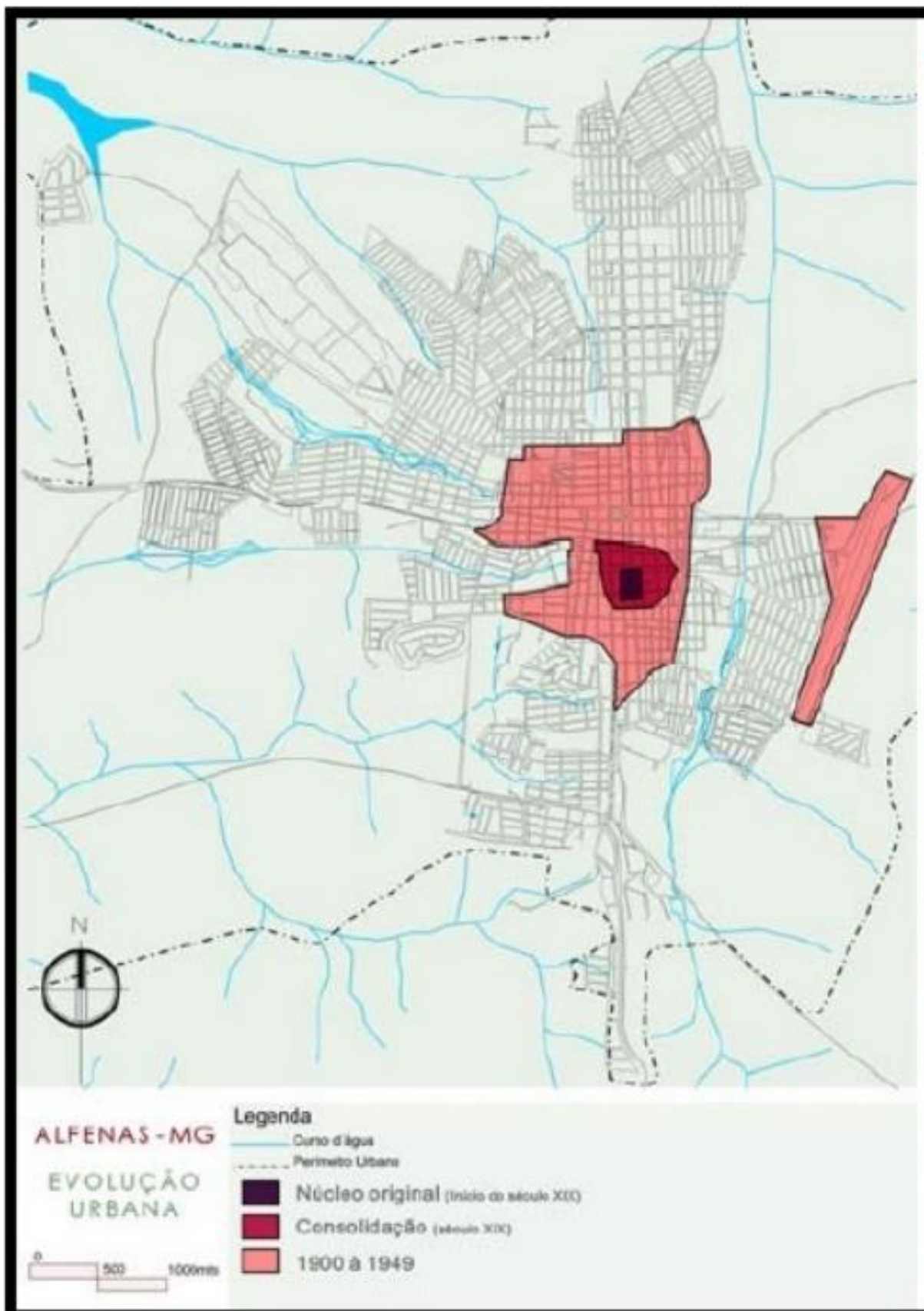
Paula (2017) cita Villaça (2008) para discorrer sobre direcionamento de expansão em 360º que teve o crescimento de Alfenas “seguinto o modelo típico de morfologia urbana de cidades interioranas” (p.26). Ainda de acordo com Paula, o mesmo modelo vigora atualmente, tendo como “barreiras expansivas, rios e córregos”. O mesmo também retrata que as primeiras ocupações se deram em “áreas menos declivosas por oferecer maior facilidade para assentamentos humanos” (p. 26). Davi (2017) discorre sobre a evolução socioespacial do município de Alfenas a partir de sua área central e dos bairros Aparecida, Santos Reis, Chapada e São Vicente.

Davi e Porto (2016) concordam entre si ao validarem a importância que a malha ferroviária teve na expansão urbana de Alfenas. “É fato que, na maior parte do século XX, a cidade de Alfenas se posicionou na rede urbana brasileira mais pela conexão dos trilhos que pelas estradas e/ou rodovias” (PORTO, 2016, p. 5).

Acredita-se que a ferrovia contribuiu para o surgimento ou crescimento dos bairros, principalmente os bairros no entorno da estrada de ferro, pois principalmente perto da estação ferroviária na área central os entrevistados relatam que havia um maior movimento de pessoas e atividade comerciais... (DAVI, 2017, p. 33)

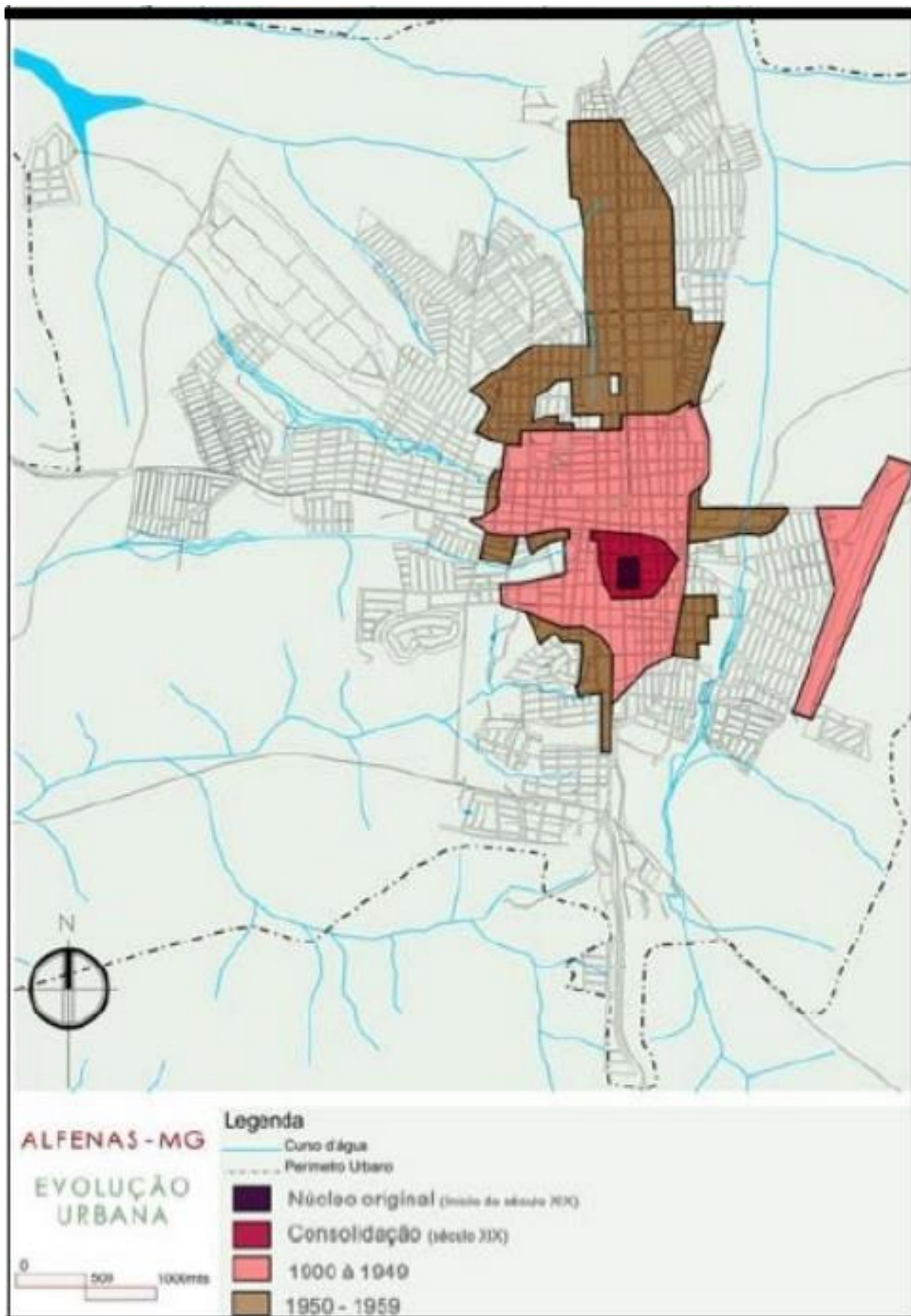
A mesma traz dois mapas sobre a expansão urbana de Alfenas. O primeiro é até o ano de 1949 (FIGURA 7) e o segundo até o ano de 1959 (FIGURA 8), ambos encontrados na Leitura técnica do Plano Diretor da região do Lago de Furnas, ano 2006. É possível perceber que o núcleo original (início do século XIX) e sua consolidação no decorrer do mesmo século se espacializaram na área central de Alfenas. Somente a partir de 1900 começa, ainda que de forma incipiente, uma expansão multidirecional.

Figura 7 - Expansão urbana de Alfenas até 1949



Fonte: DAVI (2017, p. 48).

Figura 8 - Expansão urbana de Alfenas até 1959



Fonte: DAVI (2017, p. 48).

Davi, Paula e Porto corroboram entre si que a substituição da malha ferroviária pela rodoviária também influenciou na expansão urbana. Conforme o último citado (2016), três indicadores principais também contribuíram nesse processo. Primeiro, o indicador populacional. Alfenas “passou de 9.481, em 1950, para 16.874, em 1960. Ou seja: de uma taxa de urbanização de 46,69%, o município alcança 64,43%, em dez anos” (p. 6). O segundo indicador é o aumento de estabelecimentos varejistas e atacadistas. Finalmente, o terceiro indicador é a oferta de serviços, também mencionada por Paula, e as atividades de transformação.

Paula, explana a evolução espacial de Alfenas de 1970 a 2010. Na década de 1970 não havia aparentes vazios urbanos, os bairros constituintes do município se espacializavam mais na porção central e havia uma tendência da expansão da cidade para a porção Oeste. Neste período o urbano começa a aglutinar em sua mancha indivíduos oriundos do rural. “Até a década de 1970, a cidade crescia latitudinalmente, influenciada por seu eixo de circulação, a Av. Governador Valadares, conectando-se às rodovias BR- 369 (ao Norte) e BR -491 (ao Sul)” (p. 28 - 29). Ressalta-se que essa BR dá acesso à Rodovia Fernão Dias. Na década de 1980, com a intensificação dos processos econômicos, a cidade foi impactada, ampliando assim a sua expansão,

alcançando ainda mais seu ordenamento de direcionamento principalmente a Oeste, Noroeste e Norte, enquanto que o Leste ficou reservado para um ordenamento expansivo mais lento e autosselecionado, justamente o loteamento do Jardim Aeroporto (CARVALHO; CÉSAR, 2010 apud PAULA, 2017, p.29).

Neste mesmo período acontece o desenvolvimento do bairro Pinheirinho, “caracterizando como o primeiro espaço a figurar um vazio urbano” (PAULA, 2017, p. 30). Interessante observar que, ao decorrer dessa década, o rural ainda estava muito associado ao urbano, pois o mesmo autor expõe o seguinte relato:

A isto deve-se principalmente o fato de que a principal via de acesso a Oeste era uma estrada de terra, cercada por cafezais, bambuzais e alguns eucaliptos, conectando o centro da cidade e as vias arteriais ligadas às BRs 369 e 491 às propriedades rurais do município. A cidade nesse tempo foi aos poucos respondendo ao principal eixo de circulação intraurbano que servia como conexão às propriedades rurais locais, em forte expansão Oeste-Noroeste (p. 30)

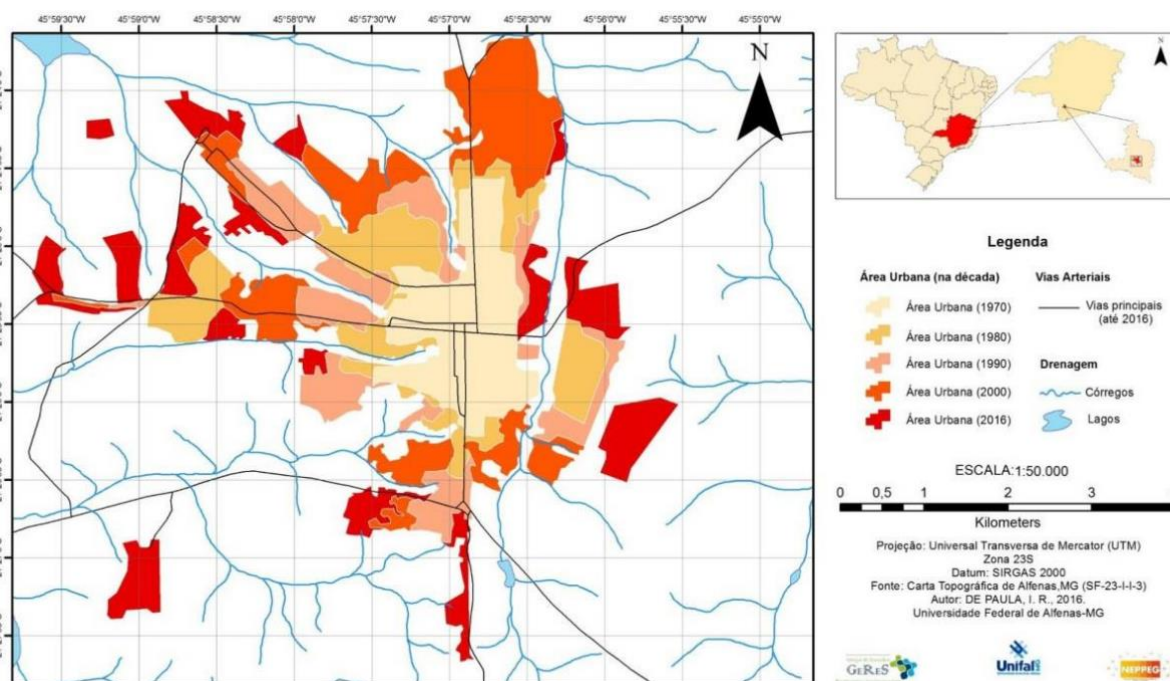
A década de 1990 é marcada pela contínua expansão a Oeste-Noroeste-Norte. A atual Av. Jovino Fernandes Salles é pavimentada, atraindo a atenção de empreendimentos pela oferta de infraestrutura. É nesse período também que se tem a origem do Distrito Industrial. A paisagem a Oeste começa a mudar. Foram se perdendo as características propriamente rurais,

“recebendo mais loteamentos, substituindo as paisagens de café, pastagens e eucalipto, por uma modificação que começava a apresentar casas e barracões em construção, começando a se instalar, paulatinamente, comércios e indústrias” (p. 31).

A partir dos anos 2000, é consolidada a expansão urbana na direção Oeste e também a intensificação da mesma no eixo Noroeste. Houve também a expansão no segmento ao Sul e de forma discreta a Noroeste.

Paula aborda sobre a instalação da Unidade Educacional II da Universidade Federal de Alfenas no ano de 2012, na porção Oeste. Com esse advento aumentou-se a especulação imobiliária nessa porção, substituindo as plantações de café. O mesmo ocorreu na porção mais ao Sul com a criação da Universidade José do Rosário Vellano em 2006. Mediante a exposição dessa linha temporal sobre a expansão urbana de Alfenas, salienta-se que à medida que esse processo ia ocorrendo o urbano invadia as áreas outrora consideradas rurais, aumento assim a sua mancha urbana e diminuindo a expressividade do rural. O mesmo autor supracitado discorre muito bem sobre essa dinâmica ao se referir ainda sobre a porção Oeste: “... já no limite entre a cidade e a área rural, os cafezais começaram a dar espaço a tratores e a terra ao asfalto dos novos loteamentos” (p. 34). Abaixo, o mapa (FIGURA 9) usado como base para as análises acima, elaborado pelo mesmo autor.

Figura 9 - Mapa da expansão urbana de Alfenas de 1970 a 2016



Fonte: PAULA (2017, p. 17).

Compreende-se a relevância dada as escolas rurais no município, pois até a década de 1960, o rural se sobressaía em detrimento do urbano, justificando-se assim o grande número de escolas rurais. À medida que o urbano foi se expandindo e se tornando predominante, não se entendia necessário a ampliação escolar rural, ao contrário disso, o processo ocorrido era de nucleação e fechamento destas escolas. Perfazendo através de um breve histórico sobre a expansão urbana do município, verifica-se que este processo se deu por vários fatores, iniciando-se com a construção da malha ferroviária que posteriormente é trocada pela rodoviária que também muito influenciou nesse processo. O êxodo rural, oriundo de melhores condições na “cidade” por meio das prestações de serviços, foi alargado pela a construção da Usina Hidrelétrica de Furnas, promovendo a expulsão de populações que tiveram suas terras inundadas, promovendo o aglutinamento urbano. Outros fatores foram a instituição do ensino superior e a migração sazonal em decorrência das lavouras cafeeiras. Todos esses fatores estão dialeticamente interligados à diminuição do número das escolas rurais e não mais à sua expansão.

4 A EDUCAÇÃO RURAL NO MUNICÍPIO DE ALFENAS

Pretende-se com esse capítulo discorrer sobre a educação rural no município de Alfenas. Primeiramente, é necessário refletir sobre a exiguidade do registro histórico da educação rural alfenense. As informações são fragmentadas e de difícil acesso, não possuindo um levantamento adequado sobre ela, haja vista que não se tinha conhecimento das escolas rurais antigas, somente das atuais por parte da Secretaria Municipal de Educação. O histórico das escolas urbanas, diferentemente, é mais acessível e disseminado com mais propriedade. Isso, porém, não pode ser um fator limitante, mas sim um ponto de partida para a reconstituição dessa história, como salienta Ayer (1991):

Muita coisa ainda deverá ser escrita sobre a história da educação em Alfenas: primeiro, as suas carências, as suas dificuldades, suas lutas, perseverança e dinamismo dos seus mestres, heróis dessa caminhada difícil entre os quais se encontram os esquecidos e os lembrados. (p. 9)

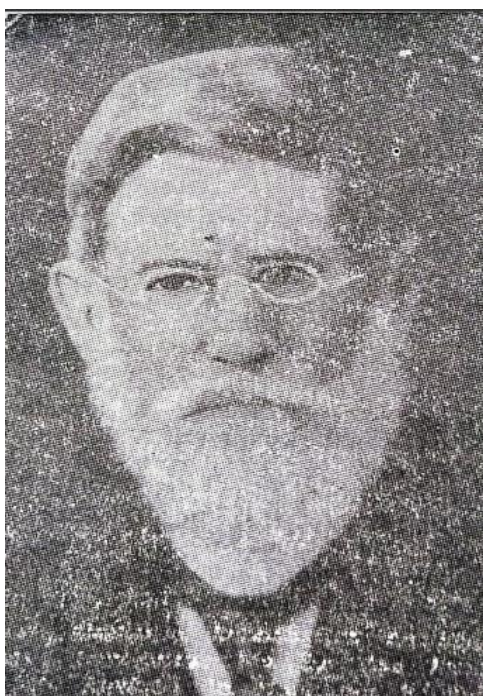
Segundo a mesma autora, a educação escolar em Alfenas se iniciou por meio de duas escolas rurais. Isso ocorreu antes mesmo de haver qualquer escola urbana municipal ou estadual. A primeira escola rural teve início em 1849 na fazenda Campinho, tendo como proprietário Alferes Tomaz Vieira e Silva (FOTOGRAFIA 6) (neto de Alferes Domingos Vieira e Silva, um dos fundadores do município e bisavô de Carlos Roberto Vieira Romano, mencionado no Capítulo I como proprietário da Fazenda Campo Redondo). A segunda escola foi criada em 1854 na fazenda Campo Redondo por Alferes Antônio Joaquim Vieira (FOTOGRAFIA 7), também neto de Alferes Domingos Vieira e Silva e irmão do Alferes Tomaz Vieira e Silva.

Fotografia 6 - Alferes Tomaz Vieira e Silva



Fonte: VIEIRA (2021).

Fotografia 7 - Alferes Antônio Joaquim Vieira



Fonte: AYER (1991, p. 39).

De acordo com Vieira (2021), Alferes Antônio Joaquim Vieira fundou a escola no Campo Redondo juntamente com sua irmã Eufrásia (também conhecida por Eufrosina). Sua construção era de madeira de lei e durou 50 anos. Ainda sobre a escola o autor diz:

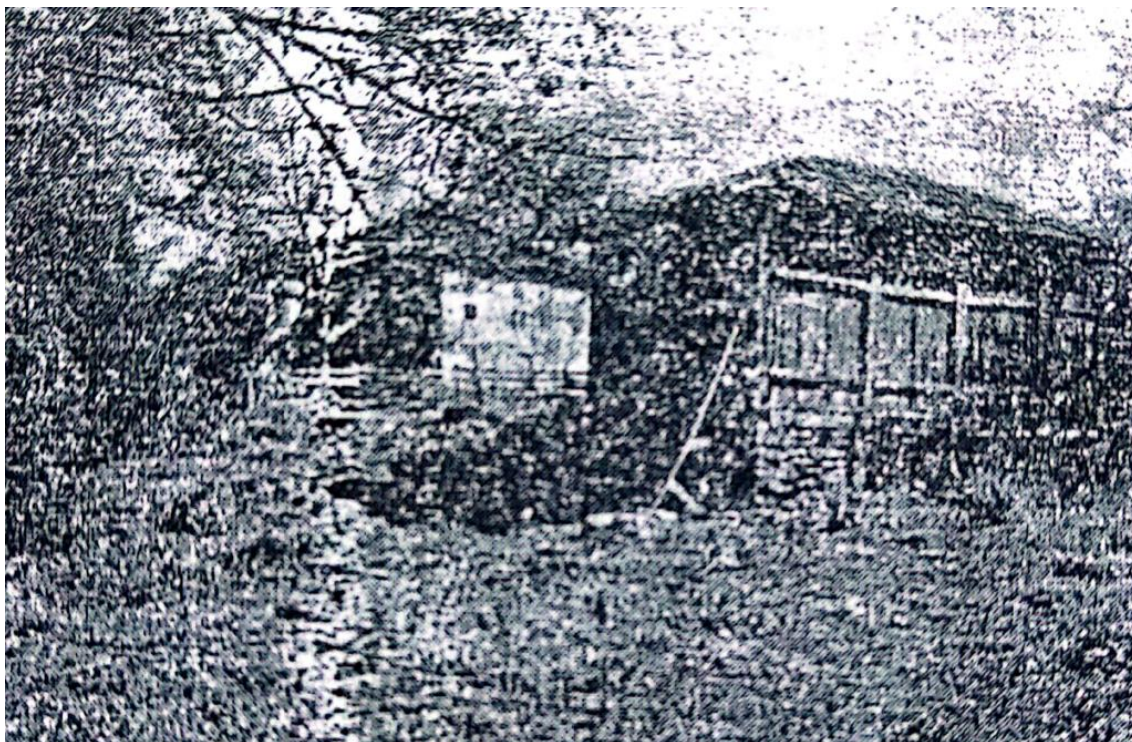
Essa escola educou seus filhos, sobrinhos, escravos libertos, vizinhos e outros. Não havia interesse financeiro. A escola era gratuita. Contratou professores do Rio de Janeiro, que se hospedavam no Solar dos Vieira... Os professores ensinavam desde a alfabetização, até matérias de Filosofia, Ciências e História. Da escola rural saíram respeitáveis mestres, considerados a 'meca do saber'. (p. 222).

A este período Ayer complementa por meio do IHGMG de 1983 a 1985:

Com a morte de Eufrosina houve um período em que não funcionou. Mas Antônio restabeleceu a escola nos fins do século passado. Aí estudaram muitos jovens de Alfenas, Areado e Divisa e os sobrinhos e filhos de Antônio Joaquim. Em todo o tempo os escravos da fazenda a frequentaram. (p. 38)

O IHGMG traz ainda uma imagem bem danificada de onde seria a escola na fazenda Campo Redondo. Segundo o atual proprietário, seria em um paiol onde hoje é coberto por bambuzal. A primeira fotografia abaixo (FOTOGRAFIA 8) foi retirada do IHGMG (1983 - 1985). É uma fotografia bem antiga, apesar de não ser datada. A segunda fotografia (FOTOGRAFIA 9) é bastante atual. É possível observar o bambuzal onde era localizada a escola.

Fotografia 8 - Escola na Fazenda Campo Redondo



Fonte: IHGMG (1983 – 1985, p. 39).

Fotografia 9 - Fotografia atual de onde teria sido a escola na Fazenda Campo Redondo



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora (2023).

É mencionado também pela ex-diretora e professora D. Maria José Leite Corrêa (esposa do Professor Ismael Brasil Corrêa) no livro “A Educação em Alfenas nas décadas de 60/70” de Ayer (1991) que havia uma escola na Fazenda da Ilha,

tendo como seu benfeitor o Francisco Vieira e Silva. Isso ocorreu em período próximo às primeiras escolas mencionadas anteriormente. Esse fato é confirmado por documento cedido por Isnard Manso Vieira de João Mathias Vieira (sobrinho neto de Francisco), onde é informado que nas salas do grande casarão funcionava uma escola dirigida pelo “famoso mestre Moreira” – famoso pelo o uso da palmatória, conhecida como a “Santa Luz de Sete Buracos”. De acordo com Ayer, essa seria a fase inicial da educação em Alfenas. Em sequência, já no ano de 1869, Ayer informa por intermédio do Almanaque Sul Mineiro que já eram organizados cursos de primeiras letras de professores isolados. Trazendo informações contidas na folha de Alfenas do ano de 1976 é mencionado o nome da vultuosa professora da roça D. Amélia Testa. Seu tempo de atuação ocorreu provavelmente entre o final do século XIX e início do século XX. Sua docência foi exercida na época em que as escolas funcionavam em fazendas ou em casas cedidas e havia regime de internato para moradores distantes. Embora a educação de Alfenas tenha se iniciado na “roça”, existe uma lacuna deste período até a criação da primeira escola rural por meio do Decreto Estadual 5.333/1920. A primeira escola rural que se tem registro é estadual e era situada no povoado denominado “Cavaco”. Atualmente, Divino Espírito Santo é um distrito de Alterosa conhecido como Cavaco. No período de sua criação, entretanto, Alterosa – antiga Serra Negra – era um distrito do município de Alfenas.

Discorrendo sobre a continuidade da educação no município, Ayer traz nomes como Estefânio Cícero Pedro e Jorge Tibiriçá Boucheville como fundadores da 1ª Escola Particular em Alfenas; D. Carolina Ferraz, conhecida como D. Marquinha Mestra, como professora em sua casa; Francisco José Mariano como professor da escola primária masculina; e D. Marquinhas Ferraz como professora da escola particular feminina. De acordo com o Jornal dos Lagos (1995), em 1908 tem-se a construção de um Grupo Escolar, que foi mais tarde denominado Escola Coronel José Bento. A construção foi finalizada em 1910 e seu funcionamento foi autorizado pelo Decreto 2.747 de 25 de 1910. Posteriormente, de acordo com Ayer, tem-se a criação do Ginásio São José em 1913; a criação do Instituto Técnico Profissional com cursos de Adaptação, Ginásio, Técnico Profissional, Normal e Comercial; e a Escola de Comércio na área de Contabilidade, construída pelo Dr. João Leão de Faria. Esse último traz para Alfenas em 1914 o ensino superior através da Escola de Farmácia e Odontologia (EFOA), mais tarde conhecida como Universidade Federal

de Alfenas (UNIFAL). Outras escolas são apresentadas nesse período, como o Ateneu Sagrada Família de Alfenas, o Colégio Sagrado Coração de Jesus (que permanece até os dias atuais) e o Colégio São José.

Pode-se considerar o período de expansão de criação de escolas primárias rurais e escolas normais rurais entre 1930 a 1980, sendo fruto do Ruralismo Pedagógico vivenciado em todo o país – isso será discutido melhor no próximo capítulo. O levantamento realizado não menciona no município de Alfenas uma Escola Normal Rural, mas somente Escola Normal (ambas voltadas para a formação de professores). O Jornal dos Lagos (1996) traz fotos de professores da Escola Normal, anexa ao Colégio de Alfenas em 1949. É notória a representatividade da expansão das escolas primárias rurais em detrimento até mesmo das escolas urbanas do município. Ayer (1991) traz o contexto educacional urbano até o ano de 1960, o que é compreensivo, pois até este ano a população era predominantemente rural:

Se Alfenas possuía em 1960 uma Escola de nível Superior, ..., se já possuía um Ginásio com autorização oficial, uma Escola de Comércio e um grupo Escolar em prédio próprio (Grupo Escolar Coronel José Bento), e outros três Grupos Escolares funcionando em precárias casas de residências, velhas e sem conforto, ou alojamento cedido pela municipalidade... (p. 14)

Neste íterim, segundo Leis Ordinárias Municipais e Decretos Estaduais, é comprovada pela pesquisadora a criação de 20 escolas rurais (aproximadamente – esse número pode ser maior, pois algumas escolas, mesmo sendo comprovadas, não possuem datação exata). Nesse número não são consideradas as escolas de antigos distritos de Alfenas que hoje são emancipados, visto que a partir de 1939 Alfenas tinha somente Barranco Alto como distrito. Os Grupos Escolares mencionados pela autora são: o Grupo Minas Gerais (que mais tarde veio a ser o Grupo Ismael Brasil Corrêa), o Grupo Levindo Lambert e o Grupo Arlindo Silveira Filho. Não foi possível precisar qual seria o “Ginásio com autorização oficial”. É narrado pela autora a criação de 5 escolas entre 1962 a 1973: o Ginásio Inconfidência (1962), conhecido posteriormente como Colégio Estadual (E.E Doutor Emílio Silveira); o Grupo Professor Vianna (1964); o Grupo Judith Vianna (1965); o Ginásio da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (Ginásio Antônio Joaquim Vieira, 1970), passando a ser uma Escola Polivalente em 1972 e hoje sendo denominado E.M. Antônio Joaquim Vieira (Polivalente); e, por último, a

criação do Ginásio Municipal de Alfenas (Escola Integrada de 1º grau) em 1973, conhecida hoje como a E.E Dirce Moura Leite. Dos três Grupos Escolares citados e das 5 escolas urbanas mencionadas, todos funcionam até os dias de hoje. Neste mesmo período de 1962 a 1973, são criadas aproximadamente 15 escolas rurais.

Ayer traz a relação das escolas urbanas até o 1º semestre do ano de 1975: as escolas citadas na relação acima, acrescentando duas escolas estaduais: Madre Maria Luiza Hartezer e Samuel Engel (a autora não traz a data de criação dessas escolas). Mediante as informações expostas, é perceptível o avanço, pelo menos em quantidade, das escolas rurais (35) sobre as escolas urbanas (13). Porém não se pode avaliar a qualidade de ensino ofertado e também a estrutura física e pedagógica dessas escolas. Como será analisado adiante, muitas dessas escolas rurais estavam em terras doadas por fazendeiros. Muitas delas, em suas próprias fazendas. Prado (2013) discorre sobre a adaptação dos fazendeiros no contexto socioeconômico frente ao fortalecimento da agroindústria no Brasil, sendo impelidos a criar escolas em suas terras. Além desse fato, as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) do ano de 1961 e de 1971 discorrem sobre a criação ou manutenção de escolas por fazendeiros, empresas ou proprietários rurais em suas glebas. Quando não podiam encarregar-se desse dever, deveriam facilitar o acesso dos seus empregados e dos filhos destes à escola mais próxima.

Os proprietários rurais que não puderem manter escolas primárias para as crianças residentes em suas glebas deverão facilitar-lhes a frequência às escolas mais próximas, ou propiciar a instalação e funcionamento de escolas públicas em suas propriedades (BRASIL, 1961, art. 32).

As empresas comerciais, industriais e agrícolas são obrigadas a manter o ensino de 1º grau gratuito para seus empregados e o ensino dos filhos destes entre os sete e os quatorze anos ou a concorrer para esse fim mediante a contribuição do salário-educação, na forma estabelecida por Lei (BRASIL, 1971, art. 47).

As empresas e os proprietários rurais, que não puderem manter em suas glebas ensino para seus empregados e os filhos destes, são obrigados, sem prejuízo do disposto no artigo 47, a facilitar-lhes a frequência à escola mais próxima ou a propiciar a instalação e o funcionamento de escolas gratuitas em suas propriedades (BRASIL, 1971, art. 49).

Antes de ser apresentada a relação das escolas rurais pelas Leis Ordinárias e pelos Decretos Estaduais, faz-se necessário um adentro a uma importante escola criada em 07 de junho de 1954. Essa escola foi idealizada pelo pároco Padre Afonso Van Der Graaf com o apoio do deputado federal Professor Licurgo Leite. As

informações sobre a Granja Escola Professor Licurgo Leite são trazidas pelo Jornal dos Lagos em 1994. Essa escola prestava assistência aos meninos carentes na faixa etária de 8 a 16 anos e tinha um regime de internato. Era cursado o primário e os internos aprendiam

o cultivo de hortaliças, cereais e árvores frutíferas, criavam galinhas e porcos e recebiam instruções de carpintaria, confecção de roupa e aprendiam tocar instrumentos para compor a fanfarra orientados pelo músico Eusébio Ferreira. (sem página).

Os meninos ficavam nessa escola até completarem 16 anos e depois “eram devolvidos às suas famílias ou transferidos para outras instituições similares para complementação de suas formações”. No ano de 1967 ela foi estatizada e incorporada à Fundação Estadual do Bem Estar do Menor (FEBEM). Posteriormente, foi desativada devido a “má-administração”. Segundo o mesmo jornal, o que trouxe consolo à população após o ocorrido foi a utilização do antigo prédio pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), permanecendo assim até os dias de hoje.

4.1 LEIS ORDINÁRIAS MUNICIPAIS E DECRETOS ESTADUAIS DE CRIAÇÃO DE ESCOLAS RURAIS NO MUNICÍPIO DE ALFENAS

Pelos Decretos Estaduais foram encontradas 9 escolas rurais que não são mencionadas em outra fonte a não ser essa. Abaixo um quadro com o nome da escola (quando há), o decreto estadual juntamente com o seu ano de criação e sua localização.

Quadro 1 - Escolas rurais encontradas em Decretos Estaduais

Escolas	Decreto Estadual	Localização
Escola Mista	5.333/1920	Cavaco
Escola Mista	5.541/1921	Rochas
Escola Rural Mista	5.832/1922	Porangi
Escola Masculina	5.996/1922	São João do Barranco Alto
Escola Rural Mista	7.949/1927	Bárbaras
Escola Rural Mista	7.949/1927	Boa Vista
Escola Rural Mista	7.949/1927	São Bartolomeu
Escola Rural Mista	7.949/1927	Pinheiros
Lar-Escola João Pio Ribeiro	7.853/1964	Capetinga

Fonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais (2023) e elaborado pela pesquisadora.

Ainda deve-se considerar alguns pontos para que a análise possa ter continuidade. A Escola Mista localizada no povoado denominado “Cavaco” no município de Alfenas, conforme seu decreto, como já mencionado anteriormente, atualmente pertence ao município de Alterosa (que em 1920 pertencia a Alfenas). Portanto, essa escola não será considerada nas análises posteriores, por ter pertencido ao município de Alfenas somente até o ano de 1938. O mesmo acontece com a “Escola Mista no bairro dos Rochas, distrito de Fama, município de Alfenas” (Decreto Estadual 5.541/1921). O município de Fama era distrito de Alfenas até o ano de 1923, quando passou a tornar-se distrito do município de Paraguaçu. Portanto, essa escola não será considerada nas análises posteriores por ter pertencido ao município de Alfenas por apenas um período. Visto que Fama é atualmente um município, em seu bairro rural denominado Rochas existe a Escola Teodoro Rocha – supostamente a mesma do decreto mencionado.

As escolas localizadas em Porangi, Boa Vista, São Bartolomeu e Pinheiros também não serão consideradas, pois não foi possível identificar precisamente a localização de cada uma delas nem se pertenciam a antigos distritos que hoje são emancipados ou não, visto a semelhança dos nomes entre os municípios vizinhos. Com relação ao distrito Porangi, é importante ressaltar que não foi encontrado nenhum nome semelhante nas fontes utilizadas para tais análises: Google Earth e cartas topográficas de 1950, 1970 e Mapa de 2010. O Lar-Escola João Pio Ribeiro

localizado no bairro Capetinga pode ser considerado, pois foi possível localizar o bairro rural no município de Alfenas. E também serão consideradas as escolas de Barranco Alto e dos Bárbaras.

Feitas essas considerações, é possível deduzir com base nos decretos estaduais das duas últimas escolas citadas que, antes de existirem as escolas municipais em Barranco Alto e nos Bárbaras, já haviam escolas estaduais nessas localidades – escolas estaduais e municipais que não são consideradas as mesmas, com base no distanciamento de tempo entre o decreto estadual e a lei municipal e no fato de as leis municipais discorrerem sobre a criação das escolas e não sobre sua municipalização. Mediante ao exposto, das 9 escolas encontradas, serão consideradas 3: o Lar-Escola João Pio Ribeiro em Capetinga, a Escola Mista nos Bárbaras e a Escola Masculina em Barranco Alto – visto ser mais fidedigno à proposta do tema deste trabalho. O quadro a seguir (QUADRO 2) lista as leis/decretos de criação de cada uma das escolas rurais do município de 1922 a 1996.

Quadro 2 - Escolas rurais do município de Alfenas de 1922 a 1996

(continua)

Lei/Decreto	Escola	Data de criação	Localização	Prefeito
5.996/1992	Escola Masculina	1922	S. João do Barranco Alto	Nicolau do Prado Coutinho
7.949/1927	Escola Rural	1927	Bárbaras	Major Bento Gomes Ribeiro da Luz
1.458/1978	Alferes Tomaz Vieira e Silva	1942	Fazenda Campinho	Salomão Barroso
1.458/1978	Padre Venâncio	1942	Bairro Cambraia	Salomão Barroso
1.458/1978	Arlindo Silveira	1945	Bairro Mandassaia	Américo Totti
1.458/1978	Santa Leopoldina	1949	Bairro Posses	Dr. Fausto Monteiro
1.458/1978	Cel. José Constâncio	1950	Bairro Pinheirinho	Dr. Fausto Monteiro
1.458/1978	Getúlio Vargas	1950	Bairro Matão	Dr. Fausto Monteiro
94/1950	Escola Rural	1950	Barranco Alto	Dr. Fausto Monteiro
1.458/1978	Major Francisco Lopes (Alfredo José de Miranda)	1952	Bairro Paineira	Dr. Pedro Martins de Siqueira
1.458/1978	Dr. Emílio Silveira	1952	Bairro Esteves	Dr. Pedro Martins de Siqueira
1.458/1978	São João Batista	1953	Bairro Baguari	Dr. Pedro Martins de Siqueira
250/1954	Dr. Pedro Martins de Siqueira	1954	Bairro São Tomé	Dr. Pedro Martins de Siqueira
1.458/1978	Nicolau Coutinho	1955	Bairro Bárbaras	Dr. João Januário de Magalhães
318/1956	Manoel Alves Taveira	1956	Fazenda Quilombo	Dr. João Januário Magalhães
350/1957	Antônio Borges de Oliveira	1957	Barranco Alto/Barra	Dr. João Januário Magalhães
364/1957	Adelardo Franco de Carvalho	1957	Bairro Morro do Pito	Dr. João Januário de Magalhães
424/1958	Antenor Pereira Reis	1958	Fazenda Porto Alegre	Dr. João Januário Magalhães
480/1959	Cel. Vicente Paulino da Costa	1959	Fazenda Floresta	Dr. Antônio Silveira
557/1960	Prof. Lucas Bento Fonseca	1960	Bairro Paivas	Dr. Antônio Silveira
665/1962	Quinzote Vieira	1962	Barranco Alto/Coruja	Dr. Antônio Silveira
733/1962	Major Manoel Jacinto Pereira	1962	Bairro Catinguá	Francisco dos Reis e Silva

Quadro 2 - Escolas rurais do município de Alfenas de 1922 a 1996

(continuação)

Decreto Lei Magalhães Pinto – 1963	E.E Varginha da Boa Vista	1963	Fazenda Santa Rita	Francisco dos Reis e Silva
745/1963	Dos Vianas	1963	-	Dr. Samuel de Vilhena Valadão
768/1963	José Fonseca	1963	Bairro do Retiro	Dr. Samuel de Vilhena Valadão
7.853/1964	João Pio Ribeiro	1964	Bairro Capetinga	Dr. Samuel de Vilhena Valadão
806/1964	Antônio Augusto Silveira	1964	Bairro Morro Grande	Dr. Samuel de Vilhena Valadão
821/1964	Nelson Paulino da Costa	1964	Fazenda das Panelas	Dr. Samuel de Vilhena Valadão
852/1964	Escola Rural (Luiz Augusto Corrêa)	1964	Amoras	Dr. Samuel de Vilhena Valadão
L.M: 2.469/1993 D.E: 7.849/1964	Antônio Eugênio de Ávila	1964	Ferradura	Dr. Samuel de Vilhena Valadão
L.M: 2.469/1993 D.E: 9.445/1966	Dr. Fausto Monteiro	1966	Gaspar Lopes	Dr. Samuel de Vilhena Valadão
L.M: 2.469/1993 D.E: 9.482/1966	Orcalina Moura Leite	1966	Fazenda Santa Elisa/Bairro das Amoras	Dr. Samuel de Vilhena Valadão
932/1966	Landulfo de Souza Dias	1966	Fazenda Limeira	Dr. Samuel de Vilhena Valadão
1.066/1968	Alferes Domingos Vieira e Silva	1968	Fazenda da Ilha	Hesse Luiz Pereira
1.458/1978	Henrique Munhoz Garcia	1971	Bairro Campo Redondo	Dr. Telmo Magalhães Fernandes
2.175/1990	Escola (Oswaldo Orsi)	1990	Fazenda Primavera/Bairro Barra	Dagoberto Engel
2.366/1992	Abrão Adolpho Engel	1992	Barranco Alto	Dagoberto Engel
2.875/1996	Orlando Paulino da Costa	1996	Bairro do Muzambo	Antônio Munhoz Leite
2.469/1993	Santa Maria	-	Barranco Alto	Antônio Munhoz Leite

Quadro 2 - Escolas rurais do município de Alfenas de 1922 a 1996

(conclusão)

2.469/1993	São José	-	Coqueiros (Barranco Alto)	Antônio Munhoz Leite
------------	----------	---	------------------------------	-------------------------

Fonte: LEGISLAÇÃO DIGITAL (2023) e elaborado pela pesquisadora.

Analisando o Quadro 2 acima é possível constatar que o município de Alfenas já teve 40 escolas rurais, sendo que apenas 5 delas estão ativas atualmente. Foram utilizados parênteses para informar a denominação das escolas que em lei ainda não tinham nome. No caso da Escola Major Francisco Lopes, sua denominação foi mudada mais tarde para Escola Alfredo José de Miranda. É válido ressaltar que a data de criação das escolas é aproximada, pois não é possível datar com precisão se elas foram criadas no mesmo ano de sua lei de criação, exceto as escolas que compõem a Lei nº 1.458/1978. Essa lei “Ratifica a criação de Escolas Rurais Municipais”, portanto, as escolas Alferes Tomaz Vieira e Silva, Padre Venâncio, Arlindo Silveira, Santa Leopoldina, Cel. José Constâncio, Getúlio Vargas, Major Francisco Lopes, Dr. Emilio Silveira, São João Batista, Nicolau Coutinho e Henrique Munhoz Garcia foram ratificadas a sua criação com data retroativa, correspondendo então ao início de suas atividades. A escola Dr. Pedro Martins Siqueira pode ter sido criada antes de 1954, pois não foi possível encontrar a lei de sua criação, mas somente a Lei nº 250/1954 que altera o nome da “Escola Rural do Bairro São Tomé” para “Escola Rural Federal Dr. Pedro Martins de Siqueira”. Essa é a única escola considerada federal. Algumas escolas receberam nome posteriormente à sua criação. A E.E Varginha da Boa Vista só foi encontrada por meio dos registros da E.M Orlando Paulino da Costa. Nesses registros consta que a escola foi “fundada pelo Decreto Lei Magalhães Pinto” em 1963.

É possível constatar pelo mesmo quadro que no distrito do Barranco Alto já existiram 7 escolas e, dessas, 6 foram fechadas, permanecendo somente uma, a atual E.M Abrão Adolpho Engel. São essas as escolas que foram fechadas: Escola Masculina (1922); Escola Rural (1950); Escola Antônio Borges de Oliveira (1957), localizada em um lugar denominado Barra; Escola Quinzote Vieira (1962), em um lugar denominado Coruja; e as escolas de Santa Maria e São José. A análise documental deste distrito será realizada no subitem 4.9. Também é possível observar que no povoado dos Bárbaras existiram duas escolas. A primeira, de 1927, provavelmente foi fechada. A segunda, de 1955, foi denominada como Escola

Nicolau Coutinho e assim permanece até os dias atuais. A escola denominada “dos Vianas” é a única que não apresenta sua localização na lei, porém supõem-se que seja no povoado dos Vianas, conforme o Mapa de Chagas do município de Alfenas (1989).

A escola Antenor Pereira Reis, situada na fazenda Porto Alegre, foi criada dentro da propriedade do Sr. Jorge Vieira. A escola Landulfo de Souza Dias, situada na fazenda Limeira, foi criada dentro da propriedade do Sr. Antônio Souza Dias. A escola Cel. Vicente Paulino da Costa, situada na fazenda Floresta, foi criada dentro da propriedade de João Paulino da Costa. E a escola Oswaldo Orsi, situada na fazenda Primavera, teve seu terreno doado por Oswaldo Orsi Filho. Nas leis de criação dessas escolas não é descrito o uso de verba orçamentária destinada para tal fim, como aparece em outras escolas (não em todas, entretanto). Baseando-se na Lei nº 2.175/1990 em que Oswaldo Orsi Filho fez a doação do terreno, o Art. 2º traz que o Município deveria construir a escola, sugerindo que os fazendeiros doavam o terreno e o município se encarregava da construção, contemplando a LDB de 1961 e de 1971. O fato é que existia uma verba destinada para a criação de escolas rurais e para sua manutenção. São citadas as seguintes leis como exemplo: Lei nº 718/1962, sobre a “aquisição de material para as Escolas Rurais”; Lei nº 719/1962, sobre “adquirir móveis e utensílios para as Escolas Rurais”; e Lei nº 114/1950, sobre a “construção de prédios para as Escolas Rurais”. A Lei nº 577/1960 traz os valores destinados como auxílio aos caixas escolares, conforme o quadro abaixo.

Quadro 3 - Auxílio ao Caixa Escolar das escolas do município de Alfenas no ano de 1960

	Cr\$
À Caixa Escolar do Grupo “Cel. José Bento”	10.000,00
À Caixa Escolar do Grupo “Minas Gerais”	10.000,00
À Caixa Escolar do Grupo “Levindo Lambert”	10.000,00
À Caixa Escolar do Grupo “Arlindo da Silveira Filho”	10.000,00
À Caixa Escolar das Escolas Rurais	10.000,00

Fonte: LEGISLAÇÃO DIGITAL (2023).

Cada Grupo Escolar recebia de auxílio o montante de Cr\$ 10.000,00 e as Escolas Rurais, que até em 1960 totalizavam aproximadamente 20 escolas, recebiam o mesmo valor. O auxílio recebido atendia as demandas de todas as

escolas rurais? É verdade que não se pode comparar a quantidade de alunos dos Grupos Escolares com o número de alunos da zona rural, mas muitas vezes as necessidades no rural são mais expressivas do que no urbano.

Continuando a análise da criação de escolas, é notável uma lacuna de 19 anos entre a última escola criada em 1971, a Escola Henrique Munhoz Garcia, para a escola Oswaldo Orsi, criado em 1990. Posteriormente tem-se a criação somente de mais duas escolas, uma no distrito de Barranco Alto em 1992 que mais tarde se denominou de Abrão Adolpho Engel e a Escola Orlando Paulino da Costa no ano de 1996, sendo essa a última a ser criada.

É perceptível a expansão na criação de escolas rurais entre os anos de 1942 e 1971. Antes de 1942, houve a criação de duas escolas apenas, tendo um intervalo de 13 anos até a próxima escola a ser criada, a Alferes Tomás Vieira e Silva em 1942. Após 1971, ocorre um “esfriamento” na criação de escolas, caindo em declínio em 1996. É impossível desassociar esses números com a realidade vivida em todo o país, articulado ao movimento do Ruralismo Pedagógico; seu auge, seu esfriamento e, por fim, seu declínio. Também se associa esse processo à tríade Municipalização, Nucleação e Transporte Público Escolar, que será discutida mais adiante.

A Lei nº 2.469 de 16 de setembro de 1993 discorre sobre a municipalização das escolas estaduais do município de Alfenas durante os anos de 1994 e 1995. Essa lei comprova o que foi informado pela Secretaria Municipal de Educação ao relatar que anteriormente grande parte das escolas rurais eram estaduais. A lei mencionada acima diz que para o ano de 1995 ficaria somente uma escola estadual da zona urbana a ser municipalizada. As escolas rurais que iriam ser municipalizadas no ano de 1994 são: E.E Fausto Monteiro (Gaspar Lopes), E.E Orcalina Moura Leite (Fazenda Santa Elisa), E.E Barranco Alto, E.E Santa Maria (Barranco Alto – vinculada à E.E Barranco Alto), E.E Antônio Eugênio de Ávila (Ferradura), E.E São Tomé (São Tomé) e a E.E São José (Coqueiros). Das escolas citadas, a E.E Orcalina Moura Leite foi fechada e nucleada na E.M Orlando Paulino e a E.E Barranco Alto, a E.E Santa Maria e a E.E São José também foram fechadas e nucleadas na E.M Abrão Adolpho Engel. Muitas outras escolas foram fechadas e transferidas para os denominados “núcleos”.

Várias fontes foram utilizadas para comprovar a existência das 40 escolas rurais apresentadas, além dos documentos oficiais que são as Leis Ordinárias e os Decretos Estaduais. Os recursos utilizados foram: o Plano Diretor Municipal de 2006,

que traz as escolas que funcionaram até o ano de 1992; documentos fornecidos pela repartição de Patrimônio do município; o Guia SOS do ano de 1994, também do município; um fragmento do Jornal dos Lagos do ano de 1995 que relaciona as escolas municipais vigentes naquele ano; Carta Topográfica do ano de 1970 e Mapa de 2010 expedidos pelo IBGE; Atlas Escolar Histórico e Geográfico do Município de Alfenas do ano de 2002; além da documentação levantada das escolas que foram fechadas e nucleadas na E.M Orlando Paulino da Costa e na E.M Abrão Adolpho Engel. Também foram realizadas entrevistas não estruturadas com duas professoras rurais aposentadas, sendo que uma delas foi diretora da E.M Abrão Adolpho Engel. Vários diálogos via *WhatsApp* foram feitos com pessoas que muito contribuíram para a coesão deste presente trabalho. Como as informações sobre as escolas rurais são fragmentadas e com pouca precisão, deseja-se através destes documentos aproximar o tempo de atuação de cada escola, expor registros encontrados que discorrem um pouco sobre a realidade vivida por elas, dentre outras informações que colaborarão para um panorama geral das escolas rurais de Alfenas. Ao longo da explanação dos dados é possível perceber alguns equívocos referente a datas, alteração de denominação de algumas escolas e de bairros rurais, dentre outros, que diferem de um documento para o outro.

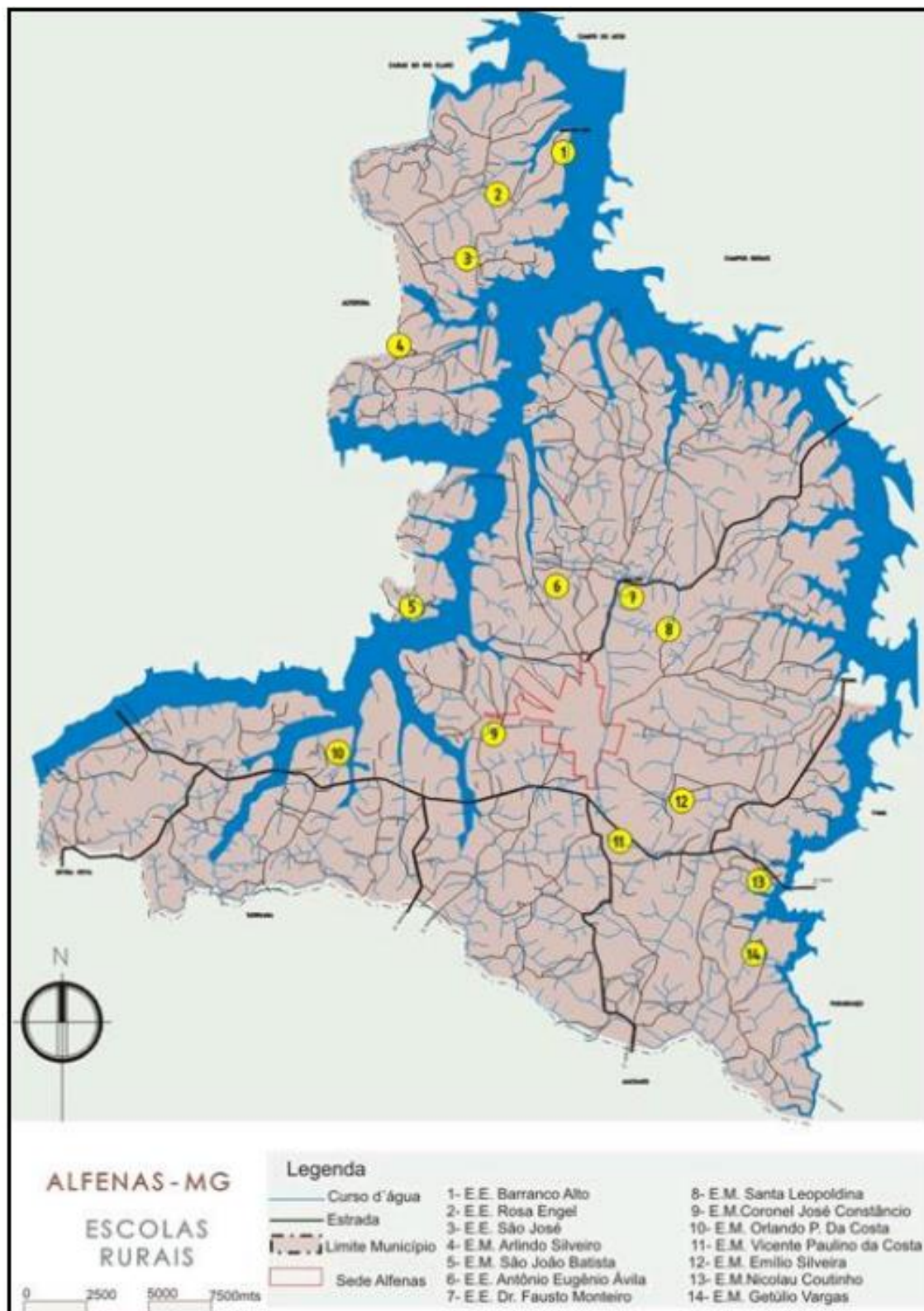
4.2 PLANO DIRETOR DE 2006

Para melhor compreensão das informações aqui dispostas, primeiramente, as fontes utilizadas serão divididas em grupos. Ao final, será realizada a classificação de cada escola com todas as fontes a elas cabíveis. Inicia-se com a Leitura técnica do Plano Diretor de 2006, apresentado por Cruz (2022).

Contudo, segundo a Leitura técnica do Plano Diretor (2006), o município já chegou a contar com 14 escolas em seus bairros rurais, sendo as seguintes: 1- Escola Estadual Barranco Alto, 2- Escola Estadual Rosa Engel, 3- Escola Estadual São José, 4- Escola Municipal Arlindo da Silveira, 5- Escola Municipal São João Batista, 6- Escola Estadual Antônio Eugênio Ávila, 7- Escola Estadual Dr. Fausto Monteiro, 8- Escola Municipal Santa Leopoldina, 9- Escola Municipal Coronel José Constâncio, 10- Escola Municipal Orlando Paulino da Costa, 11- Escola Municipal Vicente Paulino da Costa, 12- Escola Municipal Emílio Silveira, 13- Escola Municipal Nicolau Coutinho e 14- Escola Municipal Getúlio Vargas (p. 115).

Observa-se que das 14 escolas rurais, 5 ainda eram estaduais: E.E Barranco Alto, E.E Rosa Engel (conhecida também como Escola Santa Maria), E.E São José, E.E Antônio Eugênio de Ávila e E.E Dr. Fausto Monteiro, as quais seriam municipalizadas entre os anos de 1994 e 1995, de acordo com a Lei nº 2.469/1993. Porém, nessa mesma lei, são apresentadas mais 2 escolas rurais que não estão listadas no Plano Diretor de 2006: a E.E Orcalina Moura Leite e a E.E São Tomé (Escola Dr. Pedro Martins de Siqueira). É possível, portanto, perceber que o Plano Diretor de 2006 apresenta algumas falhas com relação às informações das escolas rurais e isso também poderá ser percebido em outras análises posteriormente apresentadas. Abaixo, o mapa do Plano Diretor de Alfenas de 1992 com a disposição das escolas rurais, retirado da dissertação de Cruz (2022).

Figura 10 - Escolas rurais no município de Alfenas em 1992



Fonte: Plano Diretor de Alfenas (1992) apud CRUZ (2022, p. 116).

4.3 FICHAS DE BEM PATRIMONIAL

As escolas rurais que tem seu registro na repartição de Patrimônio Municipal são: Escola Alferes Tomaz Vieira e Silva, E.M Padre Venâncio, E.M Arlindo Silveira, E.M Santa Leopoldina, Escola do Bairro Pinheirinho, E.M Getúlio Vargas, E.M Emílio Silveira, E.M São João Batista, E.M Manoel Alves Taveira, E.M Antenor Pereira, E.M Vicente Paulino da Costa, E.M Quinzote Vieira, E.M Manoel Jacinto Pereira, Escola José Fonseca, E.M Luiz Alves Corrêa, E.M Domingos Vieira e Silva, Escola Oswaldo Orsi e E.M Orlando Paulino da Costa. 18 escolas no total.

A Escola Alferes Tomaz Vieira e Silva localizada na fazenda Campinho teve seu terreno doado por José Thiers Vieira e sua esposa Maria Greny Barbosa Vieira no ano de 1968 de acordo com o Livro de Registros 03-AB, Folhas: 164, Registro 1.019. A data da lei de sua criação, entretanto, é de 1942. A E.M Arlindo Silveira localizada no bairro Mandassaia teve sua lei de criação no ano de 1945 e a construção de um novo prédio no ano de 1990 de acordo com a Lei nº 2.186 de 25 de setembro de 1990, segundo os registros do Patrimônio. A E.M Santa Leopoldina localizada no bairro Posses tem sua lei de criação no ano de 1949, porém consta a doação do terreno para a construção da escola no ano de 1969 de acordo com o Registro de Imóveis. O terreno foi doado por Carlos Alberto Leite e sua esposa Maria Conceição Coelho Leite. A Escola do Bairro Pinheirinho (conforme citada no Livro de Registros 03-AB, Folhas: 196, Registro 1.187), conhecida posteriormente como Escola Cel. José Constâncio, teve seu terreno doado no ano de 1969 por Francisca de Freitas Oliveira. A data de sua criação em lei foi no ano de 1950. A E.M Getúlio Vargas localizada no bairro Matão também teve o seu terreno doado, porém não foi possível identificar quem eram seus doadores. Sabe-se, contudo, que eles doaram o terreno para a construção da escola e também para a construção de uma capela em um local denominado “Matão de São Geraldo”. Não foi possível precisar a data da doação na escritura, mas de acordo com o a Ficha de Bem Patrimonial, a data de aquisição foi no ano de 1949 – próximo da lei de criação da escola, que foi em 1950.

A E.M Vicente Paulino da Costa (retirado o Cel.) localizada no bairro Palmital tem registros interessantes e infelizes ao mesmo tempo. A data da lei de sua criação é de 1959, porém a data de aquisição do seu terreno é de 1950. A doação do seu terreno foi realizada por João André dos Santos e sua esposa Vicentina Esteves. De acordo o responsável pela Vigilância Epidemiológica de Alfenas, essa escola, onde

ele mesmo estudou, é a mesma relatada no local Mato Dentro pela Ficha de Bem Patrimonial. Esse local é conhecido também como Palmital e Fazenda Floresta (denominações dadas ao longo dos documentos analisados). Na Ficha de Bem Patrimonial é registrado o seguinte:

Matrícula, Local Mato Dentro. Destina-se a construção de uma escola, bem como residência p/ professora, não sendo construído ou interrompida por mais de 01 ano, voltará ao domínio dos doadores. (PATRIMÔNIO MUNICIPAL, 2023).

Posteriormente, a Matrícula Nº 20.450 de 26 de fevereiro de 1993 da Comarca de Alfenas discorre sobre um terreno de propriedade do município de Alfenas situado na Fazenda Palmital que confrontava com Niceia Paulino da Costa, onde existia “um prédio escolar em mau estado de conservação”. Tal terreno foi “adquirido há mais de 80 anos”, segundo o documento. Foi realizada a permuta de terrenos entre o Patrimônio Municipal de Alfenas e o Sr. Alcino de Souza Reis, passando este a ser o proprietário do terreno em que se situava a escola. De acordo com a Lei nº 2.351 de 11 de novembro de 1992, art. 2º, “O proprietário do imóvel fornecerá energia elétrica e água para funcionamento da Escola Rural, no referido imóvel”. É interessante notar a criação de uma casa para a professora, visto que a locomoção era precária na zona rural. Sua vivência, entretanto, com a comunidade ao redor seria muito mais profunda. O triste a ser observado é o estado em que se encontrava essa escola: “em mau estado de conservação”.

A Escola José Fonseca localizada na Fazenda do Retiro também teve seu terreno doado por Maria Conceição Fonseca, mas isso ocorreu somente após sua construção segundo o Registro de Imóveis. A doação do terreno foi no ano de 1969. A E.M Luiz Augusto Corrêa localizada na Ponte das Amoras (também conhecida como Fazenda Bom Retiro) teve sua doação em 1991 por João Custódio da Silva e sua esposa Maria Ottila de Jesus. De acordo com a Escritura de Doação disposta no Livro de Registros nº 160 – Fls. 173, a outorgante donatária, ou seja, a Prefeitura Municipal de Alfenas, teria um prazo de 18 meses para a construção de uma escola no terreno doado. A lei de sua criação é de 1964. Tem-se registrada a doação de um terreno para a construção de uma escola no lugar também denominado de Bom Retiro. Essa doação foi feita por Ângelo Marcão e sua esposa Catarina Maria de Jesus no ano de 1949. Pode-se considerar que é possível ter existido uma escola

anterior à E.M Luiz Augusto Corrêa e que a mesma não tenha sido mencionada nas Leis Ordinárias e Decretos. É possível também que exista outro lugar com a mesma denominação no município. A Escola Oswaldo Orsi localizada na Fazenda Primavera também teve seu terreno doado por Oswaldo Orsi Filho e sua esposa Valderes Bueno Orsi em 1990 de acordo com a Escritura Pública de Doação, coincidindo com a data de lei de sua criação. As demais escolas mencionadas na relação inicial não possuem nenhuma informação adicional. Seu registro, porém, comprova sua existência.

Alguns conflitos existiram durante a análise do material, pois em grande parte a data de aquisição do terreno pelo Patrimônio Municipal diverge da data da lei de criação das escolas. Pode-se trabalhar com algumas alternativas. Os registros oficiais podem ter ocorrido anos depois da doação ou havia uma distância muito grande entre a lei de criação das escolas para a sua real efetivação. Além disso, algum elemento pode ter sido perdido, impedindo assim uma reconstituição completa dessas escolas. Todavia, por meio dessa via documental é possível compreender um pouco mais sobre essas escolas, seus doadores e sua relação com as escolas, por intermédio da relação dos sobrenomes com a denominação escolar. Além desse material levantado, foi fornecido pelo responsável pela repartição do Patrimônio Municipal fotografias da E.M Vicente Paulino da Costa, da Escola Cel. José Constâncio e da Escola Alferes Tomaz Vieira e Silva, as quais serão dispostas ao final deste capítulo, além de suas coordenadas geográficas que serão utilizadas para a elaboração de um mapa com as escolas rurais existentes no município de Alfenas.

4.4 GUIA S.O.S DE 1994

O Guia S.O.S do ano de 1994 do município de Alfenas é uma espécie de guia telefônico contendo serviços, endereços e informações. É apresentado um breve histórico do município, aspectos econômicos, vegetação e solos, aspectos demográficos, dentre outros. O Guia apresenta também as escolas urbanas e rurais no período de sua publicação. Ele não explicita, todavia, a fonte de onde foram retiradas as informações. Apenas informa que as fontes cartográficas foram fornecidas pela Prefeitura Municipal de Alfenas. O diretor deste Guia foi Luiz Antônio Leite Alves. As escolas rurais nelas apresentadas são: E.M Arlindo Silveira, E.M

Alfredo José de Miranda, E.M Antenor Pereira Reis, E.M Domingos Vieira e Silva, E.M Dr. Emílio Silveira, E.M Getúlio Vargas, E.M Cel. José Constâncio, E.M Luiz Augusto Corrêa, E.M Manoel Alves Taveira, E.M Major Manoel Jacinto Pereira, E.M Nicolau Coutinho, E.M Padre Venâncio, E.M Quinzote Vieira, E.M São João Batista, E.M Tomás Vieira e Silva, E.M Vicente Paulino da Costa, E.M Santa Leopoldina, E.M Oswaldo Orsi, E.M Abrão Adolpho Engel e E.E Orcalina Soares de Moura Leite. 20 escolas no total.

Destas 20 escolas, apenas 8 estão listadas no Plano Diretor de 1992: E.M Arlindo Silveira, E.M São João Batista, E.M Santa Leopoldina, E.M Cel. José Constâncio, E.M Vicente Paulino da Costa, E.M Emílio Silveira, E.M Nicolau Coutinho e E.M Getúlio Vargas. As 12 escolas restantes são: E.M Alfredo José de Miranda, E.M Antenor Pereira Reis, E.M Domingos Vieira e Silva, E.M Luiz Augusto Corrêa, E.M Manoel Alves Taveira, E.M Major Manoel Jacinto Pereira, E.M Padre Venâncio, E.M Quinzote Vieira, E.M Tomás Vieira e Silva, E.M Oswaldo Orsi, E.M Adolpho Engel e E.E Orcalina Soares de Moura Leite. A E.M Oswaldo, mesmo tendo seu terreno doado em 1990, pode ter sido criada após 1992. Isso justifica, portanto, ela não ter aparecido no Plano Diretor de 1992. A E.M Adolpho Engel realmente não apareceu, pois foi criada posterior a 1992. As demais escolas têm suas datas de criação posterior a 1992 e não aparecem no Plano Diretor.

4.5 EDIÇÃO ESPECIAL DE 126 ANOS DO JORNAL DOS LAGOS DE 14 DE OUTUBRO DE 1995

Foi disponibilizado o acesso desse fragmento do Jornal dos Lagos pela Biblioteca Municipal de Alfenas. Também não é informado de qual fonte foram retiradas as informações nele contidas, mas é apresentado o nome da repórter local responsável pela matéria publicada, Denise Padro da Silva. Nesse fragmento são informadas as escolas municipais, estaduais e particulares do município naquele ano. As rurais citadas são: E.M Getúlio Vargas, E.M Santa Leopoldina, E.M Oswaldo Orsi, E.M Luiz Augusto Corrêa, E.M Dr. Emílio Silveira, E.M São João Batista, E.M São Tomé (Dr. Pedro Martins de Siqueira), E.M Domingos Vieira e Silva, E.M Manoel Alves Taveira, E.M Nicolau Coutinho, E.M Arlindo Silveira, E.M Abrão Adolpho Engel, E.M Dr. Fausto Monteiro e E.M Vicente Paulino da Costa, totalizando 14 escolas. Do número total, 8 escolas estão listadas no Plano Diretor e das 6 restantes, 5 escolas

apresentam-se no Guia S.O.S de 1994. A única escola que não aparece no Guia, mas que aparece na relação do ano de 1995 pelo jornal, é a escola de São Tomé, a Dr. Pedro de Martins Siqueira. Existe uma divergência com relação a essa escola. Ela não é mencionada no Plano Diretor e nem na relação do ano de 1994, mas aparece na relação do ano seguinte.

4.6 CARTA TOPOGRÁFICA E MAPA EXPEDIDOS PELO IBGE DOS ANOS DE 1970 E 2010

O objetivo da análise das carta e do mapa, foi identificar o registro de alguma escola rural para que isso pudesse ser usado como comprovação de sua existência. Na carta de 1970 aparecem as escolas Escola Luiz Augusto Corrêa, Escola Dr. Pedro Martins de Siqueira e Escola Dr. Fausto Monteiro, já comprovadas por meio de outras documentações. A escola cuja existência pode ser comprovada somente por essa carta topográfica foi a Escola Antônio Augusto Silveira localizada no bairro Morro Grande. As escolas registradas no mapa de 2010 também já haviam sido confirmadas anteriormente, são essas: Escola Alferes Tomás Vieira e Silva, Escola Manoel Alves Taveira, Escola Antônio Augusto Silveira, Escola Dr. Pedro Martins de Siqueira e a Escola Dr. Fausto Monteiro.

4.7 ATLAS ESCOLAR HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO MUNICÍPIO DE ALFENAS DE 2002

Não é porque houve registro de uma determinada escola no Mapa de 2010 que sua existência se estendeu até esse período. No Atlas Escolar de 2002 elaborado pela Secretaria Municipal de Educação são trazidas as escolas ativas até esse período e nesse documento se encontravam registradas apenas as 5 escolas rurais que resistem até os dias de hoje. São essas: E.M Orlando Paulino da Costa localizada na Rodovia Alfenas/Areado, km 16, Bairro Muzambo; E.M Abrão Adolpho Engel localizada no Distrito de Barranco Alto; E.M Dr. Fausto Monteiro localizada no bairro Gaspar Lopes (localizada no urbano, porém considerada pelo INEP como rural); E.M Nicolau Coutinho localizada no bairro dos Bárbaras; e E.M Arlindo Silveira Filho localizada no bairro Mandassaia. Pode-se concluir que das 40 escolas existentes no município, 35 foram fechadas. A redução do número de escolas foi de

87,5% em um período aproximado de 74 anos (1922 a 1996).

4.8 DOCUMENTOS ORIUNDOS DA E.M. ORLANDO PAULINO DA COSTA (EMOPC)

Foi realizada uma análise de toda a documentação proveniente das escolas que foram fechadas e nucleadas na EMOPC com o auxílio da atual secretária e também da anterior para a validação e melhor entendimento dos documentos disponíveis. A documentação levantada se baseia no Histórico Escolar dos alunos, Diário de Classe, Ficha Individual dos alunos e a movimentação de Caixas Escolares. Inicia-se com o quadro elaborado abaixo (QUADRO 4), que possui a relação dos nomes das escolas rurais apresentadas na documentação analisada, o nº da lei que é apresentada como situação legal de suas atividades pelo Histórico Escolar e, confrontando com esses dados, é posto no mesmo quadro a lei e data de criação de acordo com as Leis Ordinárias (LO) e os Decretos Estaduais (D.E) para efeito comparativo do tempo entre a criação da lei/decreto e a situação legal das mesmas. Esse quadro não corresponde às escolas que foram fechadas e nucleadas na EMOPC, mas sim às escolas que constam no Histórico Escolar dos alunos.

Quadro 4 - Quadro comparativo entre a lei/decreto de criação das escolas e a lei utilizada pelos históricos escolares

Escola	Lei (histórico escolar)	Lei e ano de criação de acordo com a LO/DE
Alf. Tomás Vieira e Silva	1.458/1978	1.458/1978 - 1942
Padre Venâncio	1.458/1978	1.458/1978 - 1942
Arlindo Silveira	1.458/1978	1.458/1978 - 1945
Santa Leopoldina	1.458/1978	1.458/1978 - 1949
Cel. José Constâncio	1.458/1978	1.458/1978 - 1950
Major Francisco Lopes/Alfredo José de Miranda	1.458/1978 – 1.646/1981	1.458/1978 - 1952
Dr. Emílio Silveira	1.458/1978	1.458/1978 - 1952
São João Batista	1.458/1978	1.458/1978 - 1953
Dr. Pedro Martins de Siqueira	S/nº/1959	250/1954 - 1954
Nicolau Coutinho	1.458/1978	1.458/1978 - 1955
Manoel Alves Taveira	318/1956	318/1956 - 1956
Antenor Pereira Reis	424/1958	424/1958 - 1958
Cel. Vicente Paulino da Costa	480/1959	480/1959 - 1959
Quinzote Vieira	480/1959 – 665/1962	665/1962 - 1962
Major Manoel Jacinto Pereira	733/1962	733/1962 - 1962
Varginha da Boa Vista	S/nº/1963	-
José Fonseca	768/1963	768/1963 - 1963
Antônio Eugênio de Ávila	-	7.849/1964 (D.E)
Landulfo de Souza Dias	932/1966	932/1966 - 1966
Orcalina Moura Leite	-	9.482/1966 (D.E)
Alf. Domingos Vieira e Silva	1.640/1981	1.066/1966 – 1968
Oswaldo Orsi	-	2.175/1990 - 1990
Orlando Paulino da Costa	Lei Municipal 1.066/1969 Portaria S.E.E/MG – 1.372/1996	2.875/1996 - 1996

Fonte: Históricos Escolares – EMOPC (2023) e elaborado pela pesquisadora.

As escolas Alf. Tomás Vieira e Silva, Padre Venâncio, Arlindo Silveira, Santa Leopoldina, Cel. José Constâncio, Major Francisco Lopes/Alfredo José de Miranda, Dr. Emílio Silveira, São João Batista e Nicolau Coutinho são apresentadas no quadro acima com a mesma lei tanto de criação quanto a lei contida nos históricos escolares. Essa lei é a de nº 1.458 de 14 de setembro de 1978. Ela “ratifica a criação de Escolas Rurais Municipais”. Seu artigo nº2 discorre da seguinte forma: “Os efeitos decorrentes desta lei retroagem às datas mencionadas no artigo anterior, que correspondem, respectivamente, ao início das atividades das referidas escolas rurais municipais”. Com base neste artigo, pode-se concluir que as datas que retroagem

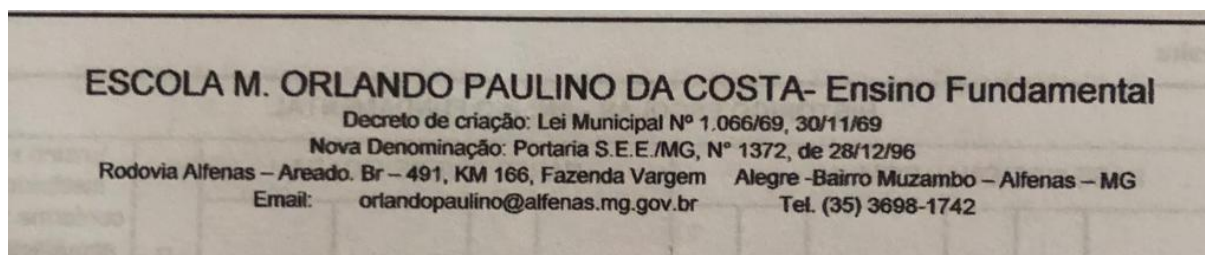
correspondem ao início legal das atividades dessas escolas. A escola Alfredo José de Miranda que corresponde à antiga Major Francisco Lopes, possui outro número de lei encontrada nos históricos escolares (1.646/1981). Essa lei discorre sobre a alteração de denominação citada. Portanto, independente dessa lei que trata somente da troca de nomes, considera-se o seu início de atividade de acordo com a lei de retroagem 1.458/1978.

A escola Dr. Pedro Martins de Siqueira era a antiga escola do bairro São Tomé que teve sua denominação alterada pela lei 250/1954. Portanto o ano encontrado pelo Histórico Escolar é de 1959. Como mencionado anteriormente, provavelmente a escola teria sido criada antes de 1954, pois, de acordo com a lei citada, houve troca de denominação, concluindo-se a sua pré-existência. Considera-se, portanto, como início de sua atividade a sua lei de criação. As escolas Manoel Alves Taveira/Antenor Pereira Reis, Cel. Vicente Paulino da Costa, Major Manoel Jacinto Pereira, José Fonseca e Landulfo de Souza Dias têm as leis contidas pelos históricos escolares, correspondentes às suas leis de criação, concluindo assim a possível data do início de suas atividades. A Escola Quinzote Vieira apresenta em documentos diferentes, duas leis que discorrem sobre o seu funcionamento, a lei 480/1959 e a lei 665/1962. Essa última lei corresponde à sua lei de criação, porém será considerada a lei que data o ano de 1959. As escolas Oswaldo Orsi, Antônio Eugênio de Ávila e Orcalina Moura Leite, foram citadas nos históricos escolares, porém não foram apresentadas o número de sua lei de funcionamento. O registro da escola Varginha da Boa Vista foi possível pela documentação encontrada na EMOPC, onde não se encontra o nº da lei. É informado, entretanto, o ano de sua criação: 1963.

Existe uma diferença de 13 anos entre a lei de criação (1968) da escola Alf. Domingos Vieira e Silva e sua lei de apresentada em 1891 pelo histórico escolar. Porém, alguns elementos importantes devem ser pontuados. A lei utilizada como início de suas atividades pelo Histórico Escolar discorre no seu artigo 1º o seguinte: “A Escola Rural Municipal ‘Alferes Domingos Vieira e Silva’, criada pela Lei 1.166, de 30 de novembro de 1968, passa a denominar-se ‘Escola Rural Municipal ‘Domingos Vieira e Silva’””. Acredita-se que houve um erro de digitação nesta lei, pois a lei que está sendo referenciada nela é a 1.066, de 30 de novembro de 1968 que é a LO de criação desta escola. Contudo, entende-se pela lei 1.640/1981 que essa é uma lei apenas de troca de denominação e não de criação. Portanto considera-se que o

início das atividades dessa escola ocorreu no ano de 1968. No ano de 1996 ela tem sua denominação alterada para E.M Orlando Paulino da Costa e passa a ter nova localização. Antes se situava na Fazenda da Ilha. Depois, no bairro Muzambo – Rodovia Alfenas/Areado, BR 491 (até os dias atuais), sendo inaugurada em 26/05/1996 de acordo com a Lei nº 2.875/1996 (LO). As leis de situação legal utilizadas por essa escola (EMOPC) são a lei municipal 1.066/1969 e a Portaria da S.E.E/MG 1.372/1996. Acredita-se que a lei municipal utilizada esteja equivocada (o ano), pois não é encontrada, ao ser pesquisada, mas a Lei nº 1.066/1968 é a que corresponde à criação da escola Alf. Domingos Vieira e Silva. Portanto a EMOPC reconhece duas datas de início de suas atividades: a primeira é de 1969 (sendo o correto 1968), que é a data de criação da escola Alf. Domingos Vieira e Silva; a segunda é de 1996, que foi quando houve a alteração de denominação e de localização. A Figura 11 foi fornecida pela atual secretária com os dados da escola.

Figura 11 - Dados da Escola Municipal Orlando Paulino da Costa



Fonte: Secretaria da E.M Orlando Paulino da Costa (2023).

No Quadro 5 constam o início das atividades das escolas rurais com base na análise referida acima.

Quadro 5 - Início das atividades das escolas rurais levantadas pela documentação disponível na EMOPC

Escolas	Início das atividades
Tomás Vieira e Silva	1942
Padre Venâncio	1942
Arlindo Silveira	1945
Santa Leopoldina	1949
Cel. José Constâncio	1950
Alfredo José de Miranda	1952
Dr. Emílio Silveira	1952
São João Batista	1953
Dr. Pedro Martins de Siqueira	1954
Nicolau Coutinho	1955
Manoel Alves Taveira	1956
Antenor Pereira Reis	1958
Cel. Vicente Paulino da Costa	1959
Quinzote Vieira	1959
Major Manoel Jacinto Pereira	1962
Varginha da Boa Vista	1963
José Fonseca	1963
Landulfo de Souza Dias	1966
Domingos Vieira e Silva	1968
Orlando Paulino da Costa	1996

Fonte: Históricos Escolares – EMOPC (2023) e elaborado pela pesquisadora.

Outras considerações também devem ser feitas. A Escola Alferes Tomás Vieira e Silva tem seu nome alterado somente para Tomás Vieira e Silva, sendo retirado o “Alferes” pela lei 1.699/1981. Outras escolas apareceram no decorrer da análise dos históricos escolares: escolas municipais e estaduais urbanas do próprio município, bem como escolas municipais e estaduais urbanas ou rurais de outros municípios e até mesmo de outros estados. Alguns destes municípios próximos a Alfenas são: Areado, Alterosa, Paraguaçu, Machado, Serrania, Campos Gerais, Conceição da Aparecida, Divisa Nova, Bandeira do Sul e Botelhos. Com isso, verifica-se a influência de Alfenas para além de sua Região Imediata. Também é interessante pontuar que não existe somente o movimento de saída das escolas rurais para o urbano (por mais que esse seja o caso mais comum), mas existe também alguns casos de alunos provenientes do urbano vindo para o rural.

Foi possível ainda basear aproximadamente o ano de funcionamento das escolas encontradas na documentação da EMOPC por meio dos históricos escolares e outros documentos. O Quadro 6 confronta as informações dos

documentos analisados com outras fontes já mencionadas: o Plano Diretor de 2006 (1992), o Guia S.O.S de 1994, o Jornal dos Lagos de 1995 e até mesmo a Lei nº 2.469/1993 que discorre sobre a municipalização das escolas estaduais, considerando que as escolas citadas na referida lei existiram até o momento de sua promulgação. Ressalta-se que os documentos disponíveis na EMOPC não representam toda a documentação das escolas que foram fechadas e nucleadas ali. Sem dúvida a EMOPC possui uma parte muito significativa deles, porém deve-se considerar que alguns documentos foram perdidos ao longo do tempo.

Quadro 6 - Tempo de atuação aproximada das escolas contidas na documentação da EMOPC

Escolas	Ano (EMOPC)	Plano Diretor (1992)	Guia 1994	J.L 1995	Lei nº 2.469/1993
E.M José Fonseca	1980	-	-	-	-
E.M Quinzote Vieira	1980	-	x	-	-
E.E Antônio Eugênio de Ávila	1984	x	-	-	x
E.M Padre Venâncio	1986	-	x	-	-
E.M Santa Leopoldina	1986	x	x	x	-
E.M Tomás Vieira e Silva	1988	-	x	-	-
E.M Landulfo de Souza Dias	1990	-	-	-	-
E.M Major Manoel Jacinto Pereira	1992	-	x	-	-
E.E Dr. Pedro Martins de Siqueira (São Tomé)	1992	-	-	x	x
E.M Cel. José Constâncio	1993	x	x	-	-
E.M Antenor Pereira Reis	1993	-	x	-	-
E.M Oswaldo Orsi	1993	-	x	x	-
E.M Alfredo José de Miranda	1994	-	x	-	-
E.E Orcalina Moura Leite	1994	-	x	-	x
E.M Manoel Alves Taveira	1994	-	x	x	-
E.M Dr. Emílio Silveira	1995	x	x	x	-
E.M Domingos Vieira e Silva	1996	-	x	x	-
E.M São João Batista	1999	x	x	x	-
E.M Vicente Paulino da Costa	1999	x	x	x	-

Fonte: Históricos Escolares – EMOPC (2023) e elaborado pela pesquisadora.

As escolas Nicolau Coutinho, Orlando Paulino da Costa e Arlindo Silveira, que também se encontram na relação das escolas, não foram citadas no quadro pelo fato de estarem ativas atualmente. As escolas José Fonseca (1980) e a Landulfo de Souza Dias (1990) não são apresentadas em outras fontes. Portanto, com base no material disponível, considera-se que o período de atuação delas foi até os anos informados acima. A E.E Antônio Eugênio de Ávila tem seu último registro em 1984, porém ela é apresentada na Lei 2.469/1993. Portanto, considera sua existência até o ano de 1994 (ano em que as escolas da lei foram municipalizadas). O mesmo se

aplica à E.E Dr. Pedro Martins de Siqueira e à E.E Orcalina Moura Leite.

É perceptível a inconfiabilidade dos dados apresentados no Plano Diretor, pois várias escolas que ainda funcionaram após 1992 não são mencionadas nele e todas essas escolas foram criadas anterior ao Plano Diretor, exceto a E.M Oswaldo Orsi que pode ter sido criada posterior a 1992. As escolas que deveriam estar no Plano Diretor, mas não estão, são (com base no último registro encontrado delas): E.M Major Manoel Jacinto Pereira, E.E Dr. Pedro Martins de Siqueira, E.M Antenor Pereira Reis, E.M Alfredo José de Miranda, E.E Orcalina Moura Leite, E.M Manoel Alves Taveira e E.M Domingos Vieira e Silva. Ao mesmo tempo que o Plano Diretor não considera essas escolas, considera outras (pós 1992, também criadas antes desse período), como a E.M Cel. José Constâncio, a E.M Dr. Emílio Silveira, a E.M São João Batista e a E.M Vicente Paulino da Costa.

As escolas consideradas pelo Guia S.O.S de 1994 são: E.M Quinzote Vieira, E.M Padre Venâncio, E.M Tomás Vieira e Silva, E.M Major Manoel Jacinto Pereira, E.M Cel. José Constâncio, E.M Antenor Pereira Reis, E.M Oswaldo Orsi, E.M Alfredo José de Miranda e E.E Orcalina Moura Leite. As duas últimas escolas citadas confirmam sua existência até o mesmo ano pela documentação analisada. As escolas confirmadas pelo Jornal dos Lagos até o ano de 1995 são: E.M Santa Leopoldina, E.M Oswaldo Orsi e E.M Dr. Emílio Silveira (correspondendo ao mesmo ano da documentação). As demais escolas posteriores a 1996 pela documentação não carecem de outras fontes de comprovação. Mediante ao exposto, serão consideradas as análises realizadas acima para a elaboração do quadro geral das escolas que será apresentado mais adiante.

4.9 DOCUMENTOS ORIUNDOS DA E.M ABRÃO ADOLPHO ENGEL (EMAAE)

A E.M Abrão Adolpho Engel se localiza no distrito de Barranco Alto, município de Alfenas. Em uma visita in loco nessa escola, foi realizada uma entrevista não estruturada com a atual diretora. Além disso, diálogos foram mantidos via *WhatsApp* com a atual secretária que disponibilizou documentos das antigas escolas do distrito para essa pesquisa. Também foi realizada uma visita in loco à ex-diretora da mesma escola. Todas as informações e documentos levantados por intermédio dessas vias serão aqui dispostos para a compreensão do processo de nucleação, também vivenciado no distrito explicitado.

Como já mencionado, o distrito de Barranco Alto teve sua primeira escola criada no ano de 1922. Há um registro que foi disponibilizado pela atual secretária referente a um “Termo de Visita e Inspeção” de 24 de março de 1946, assinado por Luiz Augusto Corrêa, onde consta o seguinte: “Declaro que no dia 24 de Márcio, de 1946, visitei e inspecionei as escolas isoladas de Barranco Alto – Distrito de Alfenas”. Ao ser citado “escolas”, entende-se que havia mais de uma. Provavelmente se trata tanto da escola que foi criada em 1922 pelo Decreto Estadual 5.996/1922 quanto de outras. Há outro registro relevante sobre a “Ata de Instalação das Escolas Reunidas de Barranco Alto”. O documento não possui data. Porém, o prefeito então vigente citado é Romeu Vieira e este foi prefeito nos anos de 1946 e 1947 (ALFENAS, 2023). Este registro discorre sobre a precariedade em que se encontravam as escolas reunidas no distrito.

O Exmo. Im. Dr. Romeu Vieira, digníssimo Prefeito do Município de Alfenas, cidadão íntegro, culto, de visão clara e segura, com movimento feliz, soube compreender e apreender a situação de real inferioridade em que se exercitavam as Escolas que servem a população culta e honesta de B. Alto (ACERVO DA EMAAE, 2023).

Esse registro com o título “Ata de Instalação das Escolas Reunidas de Barranco Alto” também traz o termo “escolas”. Não é possível precisar quantas escolas existiam até o ano de 1946. Em 1950, contudo, ocorre a criação de uma escola pela lei municipal 94/1950. De acordo com a ex-diretora, provavelmente o prédio dessa referida escola seja o prédio utilizado atualmente pelo Programa Saúde da Família (PSF) do distrito. Nesse prédio a escola funcionou até o ano de 1994, mudando-se para o atual prédio da E.M Abrão Adolpho Engel, inaugurado em outubro de 1995. Em 1957 há a criação da Escola Antônio Borges de Oliveira (350/1957) no local denominado Barra no distrito. O esposo da ex-diretora é neto do referido Antônio Borges de Oliveira (já falecido). Segundo ela, de acordo com relatos espalhados, havia sim essa escola. Porém, ao que tudo indica, foi inundada com a vinda de Furnas. Em 1959 foi autorizada a criação da Escola Quinzote Vieira (480/1959) no local denominado Coruja. Foi fornecido pela atual secretária o Diário de Classe dessa escola, comprovando assim a veracidade de sua existência. Não foi possível precisar por lei e nem por decreto a data de criação das escolas de Santa Maria e São José. Elas foram encontradas somente na lei de municipalização (2.469/1993). Porém, existem documentos na EMAAE a respeito da escola de Santa

Maria (E.E Rosa Engel) do ano de 1986 e de São José em 1980.

A ex-diretora entrevistada trabalhou na E.E de São José entre 1985 e 1993. Posteriormente, trabalhou na E.E do Barranco Alto. Ela informou (e isso também foi relatado na fala da atual diretora) que no ano de 1994 todas as escolas multisseriadas foram fechadas, ou seja, as escolas citadas acima. Somente a E.E Barranco Alto funcionou até o novo prédio ser finalizado em 1995. É interessante observar que no mesmo ano em que elas foram fechadas seria o ano em que seriam municipalizadas. Reforça-se a tríade que será trabalhada mais adiante: Municipalização, Nucleação e Transporte Público. Também é tangível o desejo em erradicar as escolas multisseriadas. O histórico da E.M Abrão Adolpho Engel traz os bairros que a escola atende: “Foi criada com o objetivo de atender as crianças dos bairros: Corujas, Santa Maria, Pinhal, São José e Barranco Alto”. Ainda de acordo com a ex-diretora, a inserção do transporte público escolar teve início aproximadamente no ano de 1992, quando houve a extensão de série para o Fundamental II (5ª série). O mesmo pode ser confirmado pela Lei 2.366/1992. No mesmo ano também há a extensão de série para a E.M Domingos Vieira e Silva. O mesmo processo de nucleação explicitado acima também foi observado por Cruz (2022) na sua Leitura Técnica do Plano Diretor de 2006, exceto pela E.E Quinzote Vieira.

... notou-se, ao observar o mapa, que a Escola Estadual Barranco Alto, a Escola Estadual Rosa Engel e Escola Estadual São José foram fechadas, e as comunidades que antes eram atendidas por essas 3 instituições passaram a ser atendidas pela Escola Municipal Abrão Adolpho Engel... (p. 117)

4.10 ANÁLISE GERAL DAS ESCOLAS RURAIS EXISTENTES NO MUNICÍPIO DE ALFENAS

Diante das análises documentais expostas durante o capítulo, foram elaborados dois quadros para condensar as informações apresentadas. O primeiro (QUADRO 7) indica em quais fontes as escolas foram abordadas. O segundo (QUADRO 8) exprime o tempo aproximado de atuação de algumas escolas – aquelas cujas fontes possibilitaram esse cálculo. Existem algumas escolas que não apresentam outras fontes além da lei/decreto, mesmo assim elas serão consideradas pelo fato de a própria lei/decreto ser uma fonte oficial.

Quadro 7 - Fontes nas quais as escolas rurais são mencionadas

(continua)

Índice	Escola	Plano Diretor	Patrimônio Municipal	Guia 1994	J.L 1995	Carta e Mapa	Doc EMOPC	Doc EMAAE
1	Escola Masculina (Barranco Alto)	-	-	-	-	-	-	X
2	Escola Rural (Bárbaras)	-	-	-	-	-	-	-
3	E.M Tomás Vieira e Silva	-	X	X	-	X	X	-
4	E.M Padre Venâncio	-	X	X	-	-	X	-
5	E.M Arlindo Silveira	X	X	X	X	-	X	-
6	E.M Santa Leopoldina	X	X	X	X	-	X	-
7	E.M Cel. José Constâncio	X	X	X	-	-	X	-
8	E.M Getúlio Vargas	X	X	X	X	-	-	-
9	Escola Rural (Barranco Alto)	X	-	-	-	-	-	X
10	E.M Alfredo José de Miranda	-	-	X	-	-	X	-
11	E.M Dr. Emílio da Silveira	X	X	X	X	-	X	-
12	E.M São João Batista	X	X	X	X	-	X	-
13	E.E Dr. Pedro Martins de Siqueira	-	-	-	X	X	X	-
14	E.M Nicolau Coutinho	X	-	X	X	-	X	-
15	E.M Manoel Alves Taveira	-	X	X	X	X	X	-
16	E.M Antônio Borges de Oliveira	-	-	-	-	-	-	-
17	E.M Adelardo Franco de Carvalho	-	-	-	-	-	-	-
18	E.M Antenor Pereira Reis	-	X	X	-	-	X	-
19	E.M Cel. Vicente Paulino da Costa	X	X	X	X	-	X	-
20	E.M Professor Lucas Bento Fonseca	-	-	-	-	-	-	-
21	E.M Quinzote Vieira	-	X	X	-	-	X	X
22	E.M Major Manoel Jacinto Pereira	-	X	X	-	-	X	-
23	E.E Varginha da Boa Vista	-	-	-	-	-	X	-
24	Dos Vianas	-	-	-	-	-	-	-
25	E.M José Fonseca	-	X	-	-	-	X	-

Quadro 7 - Fontes nas quais as escolas rurais são mencionadas

(conclusão)

26	Lar-Escola João Pio Ribeiro	-	-	-	-	-	-	-
27	E.M Antônio Augusto Silveira	-	-	-	-	x	-	-
28	E.M Nelson Paulino da Costa	-	-	-	-	-	-	-
29	E.M Luiz Augusto Corrêa	-	x	x	x	x	-	-
30	E.E Antônio Eugênio de Ávila	x	-	-	-	-	x	-
31	E.M Dr. Fausto Monteiro	x	-	-	x	x	-	-
32	E.E Orcalina Moura Leite	-	-	x	-	-	x	-
33	E.M Landulfo de Souza Dias	-	-	-	-	-	x	-
34	E.M Domingos Vieira e Silva	-	x	x	x	-	x	-
35	E.M Henrique Munhoz Garcia	-	-	-	-	-	-	-
36	E.M Oswaldo Orsi	-	x	x	x	-	x	-
37	E.M Abrão Adolpho Engel	-	-	x	x	-	-	x
38	E.M Orlando Paulino da Costa	x	x	-	-	-	x	-
39	E.E Santa Maria (E.E Rosa Engel)	x	-	-	-	-	-	x
40	E.E São José	x	-	-	-	-	-	x

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2023).

As escolas de números 2, 16, 17, 20, 24, 26, 28 e 35 não possuem outra fonte de confirmação além de sua lei/decreto. Em respectiva ordem são essas: Escola Rural (localizada no bairro rural Bárbaras, sendo essa a primeira escola do povoado); Escola Antônio Borges de Oliveira (Barranco Alto/Barra); Escola Adelardo Franco de Carvalho (Morro do Pito); Escola Prof. Lucas Bento Fonseca (Paivas); Escola dos Vianas (Vianas); Lar-Escola João Pio Ribeiro (Capetinga); Escola Nelson Paulino da Costa (Fazenda das Panelas) e Escola Henrique Munhoz Garcia (Fazenda Campo Redondo). Dessas escolas citadas, supõe-se que duas delas foram inundadas pelo represamento das águas pela Usina Hidrelétrica de Furnas (as escolas de número 16 e 20). A escola Antônio Borges de Oliveira (nº 16), conforme mencionado pela ex-diretora da EMAAE, possivelmente foi inundada pelas águas de Furnas.

A escola Prof. Lucas Bento Fonseca (nº 20) localizada na vila dos Paivas (de acordo com o mapa do IBGE de 1950), foi mencionada pela ex-professora da escola Alfredo José de Miranda, que também foi entrevistada durante a realização deste trabalho. Ela nasceu no bairro rural Morro do Pito, próximo ao bairro rural dos Paivas. A mesma relatou sobre a existência do último bairro mencionado. Segundo ela, se tratava de um local bastante desenvolvido, com igreja, com lojas, e que poderia ter se tornado um município. O bairro inteiro, todavia, também foi submergido por Furnas. Essa informação promoveu uma inquietação: como pode um bairro todo ser inundado e não existir nenhum registro sobre sua existência? Felizmente, houve o relato dessa professora, que instigou uma breve verificação a respeito. No mapa de 1950 é espacializado o povoado Paivas, bem próximo ao Rio Cabo Verde. Porém, ao serem analisadas a carta topográfica de 1970 e o mapa de 2010 (ambas posteriores à Furnas), não é mais mencionado esse povoado, somente o “Córrego dos Paivas”. Mediante a essas breves considerações, podendo ser aprofundado futuramente, pode-se concordar com o relato da professora, pois no mapa (1950) antes de Furnas é apresentado o povoado e na carta topográfica (1970) e no mapa de 2010, sendo posteriores a represa só faz menção ao córrego do provável povoado inundado.

Entendeu-se necessário realizar uma aproximação do tempo de atuação das escolas rurais, visto a precariedade de documentos sobre. Abaixo a elaboração do Quadro 8 estimando o tempo de atuação de cada escola.

Quadro 8 - Período de atuação aproximado das escolas rurais do município de Alfenas

(continua)

Índice	Escola	Início (ano)	Fim (ano)	Tempo de atuação (anos)
1	Escola Masculina (Barranco Alto)	1922	-	-
2	Escola Rural (Bárbaras)	1927	-	-
3	E.M Tomás Vieira e Silva	1942	1994	52
4	E.M Padre Venâncio	1942	1994	52
5	E.M Arlindo Silveira	1945	Ativa	78
6	E.M Santa Leopoldina	1949	1995	46
7	E.M Cel. José Constâncio	1950	1994	44
8	E.M Getúlio Vargas	1950	1995	45
9	Escola Rural (Barranco Alto)	1950	1994	44
10	E.M Alfredo José de Miranda	1952	1994	42
11	E.M Dr. Emílio da Silveira	1952	1995	43
12	E.M São João Batista	1953	1999	46
13	E.E Dr. Pedro Martins de Siqueira	1954	1995	41
14	E.M Nicolau Coutinho	1955	Ativa	68
15	E.M Manoel Alves Taveira	1956	1995	39
16	E.M Antônio Borges de Oliveira	1957	-	-
17	E.M Adelardo Franco de Carvalho	1957	-	-
18	E.M Antenor Pereira Reis	1958	1994	36
19	E.M Cel. Vicente Paulino da Costa	1959	1999	40
20	E.M Professor Lucas Bento Fonseca	1960	-	-
21	E.M Quinzote Vieira	1959	1994	35
22	E.M Major Manoel Jacinto Pereira	1962	1994	32
23	E.E Varginha da Boa Vista	1963	-	-
24	Dos Vianas	1963	-	-
25	E.M José Fonseca	1963	1980	17

Quadro 8 - Período de atuação aproximado das escolas rurais do município de Alfenas

(conclusão)

26	Lar-Escola João Pio Ribeiro	1964	-	-
27	E.M Antônio Augusto Silveira	1964	1970	6
28	E.M Nelson Paulino da Costa	1964	-	-
29	E.M Luiz Augusto Corrêa	1964	1995	31
30	E.E Antônio Eugênio de Ávila	1964	1993	29
31	E.M Dr. Fausto Monteiro	1966	Ativa	57
32	E.E Orcalina Moura Leite	1966	1994	28
33	E.M Landulfo de Souza Dias	1966	1990	24
34	E.M Domingos Vieira e Silva	1968	1996	28
35	E.M Henrique Munhoz Garcia	1971	-	-
36	E.M Oswaldo Orsi	1990	1995	5
37	E.M Abrão Adolpho Engel	1992	Ativa	33
38	E.M Orlando Paulino da Costa	1996	Ativa	27
39	E.E Santa Maria (E.E Rosa Engel)	1986	1994	8
40	E.E São José	1980	1994	14

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2023).

As escolas rurais ativas também foram dispostas no quadro acima para ser expressado quantos anos de atuação elas têm. A escola de número 27 tem como seu único registro a carta topográfica de 1970 e o mapa de 2010. Foi considerada a carta de 1970, pois em 2002, segundo o Atlas Escolar do município de Alfenas, já eram vigentes apenas as cinco escolas que se tem atualmente.

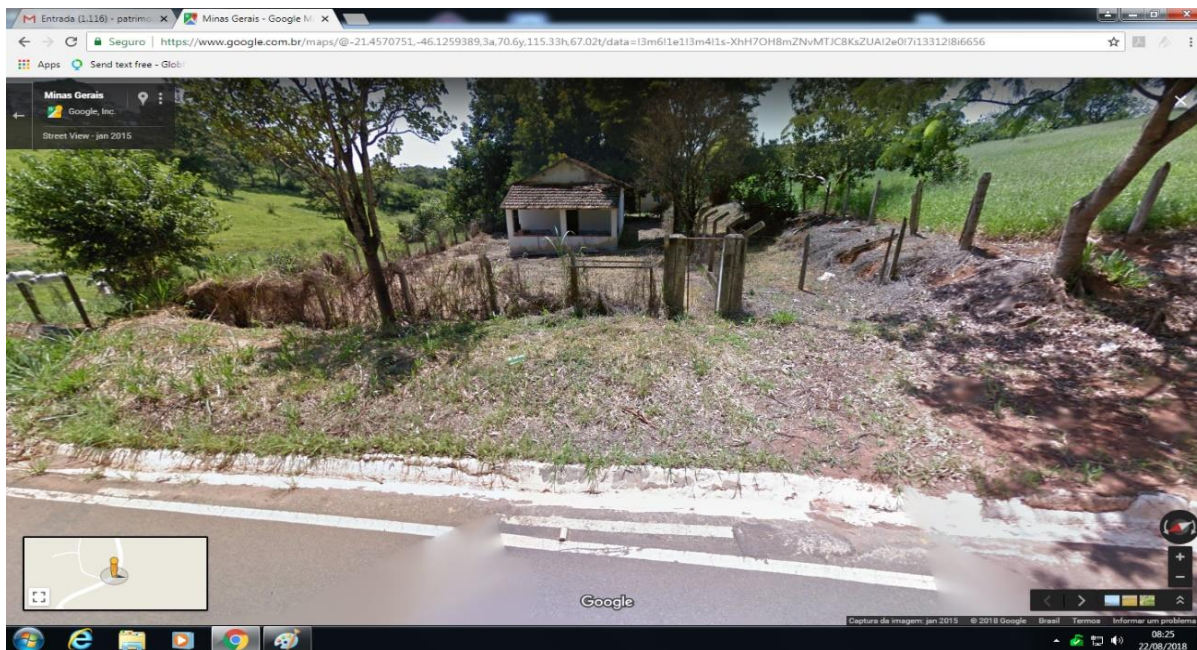
Diante do trabalho de campo realizado, são expostas abaixo fotografias fornecidas durante a pesquisa de escolas que foram fechadas e também de localidades onde existiam algumas dessas escolas, não restando nem os fundamentos das mesmas.

Fotografia 10 - Local onde situava-se a E.M Cel. José Constâncio (Pinheirinho)



Fonte: Patrimônio Municipal (2023).

Fotografia 11 - E.M Tomás Viera e Silva



Fonte: Patrimônio Municipal (2015).

Fotografia 12 - E.M Vicente Paulino da Costa



Fonte: Patrimônio Municipal (2023).

Fotografia 13 - E.M Getúlio Vargas



Fonte: cedida pelo Jornal dos Lagos, fotografia de Paulo Henrique Corsini (fotógrafo do J.L) (2023).

Fotografia 14 - E.E Rosa Engel (Santa Maria)



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora (2023).

Fotografia 15 - Local onde situava-se a E.E São José



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora (2023).

Fotografia 16 - E.E Barranco Alto (prédio atualmente utilizado pelo PSF)



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora (2023).

Fotografia 17 - E.M Emílio Silveira



Fonte: cedida pelo Jornal dos Lagos, acervo de Ana Silva de Oliveira (2023).

Esse levantamento é uma reconstituição da história das escolas rurais que um dia foram tão relevantes para Alfenas e principalmente para os sujeitos do campo que por elas foram atendidos. Portanto se faz necessário compreender sobre o tempo e espaço que propiciaram o alto número de escolas rurais no município.

5 A EDUCAÇÃO RURAL BRASILEIRA

Partindo da compreensão da Educação Rural local (município de Alfenas), pretende-se com este capítulo elucidar as ideias sobre essa educação em âmbito nacional. Uma não está desarticulada da outra, uma vez que o local é a reprodução do nacional. A Educação Rural brasileira passou por vários momentos em sua trajetória até a configuração em que se encontra nos dias atuais. Qual seria esse momento? Pode-se dizer que houve a superação da compreensão da Educação Rural para uma Educação do Campo e para o campo? Qual é a diferença e por que existe a necessidade dessa mudança de concepção? Não seria tudo educação? Pretende-se elucidar essas e outras inquietações ao decorrer deste capítulo. Todavia, para que se possa compreender o presente, precisa-se que voltemos ao início da Educação Brasileira para que haja a compreensão do lugar em que se encontrava a Educação Rural. Um lugar subalterno, mas que em certo momento foi enaltecido, articulado aos interesses daqueles que demandavam o poder. Posteriormente, quando o interesse político mudou de direção, lá se encontrava a Educação Rural novamente no esquecimento. E, atualmente, a luta continua para que os direitos conquistados sejam assegurados e de fato concretizados em uma educação que faça sentido e que reconheça os sujeitos do campo como de fato eles devem ser reconhecidos: por suas vivências e não por projeções feitas a elas.

A Educação Rural teve sua gênese, ou melhor, não a teve, pois ela não foi considerada nas duas primeiras Constituições Federais Brasileiras, a de 1824 e a de 1891. Ambas não apontavam nada sobre essa educação (PASINATO [sem data]). Em 1892, com a Lei n.º 41, de 3 de agosto, foi utilizada pela primeira vez a expressão “escola rural”, estabelecendo a diferenciação entre escolas urbanas, distritais e rurais (CHALOPA; MORAES, 2022). Isto é verificado no artigo 72 do Capítulo II “As escolas primárias do Estado são classificadas em rurais, distritais e urbanas”. Se essa diferenciação fosse somente por conta da localização espacial das escolas, não haveria problemas. Não foi esse o caso, desde do seu início, a Educação Rural foi inferiorizada, sendo perceptível na classificação das matérias do ensino primário das escolas urbanas, distritais e rurais, encontrada na mesma lei no Capítulo II, artigo 88.

O ensino primário compreende:

- a) Nas escolas rurais: lições de coisas, desenho (facultativo); Escrita; Leitura; Ensino prático da língua materna, especialmente quanto à ortografia, construção de frases e redação; Prática das quatro operações da aritmética, em números inteiros e decimais, sistema métrico, noções de frações ordinárias, regras de juros simples; Instrução cívica e moral e leitura explicada da constituição do Estado; Noções práticas de agricultura (para o sexo masculino); Noções de higiene; Trabalhos de agulha (para o sexo feminino).
- b) Nas escolas distritais: **O curso rural com maior desenvolvimento**; Medida de áreas e capacidades; Proporções, regras de três e de companhia; Geografia do Estado de Minas gerais; Elementos de geografia do Brasil; Noções de história do Estado de Minas; Rudimentos de história do Brasil.
- c) Nas escolas urbanas: **Os cursos rural e distrital, com maior desenvolvimento**; Gramática portuguesa (estudo teórico e prático); Leitura expressiva e exercício de elocução; Aritmética, compreendendo o estudo das raízes quadradas e cúbicas; Noções de geometria; Geografia do Estado de Minas (curso completo); Geografia do Brasil; Noções de geografia geral; História de Minas; Elementos de história do Brasil; Educação cívica; Leitura e explicação da constituição federal; Noções de ciências físicas e naturais, aplicadas à indústria, à agricultura e à higiene. (BRASIL, 1892). [Grifo nosso].

Conforme grifos acima, o curso rural era o mais básico, o distrital era o rural com maior desenvolvimento e o urbano era os cursos rural e distrital com maior desenvolvimento. O currículo rural limitava-se ao básico da Língua Portuguesa, Matemática, Instrução cívica, Noções de agricultura para o sexo masculino e Trabalhos de agulhas para o sexo feminino. Nota-se que os conteúdos de Geografia e História, que normalmente são disciplinas que afloram o pensamento crítico dos indivíduos e os proporcionam o conhecimento do mundo e das relações que o envolve, não eram consideradas importantes para os sujeitos que viviam no rural. É necessário pontuar que a história contada em 1892 não é a mesma que conhecemos atualmente, pois muitas vezes a história é contada de acordo com o interesse de quem a propaga, em especial o “Descobrimento do Brasil”. Porém, não deixa de ser um direito dos alunos rurais daquela época aprenderem. Outra disciplina dentre outras que não fora contemplada é a de Leitura e explicação da Constituição Federal, pois qual seria o interesse de que esses indivíduos soubessem interpretar a Constituição e seus direitos?

É fato que havia uma inferiorização. Isso também estava presente no que se refere ao trabalho docente. Os professores rurais, normalistas ou não, ganhavam menos. Abaixo, o quadro retirado da mesma lei referente ao Capítulo IV, artigo 103.

Quadro 9 - Valores pagos aos professores no ano de 1892

nº 1 – Professores normalistas das escolas:

Urbanas	1:800\$000
Distritais	1:400\$000
Rurais	1:200\$000

nº 2 – Professores não normalistas em escolas:

Urbanas	1:300\$000
Distritais	1:100\$000
Rurais	1:000\$000

Fonte: BRASIL (1892).

Em 1893 surgem no país os Grupos Escolares, considerados símbolos majestosos da educação no país (CHALOPA; MORAES, 2022). Esse fato, contudo, foi um muro divisor entre os Grupos e as escolas.

A institucionalização, nesse estado, dos grupos escolares, a partir de 1893, ratificou a diferenciação entre os dois principais tipos de escolas primárias que viriam a predominar no país, ao longo do século XX – as escolas isoladas herdeiras das transformações institucionais das escolas de primeiras letras do Império, compreendendo um professor ministrando o ensino para crianças de diferentes idades e níveis de adiantamento numa mesma escola/sala de aula; e os grupos escolares, constituindo nos moldes da escola primária graduada, pressupondo um edifício escolar com várias salas de aula e vários professores e uma organização pedagógica alicerçada na classificação dos alunos em grupos homogêneos, formando classes pautadas na centralidade dos exames, na divisão dos programas de ensino em graus, na correspondência entre classe e série e na compartimentação do tempo e da jornada escolar (CHALOPA; MORAES, 2022, p. 67).

Dentre as escolas isoladas estavam as escolas rurais. Os epopeicos grupos escolares eram criados somente nos grandes centros urbanos da época. Percebe-se que o urbano começa a se sobressair em detrimento do rural. Em Alfenas, pode-se considerar, mesmo que de forma tardia, a criação de um grupo escolar – o Grupo Escolar Coronel José Bento. Segundo Ayer (1991) em 1918 esse Grupo tinha como diretor Felipe de Toledo. Pode-se perceber a grandiosa estrutura para a época (FOTOGRAFIA 18), em especial para uma cidade no Sul de Minas Gerais. A escola (antigo grupo escolar) permanece no mesmo lugar até os dias atuais, sendo uma

forte referência na educação primária, denominado atualmente como Ensino Fundamental I. O prédio conserva a mesma estrutura e foi tombado como patrimônio cultural em 2001 (IPATRIMÔNIO, 2023).

Fotografia 18 - Grupo Escolar Coronel José Bento em 1910



Fonte: Fotos antigas de Alfenas (blog) (2013).

A organização prática pedagógica também foi alterada, pois as salas de primeiras letras do rural eram salas multisseriadas – um traço que permanece nos dias atuais nas escolas rurais do país. Mas, com o advento dos grupos escolares, tem-se o início da seriação. Não somente da seriação, mas também da padronização e das avaliações “pautadas na centralidade dos exames”.

Medonça (2016) traz uma informação muito importante sobre o propósito educacional e a população rural a partir de 1910 em um contexto pós-abolicionista. Neste período foi criado o ensino agrícola de nível elementar, médio e especial pelo Ministério da Agricultura. O intuito era “controlar/tutelar” a população rural que passou a ser “integrada por ex-escravos e seus descendentes” (introdução) e fixar os filhos de lavradores na terra. Em 1930, Getúlio Dornelles Vargas chega à presidência no país e isso causará profundas mudanças na organização do território e na estrutura educacional do Brasil, em especial da rural. Em 1934, um marco, uma nova Constituição Federal Brasileira. Nela o ensino rural passou a ser considerado nas legislações federais, obtendo status de políticas públicas e tendo seu direito “garantido” (PASSINATO, [sem data]; CHALOPA; MORAES, 2022). Ambos autores também abordam a questão das verbas destinadas a essas escolas, tendo como responsáveis a União, o Estado, os Municípios e o Distrito Federal. Porém, os

valores apresentados não eram suficientes para o avanço das escolas primárias rurais brasileiras e também eram inferiores aos das escolas urbanas.

Considerando que a maioria da população e das escolas era rural, o valor destinado pelo dispositivo para estas escolas evidencia a valorização das escolas urbanas em detrimento das escolas rurais. Este dispositivo constitucional tem sido interpretado de duas maneiras. A primeira como um empenho nacional de interiorização do ensino, decorrentes do desejo de ampliação e de domínio das elites a qualquer custo, em um país que tinha, no campo, parte mais numerosa de sua população e a base da sua economia. Para outros, um plano para preservar, sob restrição, as inquietações e conflitos resultantes de um modelo civilizatório que reproduzia práticas sociais de abuso de poder (PASINATO [sem data e página]).

Mencionado sobre a interiorização nacional do ensino, é importante que se compreenda o contexto do país nesse período. Sabe-se que o Brasil é um país de extensão territorial continental e em 1930, quando Vargas assumiu o poder, havia um grande vazio demográfico interiorano. Por isso, a tão aclamada Marcha para o Oeste. Um dos alvos principais a serem alcançados com essa chamada era a integração nacional, a proteção das zonas fronteiriças, a expansão agrícola e a fixação do homem ao campo frente ao forte processo de industrialização e urbanização que estavam levando grandes massas populacionais aos centros urbanos. Prado (2013) corrobora com esse pensamento conforme citações abaixo.

No ano de 1938, o governo Vargas lançou uma campanha visando criar disposições favoráveis à vida rural, contribuindo, ao mesmo tempo, para incentivar a ida de populações pobres para o interior, além de favorecer a permanência do trabalhador rural no campo. (p. 7)

O caráter político da campanha parece evidente, seja na necessidade explícita de integração econômica, seja na tentativa de esvaziar tensões que a mão-de-obra excedente das grandes propriedades rurais representava em potencial (Esterci, 1972). Assim, foram realizadas ações no sentido de prevenir problemas que a migração em grande escala do campo para as cidades, poderia vir a originar, por meio da criação de colônias agrícolas, da construção de estradas, entre outras medidas. Ao mesmo tempo, construiu-se e divulgou-se o discurso ruralista que parecia antes legitimar a escassez de medidas destinadas a resolver os problemas das populações expulsas do campo do que apresentá-las como medidas plausíveis e acessíveis a todos (p. 8; 9).

A falta de políticas públicas para manter o homem no campo faz com que ele migre em busca de condições melhores que ele espera encontrar no urbano. Foi assim e continuará sendo se não houver um movimento contrário. A história

continuará a se repetir como tem-se percebido em nossos dias. No bojo das políticas públicas da década de 30 encontravam-se os ideais do Ruralismo Pedagógico, também conhecido como “Ruralização do Ensino” (CHALOPA, 2022).

Esse movimento era a junção de pensamentos de intelectuais, políticos e da oligarquia ruralista em busca de atender aos interesses e necessidades hegemônicas (PRADO, 2013). O Brasil tinha sua riqueza na terra. Sua economia majoritariamente era agrícola e mais da metade da sua população era rural. O mesmo autor cita que haviam duas linhas de pensamento nesse período: os que desejavam o avanço da urbanização e os que desejavam o seu retardo e o triunfo e permanência da agricultura. Seja qual fosse o interesse, o objetivo era o mesmo: o avanço econômico do país. E a escola foi incumbida dessa responsabilidade de ser o caminho para que isso acontecesse, formando indivíduos cívicos e adestrados ao trabalho para que houvesse uma integração nacional e econômica no país.

A produção de riquezas, naquele momento, era um tema bastante discutido. Em relação ao campo como em relação à cidade, o Governo esperava dos brasileiros posturas disciplinadas. O homem deveria ser preparado pela escola “para viver com o máximo de eficiência entre os outros homens” (Pinheiro, 1941:76), bem como sentir-se adaptado e integrado ao seu meio social, fosse rural ou urbano. A escola assumia um importante papel na construção de uma consciência concomitantemente modernizante e conservadora, onde se pregava o apego ao “meio” e, ao mesmo tempo, pressupunha-se uma ação eficiente, autônoma, racional e produtiva, no contexto desse mesmo “meio” (PRADO, 2013, p. 11; 12).

Mediante a toda essa conjuntura, o investimento na a educação rural começou a se efetivar com a criação de escolas primárias rurais, escolas normais rurais, colônias-escolas, dentre outras. Com relação às Escolas Normais, cabe frisar que elas estavam distribuídas tanto no urbano quanto no rural. Os currículos, todavia, também eram diferenciados. As Escolas Normais Rurais tinham por objetivo formar professoras e professores para lecionarem nas escolas primárias rurais com a efetivação da “nacionalização da política agrícola, saneamento do campo e combate ao êxodo rural” (ÁVILA, 2013 apud CHALOPA, 2022, p. 7). Os ideais do Ruralismo Pedagógico começaram a ser propagados por meio de “eventos, publicação de impressos, criação ou atuação em instituições educativas escolares, assim como em sociedades e institutos, valendo ressaltar as palestras, conferências, discursos, congressos e semanas ruralistas” (CHALOPA; MORAES, 2022). Existia a

necessidade de uma mudança no tipo de organização das escolas rurais, pois essa escola era considerada pelos intelectuais como o motivo do entrave do avanço interiorano e econômico do país.

A valorização negativa da escola rural existente no Brasil era constantemente encontrada nos textos analisados e era até a partir deste processo de negação que os sujeitos do discurso do *ruralismo pedagógico* pretendiam construir um ideal de escola rural dos “novos tempos”... A escola era responsabilizada pelo êxodo rural e pela desagregação moral e econômica do interior brasileiro (PRADO, 2013, p. 20). [grifo do autor].

Antes da escola rural ser considerada a “salvação” pelos ruralistas, ela foi culpabilizada por eles. Sim, a culpa não estava sobre o governo ou nem mesmo na falta de políticas públicas para o campo, mas sim na escola que não ensinava suficientemente “bem” para atingir os objetivos políticos do momento. As necessidades básicas para a fixação do homem ao campo eram simplesmente omitidas, como a “falta de conforto, de instrução, de higiene e de recursos médicos, ausência de distrações, etc” (PRADO, 2013, p. 17). Segundo o mesmo autor, ficava subentendido que a educação ruralizada iria sanar essas dificuldades com a habilitação do sujeito às modernas técnicas agrícolas e a racionalização de seus ganhos.

Houve então uma incisão clara e objetiva na diferenciação das escolas urbanas e rurais, em seus currículos e com qual objetivo cada uma era vista. A escola rural encontrava-se como um importante aparelho ideológico do estado.

... existia uma escola para as cidades, para o meio urbano e esta não precisa de adjetivos. Tratava-se da *escola* e pronto. No meio rural, entretanto, fazia-se urgente organizar uma instituição de ensino adaptada e adaptadora do homem ao seu meio. Seus objetivos nem sempre eram aqueles da escola liberal – universal, gratuita, leiga – presente nas maiores democracias modernas. Tratava-se de uma *outra escola*, referida a um *outro meio* e a um *outro homem* (PRADO, 2013, p. 12). [grifo do autor].

Em 1942, como resultado da Marcha para o interior do país, é realizado o Oitavo Congresso da Associação Brasileira de Educação (ABE) no recém criado município de Goiânia. Esse congresso teve suas pautas grandemente marcadas pelos idealistas do Ruralismo Pedagógico. Prado informa, entretanto, que existiam indivíduos que realmente acreditavam e desejavam o avanço educacional rural e que viam com bons olhos as ideias propostas pelo Ruralismo. Já Chaloba (2022)

ressalta também que existiam aqueles que defendiam uma escola comum a todos. Porém, o que foi disseminado com grande vigor e tido como objetivo eram a produção de mão de obra especializada para o campo por meio da educação e a contenção do desejo de migração dos povos rurais para as cidades, pois, de acordo com Prado (2013), Vargas desaconselhava essa evasão, condenando o imaginário de “uma existência fácil e confortável” (p. 15). Mais do que isso, o campo era visto como a esperança do sucesso econômico agrícola. Portanto, se fazia necessário a permanência no rural. Isso era o que supunha a ABE conforme afirma o mesmo autor.

Já era de se esperar a necessidade de um currículo diferenciado para atender as demandas hegemônicas. Não fora diferente do currículo prescrito pela Lei n.º 41, de 13 de agosto de 1892, no que diz a respeito ao conteúdo inferior ofertado em relação ao urbano. Havia a limitação do conteúdo, pois muitos conhecimentos eram considerados supérfluos e que poderiam trazer confusões mentais para os indivíduos, ludibriando-os para o caminho da cidade. Esse tipo de pensamento foi naturalizado pela ABE em decorrência do Congresso ocorrido. “O povo inteiro deve saber que o mais educado não é o que mais sabe, e que fazer as coisas é mil vezes melhor o que receber informações sobre elas” (ABE, 1944, p. 177 apud PRADO, 2013, p. 14). Enfim, toda essa revolução em prol da educação rural deu-se com o objetivo do avanço do capitalismo em áreas antes consideradas isoladas, mas não com o interesse de elevar o nível educacional dos povos rurais brasileiros que constituíam mais da metade da população total e que deles dependia grande parte da economia brasileira.

A preocupação com o interior do Brasil apresentava um duplo caráter: de um lado, era econômica e tinha como objetivo a expansão de mercados e a criação destes em áreas onde a presença do capitalismo se dava de forma descompassada em relação aos centros urbanos. Em outras palavras, tratava-se de atualizar o capitalismo no meio rural, de trazê-los aos anos 30/40. (PRADO, 2013, p. 18).

Os professores rurais nesse período eram incumbidos de tarefas que iam além da sua responsabilidade docente. Eles eram responsáveis por fornecer conselhos higiênicos aos alunos, promover assistência sanitária, noções de profilaxia física, “materializando-se nas aplicações de injeções (PRADO, 2013, p. 19). Chaloba e Moraes (2022) mostram uma realidade muito negativa acerca dos

professores rurais com os dados estatísticos do Ministério da Educação e Cultura de 1979. Dos professores do Ensino de 1º Grau existentes no país, 22,8% eram leigos e desse percentual, 75,65% eram da zona rural, compreendendo um total de 148.974 docentes. Esses números revelam que mesmo com o investimento na educação rural segundo os ideais do Ruralismo Pedagógico, uma parte considerável dos professores rurais não foram alcançados.

Pode-se definir um período de expansão na criação de escolas primárias rurais e escolas normais rurais (estas últimas atraindo mais as mulheres) entre 1930 a 1980 com base nos dados apontados por Chaloba e Moraes (2022). Prado também pontua que à despeito das revoluções agroindustriais que estavam acontecendo no país, os detentores do poder do campo tiveram que se adaptar ao contexto socioeconômico e criar escolas em suas terras, surgindo a escola no “meio rural brasileiro tardia e descontínua” (p. 25). No final da década de 1950, há o esfriamento do Ruralismo Pedagógico por conta do “avanço da agroindústria, o intenso êxodo rural e a permanência dos problemas sociais e educacionais no campo” (CHALOPA, 2022, p. 14; 15). De acordo com a mesma autora, o encerramento das Escolas Normais Rurais se deu no início de 1970. O município de Alfenas também vivenciou esse período de expansão das escolas primárias rurais como apresentado no capítulo anterior. As datas apresentadas condizem com os momentos vivenciados em todo o país: o auge vivenciado pelo Ruralismo Pedagógico e o seu declínio, reconfigurando, assim, o direcionamento político referente à educação rural brasileira.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1961 (Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961) trouxe poucos avanços referente à educação rural, pontuando somente a responsabilidade dos proprietários rurais frente à instalação ou facilitação às escolas para “crianças residentes em suas glebas” (art.32). Por isso era tão comum a criação de escolas rurais em propriedades de grandes fazendeiros. Na LDB de 1971 (Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971) houve a flexibilização do calendário escolar rural. E com a LDB de 1996 (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) essa flexibilização é ampliada, sem haver, contudo, a redução do número de horas letivas prevista pela mesma lei.

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II – organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III – adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL, 1996, art. 28).

É fato que houveram avanços por meio de legislações em relação à educação rural. Contudo, é constantemente necessário a reivindicação para a efetivação desses direitos. Chaloba e Moraes (2022) trazem um problema que foi intensificado no final do século XX e que persiste até os dias atuais: a nucleação das escolas primárias rurais.

as escolas pequenas são fechadas e seus alunos transferidos para a nova escola agrupada, que é reformada especialmente para tal fim. A nova escola elimina a multisseriação e apresenta condições físicas e pedagógicas normalmente superiores às verificadas nas escolas isoladas e de emergência (VASCONCELLOS, 1993, p. 66 apud CHALOPA; MORAES, 2022, p. 76)

As escolas isoladas e de emergência descritas acima eram também conhecidas como escolas rurais. O processo de nucleação pode acontecer de duas formas. Na primeira forma, as escolas rurais são nucleadas e os alunos são levados para outra escola também rural, como ocorrido com duas escolas do município de Alfenas, a Escola Municipal Abrão Adolpho Engel e a Escola Municipal Orlando Paulino da Costa – ambas receberam alunos provenientes de outras escolas que foram fechadas. E na segunda forma a nucleação das escolas rurais acontece em escolas urbanas. Colocam-se alunos em transportes muitas vezes precários e os mandam para a “cidade”. Outra pontuação a ser feita é que com o fechamento das escolas primárias rurais, buscava-se também a erradicação das salas multisseriadas. Porém, elas permanecem até os dias atuais “como uma forma de resistência, manutenção das escolas rurais e para o fortalecimento da educação do campo” (AZEVEDO, et al, 2023 [sem páginas]). De acordo com Fernandes (2022, p. 34) apud Chaloba e Moares (2022), no período de 2002 a 2020 “foram fechadas 53.029 escolas na zona rural no Brasil, que representa o fechamento de 49% das escolas que havia em 2002, quando foram estabelecidas as Diretrizes Operacionais para a Educação do Campo”.

Aproveitando da inserção do conceito de Educação do Campo, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) em 2007 apud Borges e Oliveira (2020, p. 8), traz a seguinte definição para expressão Campo,

Designa um espaço não apenas geográfico, mas social, pois possui vida e necessidades próprias, o qual não é resultado do que sobra além do espaço urbano. Já a expressão rural (e ainda muito utilizada expressão educação rural), nos gera o pensamento tradicional de povo atrasado, retrógrado, sem ensinamentos ou saberes próprios.

Mediante a isso, compreende-se que não é somente uma simples mudança de expressão, mas sim de concepção. A Educação do Campo tem sua especificidade, sua relação com a terra e com os seus sujeitos, tem suas próprias lutas que podem estar atreladas ou não a movimentos sociais e sua resistência ao processo de exclusão e desalienação frente aos interesses dominantes. A Educação do Campo é o contraponto da Educação Rural.

É importante ressaltar que a Educação do Campo nasce com o Movimento Sem Terra (MST) ao reivindicarem educação e escolas para seus assentamentos. Cruz (2022) discorre sobre conquistas importantes ao longo de quase 25 anos da história da Educação do Campo. Inicia-se pelo I Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária (ENERA), em 1997. A primeira Conferência Nacional Por uma Educação Básica do Campo, realizada em 1998. No ano de 2001 institui-se o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). No ano seguinte também se institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Em 2004 realiza-se a II Conferência Nacional Por uma Educação do Campo. Em 2006 começa a oferta de Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO).

No ano de 2013 começa a distribuição de livros específicos para o campo, por meio do Programa Nacional do Livro Didático do Campo (PNLD Campo). Em 2014 é criada a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), sendo de grande importância para que os sujeitos do campo pudessem ser representados no contexto educacional, porém essa Secretaria foi extinta no governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022). É notável o avanço ocorrido durante os 25 anos da forma de se pensar a Educação do Campo e para o Campo, porém não se desconsidera alguns retrocessos e percalços na caminhada. Os objetivos dessa educação serão melhor apercebidos no próximo capítulo.

Finalizando o atual capítulo, fica um questionamento. Se antes as escolas rurais poderiam ter uma organização curricular diferenciada, refletindo em suas práticas pedagógicas, porque hoje o sistema é tão engessado, pautado em competências e habilidades e em índices de avaliações externas como o SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica)? Claramente é revelado que a educação é como um serviço prestado aos interesses de quem a governa. Suas estratégias são mudadas quando necessário para atender sua demanda. A flexibilização é concedida quando o objetivo a ser alcançado é uma educação diferenciada, no sentido inferior, para os povos rurais, como pode ser visto de maneira concludente no Ruralismo Pedagógico. Antes os sujeitos do campo eram enaltecidos e tidos como a “semente promissora” do avanço do país – não os sujeitos, mas seus serviços prestados à nação em sua lida agrícola. Não tinham seus direitos assistidos. Eram considerados uma força braçal que não carecia do estudo “completo”, somente o básico para realização do seu trabalho e existência. O que é ditado hoje é a padronização, pois um currículo diferenciado não faz mais sentido já que fixar o homem ao campo era almejado em outro momento, onde a não fixação acarretaria diversos problemas sociais, econômicos e espaciais. Hoje novos interesses surgem no cenário, por isso a importância de continuar a luta por uma Educação do Campo e para o Campo.

Explanado no capítulo anterior sobre as 40 escolas rurais existentes no município e com os apontamentos realizados neste sobre a Educação Rural Brasileira, ambos serão utilizados como um arcabouço para elaboração do último capítulo deste trabalho. Será apresentado como proposta a Educação do Campo, visto já ser observado que a mesma vai na direção contrária da Educação Rural. Também será realizada uma breve reflexão sobre o movimento que tem ocorrido atualmente na EMOPC.

6 CONTEXTO ATUAL DAS ESCOLAS RURAIS DE ALFENAS

Como já assentado anteriormente, o município de Alfenas possuiu 40 escolas rurais, com a criação da primeira no ano de 1922 e da última no ano de 1996. Atualmente encontram-se ativas apenas 5 dessas escolas, representando uma redução de 87,5% em um período aproximado de 74 anos. Nos capítulos anteriores já discutido por meio de algumas reflexões o motivo do alto número de escolas no passado, contextualizando com a realidade em âmbito local e nacional. Também foram apresentados os motivos que levaram a essa abrupta diminuição, dentre eles o êxodo rural, a criação de Furnas e a expansão urbana. Ademais, a tríade Municipalização, Nucleação e Transporte Público Escolar foi citada e relacionada à redução desses números, contribuindo para o atual cenário rural escolar de Alfenas.

6.1 TRÍADE MUNICIPALIZAÇÃO, NUCLEAÇÃO E TRANSPORTE PÚBLICO ESCOLAR

Durante a pesquisa de campo para a realização deste trabalho, foram percebidas falas sinônimas sobre o processo de municipalização que ocorreu por volta do ano de 1994. Conforme mencionado pela Secretaria Municipal de Educação, anteriormente, grande parte das escolas rurais eram estaduais. Tanto a atual quanto a ex-diretora da EMAAE relataram sobre o processo de municipalização ocorrido e o consecutivo fechamento e nucleação das escolas, não somente no distrito que se localiza a escola mencionada, mas em todo o município. A professora aposentada da E.M Alfredo José de Miranda também relatou o fechamento dessa escola e a transferência dos alunos para o polo, ou seja, a EMOPC, ressaltando que essa escola foi criada em 1996. Também foi relatado sobre a inserção do transporte público escolar por volta de 1992. Alinhando essas informações com a Lei Municipal 2.469/1993 que discorre sobre a municipalização de escolas estaduais para o exercício dos próximos dois anos seguintes, atesta-se que foi um processo em grande escala ocorrido no município. Procura-se entender o motivo desse processo e argumentar sobre, articulando à direção das políticas públicas nacionais vivenciadas dentro desse período.

Zotti e Sanfelice (2020) desenvolvem uma linha de raciocínio de uma política descentralizadora iniciada no governo de Fernando Collor de Mello (1990), sendo

aprofundada no governo de FHC (1995-2002). Essa política descentralizada, com a interferência mínima do Estado, buscava ser mais atraente para os investidores, buscando seguir o modelo desenvolvido dos considerados Países de Primeiro Mundo. Todo esse contexto influenciou várias esferas do país, inclusive a área educacional.

Quanto à estrutura organizacional, as propostas apresentadas passam pela descentralização e redução dos níveis hierárquicos, por isso, o Estado, no nível federal, deve ter a função de coordenar e regular, devendo delegar, progressivamente, para as esferas estadual e municipal, as funções de execução de serviços sociais e de infraestrutura” (ZOTTI; SANFELICE 2020, p. 3).

A partir de 1990 o Estado assume a função de coordenar, regular e delegar funções às esferas estadual e municipal. Ou seja, “da União, para os Estados e destes para os municípios” (p. 4). Algumas reformas constituídas nesse período atingiram de forma direta a esfera educacional, como por exemplo a Constituição de 1988, a LDB (Lei n. 9.394/96) e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) pela Lei n. 9.424/96. Quanto a esses marcos legais, os autores citados fizeram as seguintes colocações. A Constituição de 1988, no artigo de nº 211, estabelece que “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, seus sistemas de ensino” (BRASIL, 1988, p. 86). No inciso 2º desse mesmo artigo discorre o seguinte: “Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil”. Em Minas, na Constituição do Estado de 21 de setembro de 1989, no artigo 197, já era mencionada a “descentralização do ensino, por cooperação, na forma de lei”. Esse artigo foi regulamentado posteriormente pela Lei nº 12.768, de 22/01/1998.

Com esse processo de transferência de responsabilidade do Estado aos municípios é perceptível o reflexo na gestão educacional em Alfenas: a municipalização de várias escolas por meio da Lei 2.469/1993. Esse desenvolvimento se dará de forma mais latente a partir do surgimento dos próximos marcos educacionais. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 também enfatiza a responsabilidade dos municípios sobre a Educação Fundamental, além de estabelecer como competência a estes “a criação de seus próprios sistemas de ensino” (SAVIANI, 1999 apud ZOTTI; SANFELICE, 2020, p. 6). Pode-se dizer que

a “cartada” final para essa onda de descentralização foi a instituição do FUNDEF.

... constitui-se na estratégia para garantir o financiamento dos sistemas municipais de ensino e foi decisivo ao processo que desencadeou a municipalização do ensino fundamental do Brasil... Os Estados e os respectivos Municípios poderiam “[...] celebrar convênios para transferência de alunos, recursos humanos, materiais e encargos financeiros nos quais estará prevista a transferência imediata de recursos do Fundo correspondente ao número de matrículas que o Estado ou o Município assumir” (BRASIL, 1996b, art.3º, § 9º, p. 2 apud ZOTTI; SANFELICE 2020, p. 6).

Considera-se a criação da FUNDEF como crucial à municipalização, pois de acordo com os autores, a adesão dos municípios em municipalizar as escolas estaduais era como “ganhar ou perder parte de seus próprios recursos” (p. 7). Não se tratava do desejo de municipalizar, mas sim de angariar recursos financeiros. Porém, os municípios não estavam preparados para toda essa mudança de logística e estrutura educacional à qual foram submetidos. Mediante a isso o acontecido em grande parte do país foi:

frente a necessidade de racionalizar custos e também o baixo número de matrículas, promovem a desativação da maioria das escolas isoladas e oferecem o ensino fundamental em escolas núcleo, política que ficou conhecida como nucleação (ZOTTI; SANFELICE, 2020, p. 10).

As considerações realizadas acima contextualizam com a realidade vivenciada no município de Alfenas, em especial na educação rural. Pode-se considerar que a primeira onda de municipalização ocorrida entre 1994 e 1995 foi em decorrência da Constituição Brasileira de 1988 e a segunda, em decorrência da LDB de 1996 e o FUNDEF, refletindo no fechamento de várias escolas que foram nucleadas na EMOPC. Induz-se que, ao município acatar a demanda de municipalização, muitas vezes por conta do recurso financeiro, este não tinha condições de absorver as escolas agora sob sua responsabilidade. Como consequência da municipalização houve a nucleação, ou seja, o fechamento de escolas e a concentração em um determinado núcleo ou polo. Conforme relatado pela irmã do prefeito de Alfenas na vigência de 1993 a 1996, foi informado que:

... tinha várias escolas muito pequenas naquela região, pequenininhas de poucos alunos... Na época que ele foi prefeito, ele conseguiu trazer todos pra a Escola Orlando Paulino, aí a escola ficou com 495 alunos, de toda aquela região ali. Eram poucas, os gastos eram mais, né? Porque tinha as escolinhas pequenininhas ali nas fazendas e ele levou tudo para o Orlando Paulino que era um espaço maior e ficou melhor lá para todo mundo, né? Centralizou tudo ali. (Registro em áudio enviado em 01/07/2023)

De acordo com a última citação das autoras Zotti e Sanfelice, em decorrência da municipalização houve a desativação das escolas isoladas, ou seja, das escolas rurais, o que é evidenciado com o relato acima. Muitas dessas escolas eram multisseriadas como referido anteriormente neste trabalho. O último componente da tríade aqui estudada é o transporte público escolar. Esse item tem um respaldo na CF/1988, no artigo nº 208/VII, tendo o transporte como atendimento ao educando em todas as etapas da educação básica. Conforme relatado anteriormente, iniciou-se o transporte escolar em Alfenas por volta de 1992. Com a grande redução do número de escolas o transporte apresentou-se como a solução para a continuidade e permanência dos alunos nas escolas. A problemática é que, com o transporte público escolar, entende-se que todas as outras dificuldades vivenciadas pelas escolas rurais foram sanadas e que os processos de municipalização e nucleação não foram tão ruins assim – eram algo necessário. Mesmo com o advento do transporte, por decorrência do fechamento das escolas, alguns alunos têm que percorrer longas distâncias de suas casas até a escola. Portanto, a luta para que esse quadro não se agrave ainda mais é pela manutenção das escolas rurais existentes atualmente.

6.2 CONTEXTO DAS ESCOLAS RURAIS ATUAIS

Essa tríade teve forte impacto na redução das escolas rurais – e aqui são enfatizadas as escolas rurais existentes no município de Alfenas. Cruz (2022) traz os bairros rurais em que as cinco escolas atuais atendem:

... segundo a Secretária Municipal de Juventude e Turismo da Prefeitura de Alfenas (2021) são, em ordem alfabética: Baguari, Bárbaras, Barranco Alto, Cambraia, Caprivama, Cascalho, Cascalho dos Esteves, Cascalho do Mandassaia, Chácaras do Harmonia, Comunidade Fazenda Santa Helena, Corujas, Esteves, Fazenda do Porto, Gambá, Gaspar Lopes, Glória, Lage, Laticínios Sama, Mandassaia, Marmelos, Matão, Morro do Pito, Muzambo, Paineiras, Pinhal, Ponte das Amoras, Restaurante do Muzambo, São Tomé, Serrinha, Sítio do Gustavo e Vianas (p. 23)”

A Escola Municipal Abrão Adolpho Engel, localizada no distrito de Barranco Alto,

se localiza geograficamente em um espaço considerado urbano, porém, é considerada escola rural por atender a maioria dos seus alunos moradores e trabalhadores da zona rural. A escola atende alunos advindos do próprio distrito, da fazenda Santa Maria, Glória, Coruja, Pinhal e Serrinha (p. 121)

De acordo com a mesma fonte, essa escola tem uma forte interação com o município de Alterosa devido a sua proximidade em decorrência de Furnas. Seu corpo docente é constituído em grande parte por professoras advindas desse município. A EMAAE atende a Educação Infantil (creche e pré-escola), o Fundamental I pelo município e o Fundamental II pelo estado. No período noturno é ofertado nesta mesma escola, o Ensino Médio pela extensão realizada pela E.E Judith Vianna.

A Escola Municipal Arlindo Silveira (EMAS) atende os “bairros Mandassaia, Cascalho Mandassaia e Muzambo. A escola tem salas seriadas e também multisseriadas” (CRUZ, 2022, p. 122). As etapas e modalidades de ensino ofertadas são a Educação Infantil (pré-escola) e o Ensino Fundamental I e II (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, 2023). Cruz (2022) menciona que essa escola mantém ligações com a escola anterior e isso é confirmado pelo relato da ex-diretora desta (EMAAE) ao afirmar que até o ano de 2015 ambas escolas eram dirigidas pelo mesmo diretor. Posteriormente, contudo, houve a desvinculação.

A Escola Municipal Dr. Fausto Monteiro (EMDrFM) se localiza no bairro Gaspar Lopes,

atende o ensino fundamental de 9 anos. Como acontece com a EMAAE, ela está localizada em um espaço considerado urbano, mas segundo o INEP, é considerada escola rural. Essa escola atende os bairros Gaspar Lopes, Caprivama, Sítio do Gustavo e a Ponte das Amoras (p. 123).

Segundo a Secretaria Municipal de Educação, ainda dentro do bairro de Gaspar Lopes, situa-se o Centro Municipal de Educação Infantil Amália Leite Corrêa. Esse Centro oferta a Educação Infantil de forma completa, creche (correspondendo a berçário, jardim e maternal) e a Pré-Escola (pré de 4 e 5). A Educação Infantil ofertada na EMAAE é uma extensão desse Centro.

A Escola Municipal Orlando Paulino da Costa (EMOPC),

localizada na rodovia 491, a aproximadamente 2 quilômetros de distância da cidade de Alfenas. Essa escola atende os seguintes bairros: Fazenda do Porto, Restaurante Muzambo, Marmelos, Laticínios Sama, Cambraia, Gambá, São Tomé e Paineiras... e também possui sistema multisseriado (p. 124).

Essa escola, segundo os dados informados pela Secretaria Municipal de Educação, atende a Educação Infantil (pré-escola de 4 e 5 anos) e o Ensino Fundamental I e II. Uma parte considerável das professoras residem no município de Areado, demonstrando a relação entre os municípios.

A Escola Municipal Nicolau Coutinho (EMNC) se localiza no Bairro rural Bárbaras, também conhecido como povoado dos Bárbaras. A escola fica próxima aos municípios de Paraguaçu e Fama,

e atende os alunos dos bairros rurais: Esteves, Cascalho dos Esteves, Lage, Vianas e Matão... é uma escola de pequena estrutura, contando apenas com dois cômodos que são salas de aulas, um refeitório e os banheiros que as crianças e professores utilizam (p. 125; 126).

Ainda segundo a Secretaria Municipal de Educação, a escola oferta a Educação Infantil (pré-escola de 4 e 5 anos) e o Ensino Fundamental I.

A Tabela 6 foi elaborada com os dados atualizados (2023) fornecidos pela a Secretaria Municipal de Educação, pela atual diretora da EMAAE e pela atual secretária da EMOPC. O objetivo dessa tabela é evidenciar o número de alunos de cada escola. O número de matriculados em creches não foi considerado, uma vez que será demonstrado na próxima tabela (TABELA 7).

Tabela 6 - Número de alunos matriculados nas escolas rurais de Alfenas

Escolas rurais	Nº de matriculados
EMAAE	62
EMAS	50
EMDrFM	226
EMOPC	131
EMNC	70

Fonte: Secretaria Municipal de Educação; EMAAE; EMOPC (2023) e organizado pela pesquisadora.

A EMAAE tem os dados apresentados na tabela acima somente do número de matrículas do Ensino Fundamental I que é ofertado pelo município. Como já mencionado anteriormente, o Ensino Fundamental II é ofertado pelo Estado com 38 alunos matriculados e 18 alunos matriculados no Ensino Médio, ofertado também pelo Estado por meio da E.E Judith Vianna. A EMAS é a escola com menor número de matriculados, seguido da EMNC. A EMDrFM é a escola que tem o maior número de matriculados. Isso pode ser justificado pelo fato de estar localizada em um espaço considerado urbano – a apenas 5 km do município de Alfenas. Além disso, em Gaspar Lopes existe um certo crescimento econômico e o distrito é atravessado pela BR 369 que liga Alfenas a Campos Gerais. Essa escola é seguida em número de matriculados pela EMOPC, a qual também se localiza em uma BR, a 491 que liga Alfenas a Areado.

Tabela 7 - Número de matriculados no Centro Municipal de Educação Infantil Amália Leite Corrêa

Creche Amália	Nº de matriculados
Gaspar Lopes	100
Barranco Alto	12

Fonte: Secretaria Municipal de Educação; EMAAE (2023) e organizado pela pesquisadora.

Denominou-se “creche” na Tabela 7 por ser o termo comumente referido ao Centro Municipal de Educação Infantil. A Creche Amália em Barranco Alto, que é a extensão da Creche Amália de Gaspar Lopes, é conhecida por Creche Caracol (nome fantasia), de acordo com a atual diretora da EMAAE. Essa creche é dirigida pela mesma diretora mencionada, porém a escola e a creche são em prédios

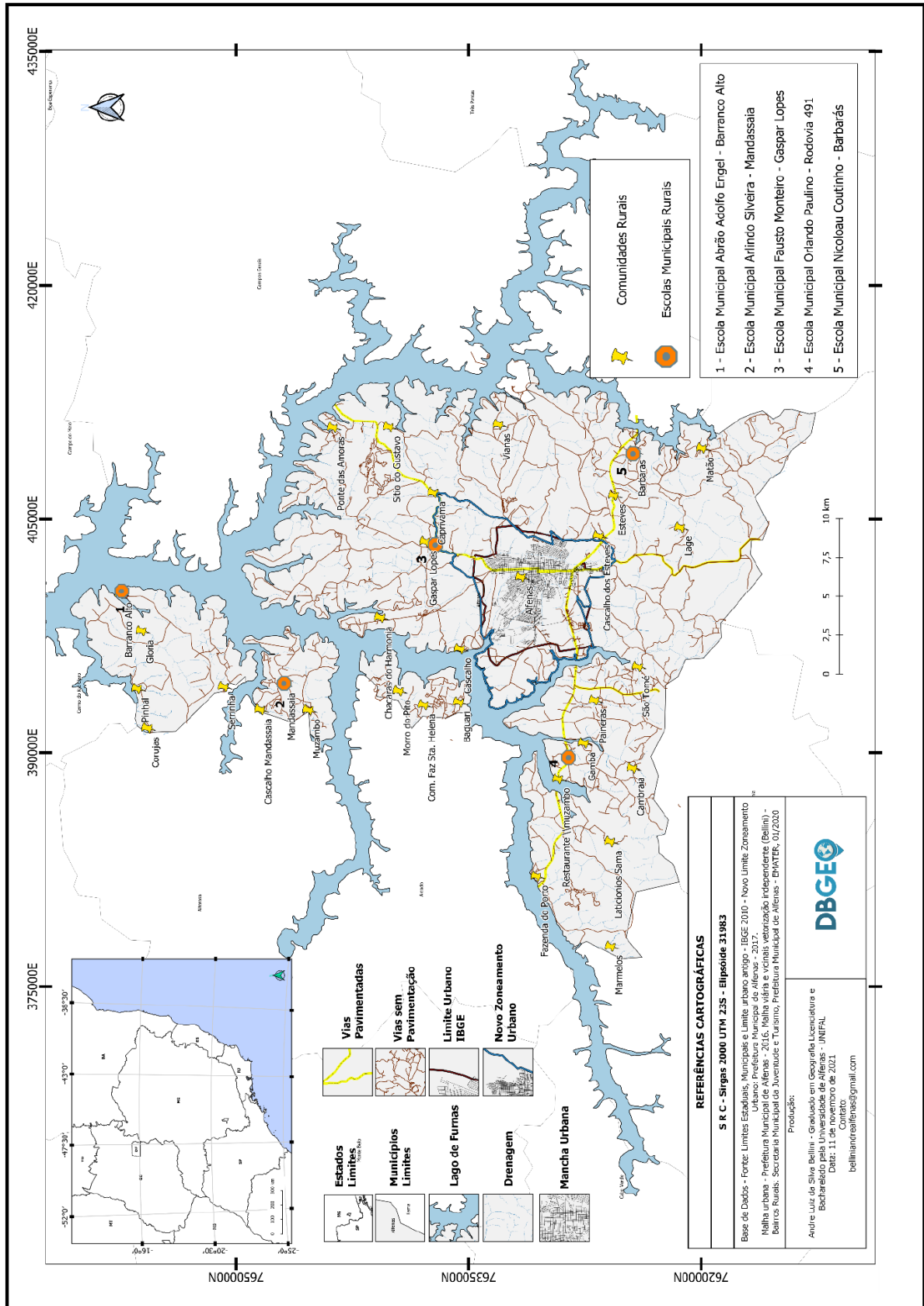
separados. Já a creche em Gaspar Lopes também é em prédio separado da escola e não possuiu nenhum vínculo com esta, sendo diretoras diferentes. Analisando a tabela acima é perceptível a diferença do número de crianças matriculadas. Interessante observar que para alguns habitantes do município de Alfenas e do próprio bairro de Gaspar Lopes, este é considerado um distrito. Não há um consenso sobre, mas os autores Manoel, Silva e Borges (2018) classificam o povoado da seguinte forma:

o trataremos neste artigo como um distrito rural, quanto bairro ou comunidade rural, tendo em vista que sua classificação oficial ainda não se encontra efetivamente caracterizada pela prefeitura do município (a quem compete a criação, organização e delimitação desses espaços) (p. 50).

Foi realizado esse adendo somente para comparar a diferença entre a creche do reconhecido distrito de Barranco Alto e do considerado distrito de Gaspar Lopes. Se ambos são caracterizados como distrito, não deveria haver tanta discrepância nos números da tabela acima, porém a sua espacialização diz muito sobre os valores apresentados, além do advento da Usina de Furnas, que deixou o distrito de Barranco Alto “ilhado”, interferindo na configuração social, espacial e econômica deste.

Feita a explanação geral do contexto atual das escolas rurais, é apresentado o mapa abaixo (FIGURA 12) com a localização das escolas rurais atuais no município de Alfenas. Como já adentrado no capítulo anterior sobre a Educação do Campo, busca-se a partir deste momento abordar quais são os princípios dessa educação, analisar quais são as políticas públicas voltadas para a mesma que Alfenas já teve acesso e propor a Educação do Campo como algo possível para as escolas rurais do município, apresentando alguns movimentos que estão sendo realizados dentro dessa proposta no contexto educacional de Alfenas.

Figura 12 - Localização das escolas rurais atuais no município de Alfenas



Fonte: CRUZ (2022, p. 119).

6.3 EDUCAÇÃO DO CAMPO

Caldart (2009) apresenta o nascimento da Educação do Campo como uma crítica à educação brasileira, “particularmente à situação educacional do povo brasileiro que trabalha e vive no/do campo” (p. 39). Mas não era uma crítica qualquer. Se tratava de uma crítica que gerasse transformações visíveis. A mesma menciona que essa educação “já surgiu como contraponto de práticas, construção de alternativas, de políticas...” (p. 40). É visto que a Educação do Campo não é uma mera discussão no campo das ideias, mas uma prática efetiva que se dá no cotidiano do contexto educacional do campo, com seus avanços e contradições, em uma relação dialética constante. A mesma autora associa fortemente a Educação do Campo aos movimentos sociais existentes, como por exemplo os movimentos que lutam pelo direito a posse de terra e pela reforma agrária. Entende-se, porém, que essa educação não deve se limitar somente ao contexto desses movimentos, pois haveria exclusão de grande parte dos sujeitos do campo que carecem dessa educação, mas que não estão vinculados a eles. É tido como exemplo o município de Alfenas, que carece de uma educação contextualizada para as escolas rurais, mas não está inserido em nenhum movimento social, embora seja caracterizado predominantemente pela agricultura familiar (CRUZ, 2022).

O Decreto 7.352 de 4 de novembro de 2010, artigo 2º, discorre sobre os princípios da Educação do Campo:

I – respeito à diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional e de raça e etnia; II – incentivo à formulação de projetos político-pedagógicos específicos para as escolas do campo, estimulando o desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, em articulação com o mundo do trabalho; III – desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação para o atendimento da especificidade das escolas do campo, considerando-se as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo (BRASIL, 2010, p. 1 apud CRUZ, 2022, p. 34).

Dentro de algumas políticas públicas provenientes da luta pela Educação do Campo, Alfenas já teve acesso a algumas, conforme mencionado pela mesma fonte. As escolas municipais Dr. Fausto Monteiro, Nicolau Coutinho e Abrão Adolpho Engel “aderiram às propostas do Programa Dinheiro Direto na Escola ESTRUTURA e

Programa Dinheiro na Escola do Campo em 2013” (CRUZ, 2022, p. 130). Esses programas destinavam recursos para escolas localizadas no campo onde houvesse alunos matriculados na educação básica. Porém, o que se percebe é que aparentemente esse programa não refletia em uma prática pedagógica diferenciada.

Outro programa que todas as escolas rurais municipais aderiram foi o Programa Nacional do Livro Didático do Campo (PNLD Campo). Esse livro trazia uma proposta diferenciada e se preocupava em contextualizar a realidade do indivíduo do campo. Com isso, permitia a identificação com a terra e com o espaço vivido. Foi uma proposta totalmente diferenciada do típico livro urbano, desarticulado das vivências dos alunos do campo. Esse programa, entretanto, foi desativado no ano de 2018. Cruz apresenta as impressões das professoras que utilizaram esse livro, demonstrando que não houve consenso. Algumas acharam a proposta boa, porém, não o suficiente, utilizando o livro como material complementar. Outras consideraram o conteúdo reduzido e que não atendia às habilidades necessárias nem ao que era demandado pelas avaliações internas e externas. Também algumas disseram que os alunos se identificavam com o material produzido. Enfim, mesmo não havendo consenso, concorda-se com a mesma visão da autora que o programa foi um avanço na produção de material específico para o campo. Compreende-se também que mesmo se tratando de um livro do Campo, o professor deve explorá-lo e utilizá-lo como um aliado na mediação da aula e não como um fim em si mesmo.

Esses foram os três programas provenientes da Educação do Campo que o município de Alfenas teve acesso, sendo o último aquele que pôde impactar diretamente em uma prática pedagógica diferenciada e reflexiva. Uma carência apresentada pela a mesma autora dentro do município é a falta de formação inicial e continuada para os professores e professoras das escolas rurais. O Decreto 7352, de 4 de novembro de 2010 que dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, dispõe sobre a oferta específica da formação inicial e continuada de professores que atendam o campo. Porém o reflexo que se tem é que

[...] muitas escolas em zonas rurais não praticam uma educação do campo por não possuírem professores formados dentro dessa concepção, assim como não possuem material didático que possibilite uma abordagem a partir da realidade do campo (MOURA; AZEVEDO, 2021 p. 57).

Sabe-se que as Universidades não existem com o fim único de apenas produzir conhecimento, mas sim de aplicá-los à sociedade. Caso ao contrário, não faria sentido sua existência. Verificada a lacuna de conhecimento sobre a Educação do Campo dentro da UNIFAL, entendeu-se necessária a criação de uma disciplina que abrangesse esse conceito. No ano de 2022 foi ofertada no curso de Licenciatura em Geografia a disciplina A Educação do Campo na perspectiva do ensino de Geografia, mediada pela docente da referida universidade Sandra de Castro Azevedo. Cursada pela pesquisadora, foi essa disciplina que despertou o interesse pela temática. Essa disciplina foi fruto, dentre outros fatores, da dissertação de mestrado de Cruz (2022) que abordava o tema. Como resultado dessa iniciativa, houve um projeto de extensão tendo como foco a Educação do Campo.

6.4 O REPENSAR DA ESCOLA RURAL: FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO NA EM ORLANDO PAULINO DA COSTA

A Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UNIFAL-MG discorre sobre a extensão desta para a sociedade:

A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, construindo-se em processo interdisciplinar, político, educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa (2023).

No ano de 2022 com vigência até 2023, podendo ser prorrogado, foi elaborado um projeto de extensão denominado: “O repensar da escola rural: formação em educação do campo na EM Orlando Paulino da Costa” o qual compõe o projeto “Educação do campo, transformando vidas”. Esse projeto é uma iniciativa da empresa Furnas Centrais Elétricas S.A., responsável pelo financiamento, com a correalização do Instituto EFORT; Associação Mirante; Prefeitura Municipal de Alfenas; com apoio técnico e pedagógico da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), direcionado pela Doutora Sandra de Castro de Azevedo e com a parceira da Escola Municipal Orlando Paulino da Costa como escola percursora das atividades propostas. Mediante a essa proposta apresentada, surgiu como possibilidade de intervenção da universidade

diretamente com os profissionais que atuam na escola rural do município de Alfenas, de forma a trabalhar partindo da realidade espacial em que a escola e os alunos que estudam nessa instituição estão inseridos. A universidade nesta parceria contribuirá com os aspectos teóricos e práticos sobre o movimento de Educação do e no Campo, o reconhecimento das diversidades do espaço rural de Alfenas e auxiliar com o desenvolvimento de atividades condizentes com o ensino nessas áreas, tornando as mesmas significativas para o corpo discente dessa escola (PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO-UNIFAL, 2022).

Como já dito anteriormente, acrescenta-se que a relação da universidade para com a sociedade/comunidade local é uma via de mão dupla, pois ambas ensinam e aprendem durante o processo, conforme explicitado pelo documento do projeto acima. Este tem como objetivo central a formação continuada para o corpo docente da EMOPC. A partir desse movimento é contemplada a pauta sobre, no Decreto 7352, de 4 de novembro de 2010. Esse projeto não só beneficiou os professores, mas também toda a gestão escolar da EMOPC. Os objetivos a serem alcançados por esse projeto são:

Promover formação continuada com os docentes e gestores da escola Municipal Orlando Paulino da Costa; Promover a aproximação entre comunidade, pais e responsáveis, e as instituições de ensino (básico e superior); Promover a criticidade dos sujeitos do campo quanto a importância social, cultural e econômica do espaço rural em que esses habitam; Contribuir com a possibilidade da implantação de princípios da educação do campo na escola (PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO-UNIFAL, 2022).

Ao promover a mudança de concepção e possibilitar ao corpo escolar o devido reconhecimento como educadores do campo e não meros reprodutores do urbano (AZEVEDO; et al, 2023), isso automaticamente refletirá na vida dos alunos situados nesse espaço. Justificou-se a necessidade desse projeto para que os profissionais docentes do espaço rural de Alfenas, por intermédio da formação continuada ofertada, pudessem ter um aporte teórico e prático para o desenvolvimento de uma educação a partir da realidade espacial em que o aluno está inserido. Através dos ideais da Educação do Campo o profissional docente poderá mediar uma educação emancipatória aos seus alunos, construindo um senso crítico com o qual estes saberão posicionar-se perante a sociedade. Os sujeitos dessa escola demandam por mudanças e o projeto tem como visão a formulação de projetos políticos-pedagógicos específicos para as escolas do campo,

estimulando o desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências dos sujeitos do campo com a educação, de forma que eles possam fazer uma análise da sua realidade entender as contradições e buscar por mudanças (PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO-UNIFAL, 2022).

A interdisciplinaridade do projeto ocorre pelo contato entre as professoras pedagogas da escola, a especialista do ensino fundamental II e a gestão da escola, juntamente com os especialistas em educação do campo baseado na ciência geográfica. Antes de ser iniciado o projeto foi realizado um levantamento de dados para o conhecimento do contexto escolar, por meio da Secretaria de Educação, do Censo Escolar, dentre outros. Foi aplicado um questionário diagnóstico para as professoras e toda a gestão escolar afim de serem compreendidas e pautadas durante a formação as suas demandas. Por meio da análise realizada foram elaborados quatro módulos. O primeiro foi sobre “As diversidades do rural de Alfenas e suas escolas: história, atualidades e desafios”. Em um primeiro momento, foi aprofundado sobre o espaço rural, como se dá a sua divisão territorial, quais são os tipos de culturas produzidos, qual é a relação deste com o município e como se dá a espacialização geográfica de Alfenas. Faz-se necessária essa reflexão, pois o município de Alfenas é constituído em sua maioria pela agricultura familiar e, portanto, esse espaço, que muitas vezes é inferiorizado, deve ser valorizado. No segundo momento, discorrendo sobre o contexto escolar alfenense, foram trazidos para reflexão quais são os atuais desafios das escolas rurais em manter seu funcionamento.

Dentro desse primeiro módulo pretendeu-se realizar atividades com parte dos docentes da escola por meio da plataforma Moodle, contendo materiais de apoio. O objetivo dessas atividades era compreender os avanços e também os limites desse módulo. E nesse primeiro momento já foram identificados alguns limitantes. Poucos professores faziam as atividades – houve pouca adesão a essa metodologia. Alguns tinham dificuldade em trabalhar com a plataforma e recorreram a outros meios para enviar as atividades. Deve-se pontuar que as atividades tinham de ser realizadas no horário de descanso dos professores, sendo isso um limitante também. O ideal para uma formação continuada seria desenvolvê-la dentro da carga horária do professor e não fora dela, pois é um aprimoramento educacional previsto pelo Decreto 7352, de 4 de novembro de 2010. Não é, entretanto, o que acontece.

O segundo módulo tratou as “Origens, marcos históricos da Educação do

Campo e seus desafios”. Objetivou-se com esse módulo primeiramente a diferenciação conceitual entre Educação Rural e Educação do Campo. Posteriormente, foram apresentados a origem, como se deu a institucionalização da Educação do Campo e quais são seus princípios. Também foram apresentadas outras formas de organização dentro desse tipo de educação, como a Pedagogia da Alternância e a Multisseriação, quais são suas potencialidades e suas limitações. A partir desses pontos foi possível refletir em formas de implementar a Educação do Campo nessa escola.

O terceiro módulo ficou reservado para o desenvolvimento em conjunto com as docentes de uma prática pedagógica para ser desenvolvida com os alunos. Durante o desenvolvimento dessa prática houve o acompanhamento através da assessora pedagógica e da coordenação do projeto. Ressalta-se que essa prática deveria estar vinculada ao conteúdo indicado no Plano de Curso para não influenciar no cronograma a ser seguido pelos docentes. Essa foi uma exigência da Secretaria Municipal de Educação. Porém, o que foi percebido foi a dificuldade que professores e professoras encontraram em elaborar uma prática que estivesse vinculada à realidade do aluno por receio de não cumprirem o que estava proposto pelo Plano de Curso que é elaborado pela Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais. É cobrado categoricamente o cumprimento desse Plano por intermédio da Secretaria Municipal de Educação. Em síntese, o Plano de Curso é uma cópia do Currículo Mineiro e este, uma cópia da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), promovendo uma padronização do ensino.

Um dos caminhos mais utilizados neste processo é o currículo que inicia com a aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), se consolida nos currículos estaduais, no caso mineiro, do Currículo Referência de Minas Gerais (CRMG) e se faz presente na sala, pelo menos no estado de Minas Gerais, por meio dos planos de cursos (AZEVEDO; et al, 2023 [sem página]).

Essa padronização e cobrança excessiva em cima de competências e habilidades para atender a avaliações externas é muito prejudicial para uma prática diferenciada. O professor fica tão “engessado” que muitas vezes não consegue enxergar que é possível trabalhar o conteúdo programado de uma forma que faça sentido para o seu aluno. Realmente é um processo que necessita que o docente saia da sua zona de conforto e busque construir uma educação emancipatória para

si e seus alunos.

A Prefeitura Municipal de Alfenas não liberou dias para que os professores tivessem a formação, portanto foi necessário que as instituições parceiras do projeto fizessem uma parceria com um projeto do município chamado Cidade Escola. Este projeto desenvolvia atividades lúdicas com os alunos enquanto seus professores tinham a formação. A não liberação de um tempo específico só para a formação dos professores acabou reduzindo as possibilidades de um trabalho mais aprofundado com estes.

O quarto módulo foi a apresentação, socialização e reflexão das práticas pedagógicas. Apesar das dificuldades apresentadas, grande parte do corpo docente conseguiu apresentar suas práticas pedagógicas.

Houve avanços desde o primeiro encontro realizado, assim como pontos que ainda necessitam de um olhar mais crítico. Algumas práticas conseguiram dar consideráveis passos na direção da vivência dos alunos. Uma professora, inclusive, relatou que estava muito resistente no início do processo, mas, ao desenvolver a prática, viu que era possível mediar o conteúdo de uma forma que faça sentido para o aluno. É fato que o avanço foi percebido quanto à proposta das práticas. É necessário, todavia, maior reflexão sobre o conteúdo trabalhado. O rural é ainda trabalhado ou de forma romantizada ou de forma estereotipada. Ainda com relação às dificuldades encontradas, cabe pontuar que durante a realização dos encontros surgiram pensamentos divergentes e algumas resistências. Todavia, isso não foi considerado um limitante, mas sim o reforço da necessidade de projetos como este em escolas que, apesar das contradições, estão dispostas a mudar sua concepção de educação.

Houve também a realização de uma palestra com o tema “A Educação do Campo e os sujeitos do campo: A busca por uma educação transformadora”, ministrada pelo Prof^o Me. Antoniel Assis de Oliveira no campus da Unifal II. O palestrante é graduado em Educação do campo, Pedagogia e mestre em Educação. A palestra foi ofertada em parceria com a Secretaria Municipal de Educação em um sábado escolar para todos os funcionários do sistema municipal de educação que trabalham nas escolas rurais de Alfenas. Essa ampliação foi de grande importância, pois introduziu a discussão da educação do campo para todas as escolas rurais do município, além de retomar o conteúdo trabalhado no segundo módulo com a EMOPOC.

Não se pode considerar que o caminho a ser percorrido seja fácil e sem contradições, sem avanços e retrocessos, pois uma educação emancipatória é constituída desses elementos. Visto ser a primeira formação continuada ocorrida nas escolas rurais do município, entende-se que a concepção de Educação do Campo não se fazia presente no contexto educacional. As escolas rurais pautam-se na Educação Rural, um aparelho ideológico do Estado que atende aos interesses dominantes capitalistas, enquanto a Educação do Campo caminha em uma vertente totalmente diferente. Portanto, a partir da reflexão realizada por meio da formação oferecida na EMOPC, não desconsiderando seus entraves, mas pontuando-os para avanços futuros, é apresentada a Educação do Campo como uma possibilidade aplicável nas demais escolas rurais de Alfenas. Entende-se a necessidade da luta por políticas públicas a nível municipal que envolvam as cinco escolas existentes a fim de fortalecê-las, realizando uma troca de convivências pautadas em uma educação que faça sentido não somente para os alunos, mas também para a gestão escolar e toda a comunidade envolvida. O projeto encontra-se no seu período de vigência na EMOPC, podendo vir a ser prorrogado. Ele é considerado como piloto, visto ser a primeira formação continuada de professores da educação básica rural de Alfenas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa construiu-se através da busca por informações para a caracterização da área de estudo, o município de Alfenas. Ao ser verificado que as primeiras escolas do município surgiram na zona rural, procurou-se aprofundar neste conhecimento. Ao serem encontradas as Leis Municipais e Decretos Estaduais de criação das escolas rurais de Alfenas, entendeu-se necessário esse resgate histórico, visto serem poucos os registros a respeito delas. Partindo do tema deste trabalho, os objetivos foram: conhecer o passado dessas escolas e o contexto histórico, econômico e socioespacial em que elas se localizavam; reconhecer o atual momento das escolas rurais; apresentar a Educação do Campo como uma nova concepção de educação que reconhece seus sujeitos, valorizando suas vivências e o espaço em que eles vivem. Ou seja, almeja-se a implementação da Educação do Campo nas escolas rurais de Alfenas.

A investigação sobre o contexto histórico de Alfenas desde sua formação até os dias atuais tornou-se de extrema importância para a pesquisa, pois foi possível perceber as relações de poder estabelecidas desde sua gênese. O presente trabalho em grande parte é uma releitura do passado, perceptível principalmente em sua estrutura fundiária e agrícola. A divisão de terras era marcada por grandes sesmeiros e pequenos produtores ao seu redor, ou seja, alta concentração de terras nas mãos de poucos. Quanto ao perfil agrícola, desde 1855 já havia a presença expressiva do milho, não sendo diferente da atualidade. O café ocupou seu território anos mais tarde nas lavouras alfenenses. Porém, ao se estabelecer, foi predominante para o avanço do agronegócio. Já as culturas consideradas de subsistência não tinham tanta expressividade – e hoje também não têm frente ao avanço das monoculturas.

A população de Alfenas até 1960 era predominantemente rural. Essa realidade mudou, entretanto, partir da expansão urbana, tendo como influência também a instalação da Usina Hidrelétrica de Furnas que mudou a configuração econômica, social e espacial do município. Foi necessário esse resgate histórico para a compreensão da atualidade e de como esses arranjos convergem para a realidade educacional, pois esta está articulada às dimensões políticas, sociais e econômicas do espaço.

Ao serem analisados os documentos das escolas rurais existentes foi possível

chegar a algumas conclusões. Havia várias escolas que eram criadas em terras de fazendeiros, pois a LDB de 1961 e 1971 trazia essa responsabilidade a estes, em criar ou manter escolas dentro de suas glebas, ou ainda facilitar o acesso das crianças até elas. Houve um avanço grande na criação de escolas rurais até mesmo em detrimento do urbano. Porém, como foi exposto durante este trabalho, vários fatores influenciaram esse número. Primeiramente, o rural era maior que o urbano, então faziam-se necessárias mais escolas rurais espalhadas pelo município. Outro fator de extrema importância foi o Ruralismo Pedagógico que vigorava no período do presidente Getúlio Vargas. Portanto, considerou-se o período de expansão de criação de escolas primárias rurais no Brasil entre 1930 e 1980. Em Alfenas ocorre a criação da primeira escola rural em 1922 e da última em 1996. Todavia, existe uma lacuna de 19 anos no que diz respeito à criação de escolas entre 1971 e 1990. Essa lacuna já corresponde ao processo de declínio dos ideais do Ruralismo Pedagógico frente ao avanço da industrialização e urbanização que o país estava vivenciando.

O Ruralismo Pedagógico fazia a diferenciação entre a escola rural e urbana. O currículo também era diferenciado, pois muitos conteúdos eram considerados desnecessários para os povos rurais. O objetivo era fixar o homem ao campo, pois deles dependia o sucesso econômico do país. Isso explica a expansão na criação de escolas rurais nesse período. Conclui-se que a expansão das escolas não era sinônimo de qualidade uma vez que os povos rurais eram considerados a força braçal que não carecia de um estudo qualificado, mas que deveriam, segundo Mendonça (2016), ser controlados e tutelados. Assim, a escola era incumbida de adestrar os povos do campo.

Antes de a escola ser considerada a salvação, ela foi culpabilizada pelo atraso vivido no rural que impedia o avanço do país. Conclui-se que o peso sobre a escola continua o mesmo. A escola continua sendo responsabilizada por vários aspectos que não são de sua competência, mas sim das esferas públicas por meio de políticas públicas apropriadas. E também ao professor é imposta uma grande cobrança com a tentativa de eximir a responsabilidade pública.

Associando a expansão urbana alfenense com o declínio do Ruralismo Pedagógico, as escolas rurais já não mais constituíam as pautas do interesse público dominante. Correlaciona-se também a esse momento outros fatores que influenciaram na redução das escolas rurais de 40 para 5, como os processos de municipalização, nucleação e a inserção do transporte público escolar. Nesse

período o objetivo foi fortalecer políticas descentralizadoras, responsabilizando os municípios pela oferta do Ensino Fundamental I, juntamente com a Educação Infantil. Os municípios, com medo de perderem os recursos financeiros pela FUNDEF, aceitaram o processo de municipalização mesmo não tendo estrutura para absorver as escolas estaduais. O resultado visível foi o fechamento das escolas rurais e a nucleação delas em polos/núcleos.

Ao analisar o contexto educacional nacional foi possível perceber que o mesmo aconteceu localmente no município de Alfenas, pois o local não se encontra desassociado do nacional. Entretanto, ainda existem 5 escolas rurais que resistem em solo alfenense, mesmo que a redução dos números foi extremamente prejudicial para a população do campo. Portanto, compreende-se que os alunos, os professores, a gestão escolar e toda a comunidade em volta dos sujeitos do campo devem ser fortalecidos através de uma educação que faça sentido para eles, de forma a resistirem algum intento de fechamento das escolas rurais atuais. Como um exemplo inicial de transformação foi apresentado o projeto que está sendo realizado na Escola Municipal Orlando Paulino da Costa (EMOPC) que tem como objetivo a formação continuada dos professores e da gestão escolar de forma a impactar a vida dos alunos e a comunidade na qual eles estão inseridos.

As escolas rurais de Alfenas ainda têm uma concepção de educação nos moldes da Educação Rural, uma educação romantizada ou estereotipada. Isso pode ser percebido pelo fato de a única política pública que Alfenas teve acesso e que poderia ter impactado nas práticas pedagógicas escolares foi a utilização do livro do PNL D Campo. Pelos relatos apresentados por Cruz (2022), todavia, na ótica professoras que utilizaram esse material, seu conteúdo e proposta não foram muito bem concebidos, ou até mesmo não se teve um preparo adequado para tal. Diante disso, vê-se a necessidade da implementação da Educação do Campo nas escolas rurais de Alfenas. Um modelo que pode ser seguido nas outras 4 escolas é o projeto que está sendo realizado na EMOPC.

A presente pesquisa objetivou trazer os elementos apresentados acima para uma compreensão do antes, do agora e do futuro para a educação de Alfenas. Tornou-se importante realizar o levantamento a respeito das escolas rurais e de sua comprovação por meio de várias fontes para a compreensão da importância destas naquele momento, além da tentativa de reconstituir a realidade de cada uma. Desafios foram constantes durante a pesquisa, pois os registros sobre as escolas

rurais são fragmentados e muitas vezes não considerados tão importantes a ponto de serem lembrados, visto nenhum material concreto ainda foi elaborado. Espera-se que a presente pesquisa seja um registro importante para todos os que desejam saber um pouco mais sobre as escolas rurais de Alfenas. Que seja uma forma de homenagear os professores e professoras dessas escolas que infelizmente não deixaram tantos registros, mas que foram de extrema importância para a consolidação da educação de Alfenas. Que seja um material inicial para futuras pesquisas nessa temática, pois não se considera que essa pesquisa se tenha esgotado. Ao contrário, existe muito mais a ser pesquisado e conhecido. Concluindo, a pesquisa e a análise documental histórica tornam-se importantes ao trazerem um vislumbre do que foi conquistado no passado e, compreendendo este, toma-se a consciência do que é esperado e almejado para o futuro: uma educação que resista e que seja transformadora.

REFERÊNCIAS

ABRAÃO, GUILHERME. **E depois da cota 762**. Alfenas: O Alfenense, 2022.
Disponível em: <https://www.oalfenense.com.br/noticia/2179/e-depois-da-cota-762>.
Acesso em: 17 de jun. de 2023.

ALFENAS. **Lei nº 94, de 24 de abril de 1950**. Aprova ajuste celebrado entre a Prefeitura e a Secretária da Educação para a construção de uma Escola Rural. Alfenas-MG: Legislação Digital, 2023. Disponível em: <https://legislacaodigital.com.br/Alfenas-MG/LeisOrdinarias/94-1950>. Acesso em: 20 de mai. de 2023.

ALFENAS. **Lei nº 114, de 22 de novembro de 1950**. Autoriza a construção de prédios para Escola Rurais. Alfenas-MG: Legislação Digital, 2023. Disponível em: <https://legislacaodigital.com.br/Alfenas-MG/LeisOrdinarias/114-1950>. Acesso em 20 de mai. de 2023.

ALFENAS. **Lei nº 250, de 3 de novembro de 1954**. Dá denominação à Escola Rural Federal do bairro "São Tomé". Alfenas-MG: Legislação Digital, 2023. Disponível em: <https://legislacaodigital.com.br/Alfenas-MG/LeisOrdinarias/250-1954>. Acesso em 20 de mai. de 2023.

ALFENAS. **Lei nº 318, de 29 de maio de 1956**. Cria uma Escola Rural com denominação de Escola Manoel Alves Taveira. Alfenas-MG: Legislação Digital, 2023. Disponível em: <https://legislacaodigital.com.br/Alfenas-MG/LeisOrdinarias/318-1956>. Acesso em 20 de mai. de 2023.

ALFENAS. **Lei nº 350, de 19 de fevereiro de 1957**. Cria uma Escola Rural no Distrito de Barranco Alto. Alfenas-MG: Legislação Digital, 2023. Disponível em: <https://legislacaodigital.com.br/Alfenas-MG/LeisOrdinarias/350-1957>. Acesso em 25 de mai. de 2023.

ALFENAS. **Lei nº 364, de 1 de abril de 1957.** Cria uma escola Rural no Bairro do Morro do Pito. Alfenas-MG: Legislação Digital, 2023. Disponível em: <https://legislacaodigital.com.br/Alfenas-MG/LeisOrdinarias/364-1957>. Acesso em 20 de mai. de 2023.

ALFENAS. **Lei nº 424, de 12 de maio de 1958.** Cria uma Escola Rural na Fazenda "Porto Alegre". Alfenas-MG: Legislação Digital, 2023. Disponível em: <https://legislacaodigital.com.br/Alfenas-MG/LeisOrdinarias/424-1958>. Acesso em: 20 de mai. de 2023.

ALFENAS. **Lei nº 480, de 16 de fevereiro de 1959.** Cria uma Escola Rural na Fazenda "Floresta". Alfenas-MG: Legislação Digital, 2023. Disponível em: <https://legislacaodigital.com.br/Alfenas-MG/LeisOrdinarias/480-1958>. Acesso em: 20 de mai. de 2023.

ALFENAS. **Lei nº 557, de 17 de maio de 1960.** Dispõe sobre criação de uma escola rural no Bairro dos Paivas. Alfenas-MG: Legislação Digital, 2023. Disponível em: <https://legislacaodigital.com.br/Alfenas-MG/LeisOrdinarias/557-1960>. Acesso em: 20 de mai. de 2023.

ALFENAS. **Lei nº 577, de 9 de novembro de 1960.** Concede auxílio das Caixas Escolares. Alfenas-MG: Legislação Digital, 2023. Disponível em: <https://legislacaodigital.com.br/Alfenas-MG/LeisOrdinarias/577-1960>. Acesso em 20 de mai. de 2023

ALFENAS. **Lei nº 665, de 8 de março de 1962.** Cria uma Escola Rural com a denominação de "Quinzote Vieira". Alfenas-MG: Legislação Digital, 2023. Disponível em: <https://legislacaodigital.com.br/Alfenas-MG/LeisOrdinarias/665-1962>. Acesso em: 20 de mai. de 2023.

ALFENAS. **Lei nº 718, de 10 de novembro de 1962.** Dispõe sobre aquisição de material para Escolas Rurais. Alfenas-MG: Legislação Digital, 2023. Disponível em: <https://legislacaodigital.com.br/Alfenas-MG/LeisOrdinarias/718-1962>. Acesso em: 25 de mai. de 2023.

ALFENAS. **Lei nº 719, de 10 de novembro de 1962.** Dispõe sobre confecção e aquisição de móveis e utensílios para Escolas Rurais. Alfenas-MG: Legislação Digital, 2023. Disponível em: <https://legislacaodigital.com.br/Alfenas-MG/LeisOrdinarias/719-1962>. Acesso em 20 de mai. de 2023.

ALFENAS. **Lei nº 733, de 26 de dezembro de 1962.** Cria uma escola rural com a denominação de "Major Jacinto Pereira". Alfenas-MG: Legislação Digital, 2023. Disponível em: <https://legislacaodigital.com.br/Alfenas-MG/LeisOrdinarias/733-1962>. Acesso em: 20 de mai. de 2023.

ALFENAS. **Lei nº 745, de 26 de abril de 1963.** Cria uma escola rural com a denominação de "Escola Municipal dos Vianas". Alfenas-MG: Legislação Digital, 2023. Disponível em: <https://legislacaodigital.com.br/Alfenas-MG/LeisOrdinarias/745-1963>. Acesso em: 26 de mai. de 2023.

ALFENAS. **Lei nº 768, de 2 de outubro de 1963.** Cria uma Escola Rural com a denominação de "José Fonseca". Alfenas-MG: Legislação Digital, 2023. Disponível em: <https://legislacaodigital.com.br/Alfenas-MG/LeisOrdinarias/768-1963>. Acesso em 20: de mai. de 2023.

ALFENAS. **Lei nº 806, de 17 de março de 1964.** Cria uma Escola Rural. Alfenas-MG: Legislação Digital, 2023. Disponível em: <https://legislacaodigital.com.br/Alfenas-MG/LeisOrdinarias/806-1964>. Acesso em: 20 de mai. de 2016.

ALFENAS. **Lei nº 821, de 3 de abril de 1964.** Cria uma escola rural. Alfenas-MG: Legislação Digital, 2023. Disponível em: <https://legislacaodigital.com.br/Alfenas-MG/LeisOrdinarias/821-1964>. Acesso em: 20 de mai. de 2023.

ALFENAS. **Lei nº 852, de 19 de outubro de 1964.** Cria uma escola rural. Alfenas-MG: Legislação Digital, 2023. Disponível em: <https://legislacaodigital.com.br/Alfenas-MG/LeisOrdinarias/852-1964>. Acesso em: 20 de mai. de 2023.

ALFENAS. **Lei nº 932, de 21 de março de 1966.** Cria uma escola. Alfenas-MG: Legislação Digital, 2023. Disponível em: <https://legislacaodigital.com.br/Alfenas-MG/LeisOrdinarias/932-1966>. Acesso em: 20 de mai. de 2023.

ALFENAS. **Lei nº 1.066, de 30 de novembro de 1968.** Cria uma escola rural. Alfenas-MG: Legislação Digital, 2023. Disponível em: <https://legislacaodigital.com.br/Alfenas-MG/LeisOrdinarias/1066-1968>. Acesso em: 20 de mai. de 2023.

ALFENAS. **Lei nº 1.458, de 14 de setembro de 1978.** Ratifica a criação de Escolas Rurais Municipais. Escola Rural. Alfenas-MG: Legislação Digital, 2023. Disponível em: <https://legislacaodigital.com.br/Alfenas-MG/LeisOrdinarias/1458-1978>. Acesso em: 20 de mai. de 2023.

ALFENAS. **Lei nº 1.640, de 5 de junho de 1981.** Modifica denominação da Escola Rural Municipal. Alfenas-MG: Legislação Digital, 2023. Disponível em: <https://legislacaodigital.com.br/Alfenas-MG/LeisOrdinarias/1640-1981>. Acesso em 25 de mai. de 2023.

ALFENAS. **Lei nº 1.646, de 19 de junho de 1981.** Modifica denominação da Escola Rural Municipal. Alfenas-MG: Legislação Digital, 2023. Disponível em: <https://legislacaodigital.com.br/Alfenas-MG/LeisOrdinarias/1646-1981>. Acesso em 25 de mai. de 2023.

ALFENAS. **Lei nº 2.175, de 25 de maio de 1990.** Autoriza o Município de Alfenas a receber terreno rural em doação e dá outras providências. Alfenas-MG: Legislação Digital, 2023. Disponível em: <https://legislacaodigital.com.br/Alfenas-MG/LeisOrdinarias/2175-1990>. Acesso em: 20 de mai. de 2023.

ALFENAS. **Lei nº 2.351, de 11 de novembro de 1992.** Autoriza a permuta dos imóveis rurais que menciona e dá outras providências. Alfenas-MG: Legislação Digital, 2023. Disponível em: <https://legislacaodigital.com.br/Alfenas-MG/LeisOrdinarias/2351-1992>. Acesso em: 23 de mai. de 2023.

ALFENAS. **Lei nº 2.366, de 1 de dezembro de 1992.** Cria Escola Municipal.

Alfenas-MG: Legislação Digital, 2023. Disponível em:

<https://legislacaodigital.com.br/Alfenas-MG/LeisOrdinarias/2366-1992>. Acesso em 20 de mai. de 2023.

ALFENAS. **Lei nº 2.469, de 16 de setembro de 1993.** Autoriza Municipalizar

Escolas Estaduais deste Município. Alfenas-MG: Legislação Digital, 2023. Disponível

em: <https://legislacaodigital.com.br/Alfenas-MG/LeisOrdinarias/2469-1993>. Acesso em: 20 de mai. de 2023.

ALFENAS. **Lei nº 2.875, de 1 de outubro de 1996.** Dá denominação à Escola que

menciona e dá outras providências. Alfenas-MG: Legislação Digital, 2023. Disponível

em: <https://legislacaodigital.com.br/Alfenas-MG/LeisOrdinarias/2875-1996>. Acesso em: 20 de mai. de 2023.

ALVES, Flamarion Dutra. **Da diversidade agrícola à commoditização do**

território: os efeitos do agronegócio na Região Imediata de Alfenas – Minas Gerais.

Boletim Alfenense de Geografia v.1, n.2, p. 129-150, 2021. Disponível em:

<https://publicacoes.unifal->

[mg.edu.br/revistas/index.php/boletimalfenensedegeografia/article/view/1776/1337](https://publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/index.php/boletimalfenensedegeografia/article/view/1776/1337).

Acesso em: 15 de jun. de 2023.

ASSOCIAÇÃO MIRANTE. **Quem somos.** 2022. Disponível em:

<https://www.associacaomirante.com.br/>. Acesso em 02 de jul. de 2023.

AYER, Aspásia Vianna Manso Vieira. **A educação em Alfenas nas décadas de**

60/70. Belo Horizonte, 1991.

AYER, Aspásia Vianna Manso Vieira. **A igreja na história de Alfenas:** A fundação

de Pedra Branca. Belo Horizonte, 1991.

AYER, Aspásia Vianna Manso Vieira. **Instituto Histórico e Geográfico de Minas**

Gerais. Volume XX. Separata. Belo Horizonte, 1983 – 1985.

IBGE, CIDADES. Alfenas: **Panorama**. 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/alfenas/panorama>. Acesso em: 07 de jun. de 2023.

AZEVEDO; et al. **As escolas rurais diante dos desafios da padronização curricular por meio das políticas educacionais**. Poços de Caldas: 7º Congresso Nacional de Educação, 06 e 07 de junho de 2023. Anais ainda não publicado.

BORGES, Heloisa; OLIVEIRA, Bianca. **Os pontos convergentes entre os/as teóricos/as da Educação do Campo**. Vitória da Conquista: Práxis Educacional, abr.jun.2020. p.238-258. v. 16, n.39. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/6376>. Acesso em: 25 de jun. de 2023.

BRANQUINHO, Evânio dos Santos (org). A produção do espaço segregado em Alfenas – MG. Editora Universidade Federal de Alfenas, 2021. Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/bibliotecas/wp-content/uploads/sites/125/2021/12/37-LivroAlfenas.pdf>. Acesso em: 30 de jun. de 2023.

BRANQUINHO, Evânio dos Santos; SILVA, Eduardo de Araújo da. **(Re) estruturação das cidades médias do Sul de Minas Gerais: uma análise morfofuncional comparativa de Alfenas e Poços de Caldas**. Caderno de Geografia, v.31, Número Especial 2,2021. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/article/view/27025/18649>. Acesso em: 13 de jun. de 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. 292 p. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 28 de jun. de 2023.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei número 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília: 1961. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 20 de jun. de 2023.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei número 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília: 1971. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 20 de jun. de 2023.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei número 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Brasília: MEC, 1996. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf. Acesso em: 20 de jun. de 2023.

CALDART, Roseli. **Educação do campo: notas para uma análise de percurso.**

Rio de Janeiro: Trab. Educ. Saúde, mar./jun.2009. p.35-64. v.7 n.1. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/tes/a/z6LjzpG6H8ghXxbGtMsYG3f/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 30 de jun. de 2023.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Deputados defendem controle da vazão do Lago de Furnas e cumprimento da ‘cota 762’. 2022. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/noticias/925460-deputados-defendem-controle-da-vazao-do-lago-de-furnas-e-cumprimento-da-cota-762/>. Acesso em: 17 de jun. de 2023.

CARVALHO, Lárabe Silva; NOGUEIRA, Marly Teodora. **MEMÓRIAS ALAGADAS: a construção da hidrelétrica de Furnas e a submersão da vida.** Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do título em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL, 2015. Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/cienciassociais/system/files/anexos/2015%20CARVALHO%2C%20L%2C%20A1rame%20Silva%20%26%20NOGUEIRA%2C%20Marly%20Teodora.%20MEM%20C3%93RIAS%20ALAGADAS.%20A%20constru%C3%A7%C3%A3o%20da%20hidrel%C3%A9trica%20de%20Furnas%20e%20a%20submers%C3%A3o%20da%20vida.pdf>. Acesso em: 15 de jun. de 2023.

CHALOPA, Rosa Fátima de Souza. **A efêmera trajetória das escolas normais rurais no Brasil (1930-1970).** Curitiba: Educar em Revista, v. 38 e84533, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/4fTRXs39nytW6yYktHhTFPs/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 de jun. de 2023.

CHALOPA, Rosa Fátima de Souza-, MORARES, Agnes Iara Domingos. **200 anos de Educação Rural no Brasil: histórias de exclusão, abandono e discriminação.** Belo Horizonte (MG): Educação em Foco, ano 25, n.46, Mai./Ago. 2022. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/educacaoemfoco/article/view/6627>. Acesso em: 21 de jun. de 2023.

CRUZ, Abigail Bruna. **A educação do campo no município de Alfenas-MG: As concepções docente sobre o uso dos livros didáticos do Programa Nacional do Livro Didático do Campo (PNLD CAMPO).** Dissertação apresentada como requisito final para obtenção do título de Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL, 2022. Disponível em: <https://bdtd.unifal-mg.edu.br:8443/handle/tede/1983>. Acesso em: 15 de jun. de 2023.

DAVI, Rafaela do Rosário. **Memórias da evolução socioespacial da cidade de Alfenas-MG, entre 1874 e 1952.** Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do grau de Bacharelado em Geografia pela Universidade Federal de Alfenas – UNIAFAL, 2017.

ESCARPAS DO LAGO. **Nível do Lago**. 2023. Disponível em: <https://escarpasdolago.org.br/nivel#:~:text=Para%20seu%20maior%20conforto%20e,em%2002%2F06%2F2023>. Acesso em 17 de jun. de 2023.

FERREIRA, Marta Marujo (org.); VALE, Ana Rute do (org.). **Dinâmicas geográficas no sul de Minas Gerais**. Minas Gerais: Appris, 2018.

FOTOS ANTIGAS DE ALFENAS. **Escola Coronel José Bento**, 2013. Disponível em: <https://fotosantigasdealfenas.blogspot.com/2013/04/escola-coronel-jose-bento.html>. Acesso em: 20 de jun. de 2023.

FURNAS. **Revista Furnas**: 50 anos a serviço do Brasil. Ano XXXIII nº 337. Fevereiro, 2007. Disponível em: https://www.furnas.com.br/Upload/251-sub-781976685-337_compressed.pdf. Acesso em: 12 de jun. de 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf. Acesso em: 10 de set. de 2023.

GLOBOPLAY. **Nível de Furnas é o melhor para o mês de maio nos últimos 10 anos – 30/05/2022**. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/10621057/>. Acesso em: 20 de jun. de 2023.

GUIA SOS 1994: Cidade dos Lagos Atenas Sul Mineira – Alfenas MG. Alfenas: Tropical Promoções, 1994.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agrícola de 1960**. Minas Gerais, 1960. (Parte 1). Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/44/ca_1960_v2_t9_p1_mg.pdf. Acesso em: 10 de jun. de 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agrícola de 1960**. Minas Gerais, 1960. (Parte 2). Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/44/ca_1960_v2_t9_p2_mg.pdf. Acesso em 10: de jun de 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades e Estados**. 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/alfenas/html>. Acesso em: 718 de jul. de 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2100600>. Acesso em: 07 de jun. de 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Conselho Nacional de Geografia Conselho Nacional de Estatística. Rio de Janeiro, 1957-1964. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=227295&view=detalhes>. Acesso em: 15 de jun. de 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Folha Topográfica**. SF-23-V-D-II-3. Escala: 1.50.000. 1970. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=6807>. Acesso em: 22 de mai. de 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Mapa Alfenas (MG)**. 2010 Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=612717>. Acesso em 22 de mai. de 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Recenseamento do Brazil**: Relação dos proprietários dos Estabelecimentos Ruraes Recenseados no Estado de Minas Geraes. 1º volume. Rio de Janeiro: Typ. Da Estatística, 1924. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=216312>. Acesso em: 10 de jun. 2023.

IPATRIMÔNIO. **Alfenas – E.E Cel. José Bento**. Disponível em:
<https://www.ipatrimonio.org/alfenas-e-e-cel-jose-bento/#!/map=38329&loc=-21.43091907904262,-45.92433214187622,15>. Acesso em: 20 de jun. de 2023.

JORNAL DOS LAGOS. Edição Especial de 126 anos, 1995.

JÚNIOR, Clésio Barbosa Lemos. **A implantação da usina hidrelétrica de Furnas (MG) e suas repercussões**: estudo sobre a territorialização de políticas públicas. Dissertação para obtenção do título de Mestre em Geografia. Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 2010. Disponível em:
<https://periodicos.uniformg.edu.br:21011/ojs/index.php/conexaociencia/article/view/91>. Acesso em: 12 de jun. de 2023.

MANOEL, Lucas; SILVA, Valéria Aparecida; BORGES, Érica dos Santos. **Breves apontamentos sobre a expansão física e a dinâmica socioeconômica do distrito de Gaspar Lopes – Alfenas, Minas Gerais**. Campo Grande: Geofronter, 2018. Disponível em:
<https://periodicosonline.uems.br/index.php/GEOF/article/view/2915/pdf>. Acesso em: 28 de jun. de 2023.

MARQUES, Juliana Aguiar. **Os impactos socioeconômicos resultantes da implantação da Usina Hidrelétrica de Furnas no município de Alfenas**. Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção de título de Bacharel em Geografia pela Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL, 2021. Disponível em: https://www.unifal-mg.edu.br/geografia/wp-content/uploads/sites/141/2021/11/Juliana_Aguiar_Marques.pdf. Acesso em: 12 de jun. de 2023.

MARTINS, Marcos Lobato. **Olhares sobre o “Mar de Minas”**: Percepções dos moradores de Alfenas e Fama relativas ao Lago de Furnas. Campinas: Ambiente & Sociedade. v.XIII, n.2. p.347-363. Jul./dez. 2010. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/asoc/a/fqpkmMkQzC5CBvyKQZbLTwD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 de jun. de 2023.

MARTINS, Marcos Lobato. **Terras, fazendas e fortunas rurais em Alfenas, MG (1850 – 1880)**. Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, 2011. Disponível em: <https://www.abphe.org.br/arquivos/marcos-lobato-martins.pdf>. Acesso em: 10 de jun. de 2023.

MEDONÇA, Sonia Regina. **Estado e educação rural no Brasil: Balanço Historiográfico e visão crítica**. Campus Nova Iguaçu: Anais do XVII Encontro de História da Anpuh-Rio – entre o local e o global, 2016. Disponível em: http://www.encontro2016.rj.anpuh.org/resources/anais/42/1465409237_ARQUIVO_T RABALHO_MENDONCA.pdf. Acesso em: 21 de jun. de 2023.

MICHELINE, Laryssa Lucas Campos; SANTOS, Matheus Nadur dos. **A nova regionalização do IBGE: Um estudo a partir da Região Imediata de Alfenas-MG**. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB – Diretoria Executiva Nacional (2020 – 2022), 2022. Disponível em: <https://www.eng2022.agb.org.br/site/anais?AREA=6>. Acesso em: 07 de jun. de 2023.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa de Minas Gerais. **Decreto nº 5333, de 20 de abril de 1920**. TRANSFERE PARA O POVOADO DENOMINADO "CAVACO", MUNICÍPIO DE ALFENAS, CONVERTIDA EM MISTA, A ESCOLA DO SEXO MASCULINO DO DISTRITO DE RIO DE PEDRAS, MUNICÍPIO DE ESTRELA DO SUL. Minas Gerais, 2023. Disponível em: <https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br;minas.gerais:estadual:decreto:1920-04-20;5333>. Acesso em 25 de mai. De 2023.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa de Minas Gerais. **Decreto nº 5541, de 25 de janeiro de 1921**. CRIA UMA ESCOLA MISTA NO BAIRRO DOS ROCHAS, DISTRITO DE FAMA, MUNICÍPIO DE ALFENAS, PARA SER INSTALADA QUANDO SE DOAR AO ESTADO O PRÉDIO NECESSÁRIO. Minas Gerais, 2023. Disponível em: <https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br;minas.gerais:estadual:decreto:1921-01-25;5541>. Acesso em: 25 de mai. de 2023.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa de Minas Gerais. **Decreto nº 5832, de 24 de janeiro de 1922**. CRIA UMA ESCOLA RURAL, MISTA,

EM PORANGI, DISTRITO DA CIDADE DE ALFENAS. Minas Gerais, 2023.

Disponível em:

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br;minas.gerais:estadual:decreto:1922-01-24;5832>. Acesso em: 25 de mai. de 2023.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa de Minas Gerais. **Decreto nº 5996, de 3 de março de 1922**. CRIA UMA ESCOLA MASCULINA NO DISTRITO DE S. JOÃO DO

BARRANCO ALTO, MUNICÍPIO DE ALFENAS. Minas Gerais, 2023. Disponível em:

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br;minas.gerais:estadual:decreto:1922-03-03;5996>. Acesso em 25 de mai. de 2023.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa de Minas Gerais. **Decreto nº 7949, de 29 de setembro de 1927**.

CRIA QUATRO ESCOLAS RURAIS, MISTAS, NO MUNICÍPIO DE ALFENAS, LOCALIZADAS NOS POVOADOS DE BARBARAS, BOA VISTA, SÃO BARTOLOMEU E PINHEIROS. Minas Gerais, 2023. Disponível em:

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br;minas.gerais:estadual:decreto:1927-09-29;7949>. Acesso em 25 de mai. de 2023.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa de Minas Gerais. **Decreto nº 7849, de 2 de setembro de 1964**. DA DENOMINAÇÃO DE ANTONIO EUGENIO DE AVILA AO

LAR-ESCOLA DO BAIRRO DA FERRADURA, MUNICIPIO DE ALFENAS. Minas Gerais, 2023. Disponível em:

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br;minas.gerais:estadual:decreto:1964-09-02;7849>. Acesso em: 25 de mai. de 2023.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Decreto nº 7853, de 2 de setembro de 1964. DA DENOMINAÇÃO DE JOÃO PIO RIBEIRO, AO LAR-ESCOLA DO BAIRRO CAPITINGA, NA CIDADE DE ALFENAS.

Minas Gerais, 2023. Disponível em:

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br;minas.gerais:estadual:decreto:1964-09-02;7853>. Acesso em: 25 de mai. de 2023.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa de Minas Gerais. **Decreto nº 9445, de 25 de janeiro de 1966.** DÁ DENOMINAÇÃO DE DR. FAUSTO MONTEIRO, ÀS ESCOLAS COMBINADAS DO POVOADO GASPAR LOPES, MUNICÍPIO DE ALFENAS. Minas Gerais, 2023. Disponível em: <https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br;minas.gerais:estadual:decreto:1966-01-25;9445>. Acesso em: 25 de mai. de 2023.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa de Minas Gerais. **Decreto nº 9482,** de 25 de janeiro de 1966. DÁ DENOMINAÇÃO DE ORCALINA SOARES DE MOURA LEITE, AO LAR-ESCOLA DO BAIRRO DAS AMORAS, MUNICÍPIO DE ALFENAS. Minas Gerais, 2023. Disponível em: <https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br;minas.gerais:estadual:decreto:1966-01-25;9482>. Acesso em: 25 de mai. de 2023.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa de Minas Gerais. **Lei nº 41, 03/08/1892.** Dá nova organização à instrução pública de Minas. Minas Gerais, 2023. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LEI/41/1892/>. Acesso em: 20 de jun. de 2023.

MORAIS, Wilma Maria Vieira de; CARVALHO, Fabiano Duarte. **O encontro da história de Alfenas, Minas Gerais, com a história da construção e inundação da represa de Furnas.** 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/316437651_O_encontro_da_historia_de_Alfenas_MG_com_a_historia_da_construcao_e_inundacao_da_represa_de_Furnas. Acesso em: 12 de jun. de 2023.

MOURA, Felipe Moretto; VALE, Ana Rute do. **Mercado de trabalho nos pequenos municípios e polarização regional:** uma análise sobre Divisa Nova e Alfenas, no Sul/Sudoeste de Minas. Espaço em Revista. v.20 , n.2, jul/dez. 2018, p.1-18. Disponível em: https://scholar.google.com/citations?view_op=view_citation&hl=pt-BR&user=6W7RpUIAAAAJ&citation_for_view=6W7RpUIAAAAJ:IjCSPb-OGGe4C. Acesso em: 13 de jun. de 2023.

PASINATO, Darciel. **A trajetória das escolas rurais no Brasil**. Universidade Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), (sem data). Disponível em:

<https://www.ceamope.org/post/a-trajet%C3%B3ria-das-escolas-rurais-no-brasil>.

Acesso em: 21 de jun. de 2023.

PORTO, Gil Carlos Silveira. **Notas sobre os impactos da construção da Rodovia Fernão Dias no espaço intraurbano de Alfenas (MG), em meados do século XX**.

São Luís: XVIII Encontro Nacional de Geógrafos: A construção do Brasil: geografia, ação política e democracia, 24 a 30 de julho de 2016. Disponível em:

http://www.eng2016.agb.org.br/resources/anais/7/1468272039_ARQUIVO_ARTIGO_Definitivo.pdf. Acesso em: 20 de jun. de 2023.

PRADO, Antunes Adonia. **Ruralismo pedagógico no Brasil do Estado Novo**.

Estudos Sociedade e Agricultura, v.2, n.1. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em:

<https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/55/56>. Acesso em: 19 de jun. de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALFENAS. **Arquivo Público Municipal**. Disponível em: <http://www.alfenas.mg.gov.br/estrutura-administrativa/secretaria-de-planejamento-e-gestao/arquivo-publico-municipal>. Acesso em: 25 de jun. de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALFENAS. **Formação Administrativa (IBGE)**.

Disponível em: <http://www.alfenas.mg.gov.br/alfenas/historia-de-alfenas>. Acesso em: 07 de jun. de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALFENAS. **História de Alfenas**. Disponível em: <http://epidemiologia.alfenas.mg.gov.br/>. Acesso em: 07 de jun. de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALFENAS. **Patrimônio**. Disponível em:

<http://www.alfenas.mg.gov.br/estrutura-administrativa/secretaria-municipal-de-fazenda/patrimonio>. Acesso em: 25 de jun. de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTEROSA. **Divino Espírito Santo – Cavacos**. Disponível em: <https://www.alterosa.mg.gov.br/distrito>. Acesso em: 28 de jun. de 2023.

PAULA, Igor Rafael de. **Trabalhando a educação geográfica para o direito à cidade na escola – Para que tem servido a nossa Geografia?** Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do grau de Licenciado em Geografia pela Universidade Federal de Alfenas, 2017.

SAKAI, Rogério Haruo. **Cachaça**. Embrapa, 2022. Disponível em: <https://www.embrapa.br/agencia-de-informacao-tecnologica/cultivos/cana/pos-producao/cachaca>. Acesso em: 10 de jun. de 2023.

UNESP. **Tabela de Conversões**. Disponível em: [https://www.fcav.unesp.br/Home/departamentos/engenhariarural/TERESACRISTINA TARLEPISSARRA/Conversao-Tabelas_Conversoes.pdf](https://www.fcav.unesp.br/Home/departamentos/engenhariarural/TERESACRISTINA%20TARLEPISSARRA/Conversao-Tabelas_Conversoes.pdf). Acesso em: 15 de jun. de 2023.

UNIFAL. **Aspásia Vianna Manso Vieira Ayer**. Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/arquivoliterario/autores-alfenenses/aspasia-vianna-manso-vieira-ayer/>. Acesso em: 07 de jun. de 2023.

UNIFAL. **Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UNIFAL-MG**. Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/extensao/apresentacao/>. Acesso em: 02 de jul. de 2023.

UFF. Oficina ou Tenda do Ferreiro, 2023. Disponível em <http://www.pensario.uff.br/node/200#:~:text=Oficina%20ou%20Tenda%20do%20Ferreiro%20era%20uma%20das%20mais%20importantes,de%20edifica%C3%A7%C3%B5es%20do%20complexo%20cafeeiro>. Acesso em: 15 de jun. de 2023.

VIEIRA, Ildeu Manso. **Mandassaia**: ... Naquela época... quando Furnas era o crime do século... Alfenas: Gráfica Alfenas, 2002.

VIEIRA, Isnard Manso. Campo Redondo: **A saga da família Vieira**. 2023. No prelo.

VIEIRA, Olavo Divino. Os Vieiras: **Pioneiros da Nova Canaã**. Edição do autor. Rio de Janeiro, 2021.

ZOTTI, Solange Aparecida; SANFELICE, José Luís. **A municipalização do ensino fundamental em Santa Catarina e os reflexos para as escolas rurais multisseriadas de Concórdia**. Campinas: Revista HISTEDBR *On line*, 2020.

Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8657439/23124>.

Acesso em: 28 de jun. de 2023.

ANEXO A – Solicitação de cópias das escrituras de escolas rurais



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALFENAS
 Relatório de Comprovante de Abertura de Processos


Página: 1 / 1
 Página 1
 Data: 22/05/2023

Filtros aplicados ao relatório

Número do processo: 0019080/2023

Número do processo:	0019080/2023	Número único: U57.M58.S10-68
Solicitação:	11 - SOLICITACAO	Número do protocolo: 566065
Número do documento:		
Requerente:	404740 - LARYSSA LUCAS CAMPOS MARCELINO	CPF/CNPJ do requerente: 126.050.386-02
Beneficiário:		CPF/CNPJ do beneficiário:
Endereço:	Rua DOM PEDRO II N° 329 - 37131-456	
Complemento:		Bairro: VILA FORMOSA
Loteamento:	Condomínio:	Município: Alfenas - MG
Telefone:	Celular: (35) 99827-6672	Fax:
E-mail:		Notificado por: Não notificar
Local da protocolização:	077.000.000 - SETOR DE ENVIO DO PROTOCOLO GERAL	
Localização atual:	077.000.000 - SETOR DE ENVIO DO PROTOCOLO GERAL	
Org. de destino:		
Protocolado por:	JESIEL WAGNER	Atualmente com: JESIEL WAGNER
Situação:	Não analisado	Em trâmite: Não Procedência: Externa Prioridade: Normal
Protocolado em:	22/05/2023 13:13	Previsto para: 22/05/2023 13:13 Concluído em:
Súmula:	SOLICITA COPIA DAS EXCRITURAS DA ESCOLA TOMAZ VIEIRA E SILVA E NICOLAU COUTINHO (BARBARAS).	
Observação:		

ANEXO B – Solicitação de retirada do mapa de Chagas da zona rural de Alfenas

	<p>ESTADO DE MINAS GERAIS PREFEITURA MUNICIPAL DE ALFENAS Relatório de Comprovante de Abertura de Processos</p>	<p>Página 1/1 Página 1 Data: 22/05/2023</p>
<i>Filtros aplicados ao relatório</i>		
Número do processo: 0019079/2023		
<hr/>		
Número do processo:	0019079/2023	Número único: 25D.0B7.98W-68
Solicitação:	11 - SOLICITACAO	Número do protocolo: 566064
Número do documento:		
Requerente:	404740 - LARYSSA LUCAS CAMPOS MARCELINO	CPF/CNPJ do requerente: 126.050.386-02
Beneficiário:		CPF/CNPJ do beneficiário:
Endereço:	Rua DOM PEDRO II N° 329 - 37131-456	
Complemento:		Bairro: VILA FORMOSA
Loteamento:	Condomínio:	Município: Alfenas - MG
Telefone:	Celular: (35) 99827-6672	Fax:
E-mail:		Notificado por: Não notificar
Local da protocolização:	077.000.000 - SETOR DE ENVIO DO PROTOCOLO GERAL	
Localização atual:	077.000.000 - SETOR DE ENVIO DO PROTOCOLO GERAL	
Org. de destino:		
Protocolado por:	JESIEL WAGNER	Atualmente com: JESIEL WAGNER
Situação:	Não analisado	Em trâmite: Não Procedência: Externa Prioridade: Normal
Protocolado em:	22/05/2023 13:11	Previsto para: 22/05/2023 13:11 Concluído em:
Súmula:	SOLICITA O MAPA DA DECADA DE 80 SOBRE DOENÇA DE CHAGAS DA ZONA RURAL	
Observação:		